



# Relatório e Contas 2014





EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.  
**Relatório e Contas 2014**

No Ano internacional da Luz, o tema escolhido para ilustração do Relatório e Contas 2014 foi a Luz Solar





# Índice

9 Mensagem do Presidente

15 A Empresa

21 Principais Acontecimentos

## A - Relatório de Gestão

29 1. Introdução

31 2. Enquadramento Macroeconómico

33 3. Enquadramento do Setor

35 4. Regulação

39 5. Análise Económica e Financeira

49 6. Atividade Operacional

67 7. Objetivos de Gestão

69 8. Cumprimento das Orientações Legais

73 9. Perspetivas para o Futuro

74 10. Considerações Finais

77 11. Proposta de Aplicação de Resultados

## B - Contas do Exercício

81 1. Demonstrações Financeiras

87 2. Anexo às Demonstrações Financeiras

135 3. Relatório e Parecer do Fiscal Único

141 4. Certificação Legal de Contas



# Mensagem do Presidente









**José Manuel Sardinha**  
Presidente do Conselho de Administração

## Mensagem do Presidente

O atual mandato, iniciado em 2012, fica marcado pelo rigor e ambição colocados na gestão, cujos resultados estão espelhados nas contas da empresa e nos diversos indicadores da atividade. É por isso, com muita satisfação, que dirijo esta mensagem aos stakeholders da EPAL, lembrando alguns factos que ilustram o desempenho conseguido, demonstrando que todos os desafios que nos foram colocados pelo acionista e pela tutela setorial e financeira foram escrupulosamente cumpridos e, em muitos casos, amplamente ultrapassados.

Apesar da diminuição do consumo de água ocorrida em 2014, que teve como reflexo uma redução de vendas, conseguiu-se reforçar a elevada solidez financeira da EPAL, em resultado da enorme aposta na promoção da eficiência e da otimização, desafio que foi ultrapassado com o apoio dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

A este propósito importa salientar que, em 2014, para além de se terem atingido todos os objetivos de gestão fixados pelo acionista, tendo-se mesmo superado 88% dos objetivos fixados, conseguiu-se obter o melhor resultado líquido dos 147 anos de história da empresa, no montante de 54 milhões de euros, apesar da redução do volume de negócios, que atingiu 142 milhões de euros, correspondendo a um volume de água de 192 milhões de m<sup>3</sup>.

A excelência daquele valor, que resulta da conjugação do rigor e ambição da gestão com a competência dos trabalhadores e das trabalhadoras da empresa, pode ser avaliada recuando 10 anos, mais propriamente ao ano 2004, quando o volume de negócios foi idêntico ao atual, conseguindo-se, naquela altura, um resultado na ordem de 26 milhões de euros, ou seja, menos de metade do que foi agora conseguido. Também se pode comparar recuando cerca de 20 anos, mais propriamente ao ano 1993, quando o volume fornecido foi semelhante ao atual, tendo, no entanto, sido produzido com um quadro de pessoal de 1.385 trabalhadores, ou seja, mais do dobro dos atuais 675 trabalhadores, o que é ilustrativo da eficiência e capacidade produtiva entretanto conseguidas..

No presente exercício e no atual mandato, reforçou-se a posição de liderança da EPAL no setor de distribuição de água, constituindo-se como uma referência a nível internacional, em diversos domínios, tendo-se afirmado a qualidade da sua gestão, pública, profissional, rigorosa e orientada para a criação de valor, devendo-se salientar os seguintes vetores:

- Gestão pública orientada para a eficiência, destacando-se:
  - Otimização do plano de investimentos a 4 anos, de 240 para 112 milhões de euros, mantendo a execução de todos os objetivos, apostando na capacidade de engenharia da empresa;
  - O volume de negócios do mandato 2012-2014 foi de 429 milhões de euros, ou seja, inferior em 14 milhões de euros ao registado no triénio anterior, 2009-2011. Apesar disso os resultados acumulados no mandato 2012-2014 aumentaram 26 milhões de euros face a idêntico período anterior; criando um diferencial superior de 40 milhões de euros, o que reflete o enorme aumento de valor que foi conseguido em apenas 3 anos;
  - A otimização do consumo energético, que representa 34% do total dos FSE, que se traduz numa redução de custos no valor de 1,4 milhões de euros, representando uma diminuição de 12% face ao ano anterior;
  - A otimização da operação e de diversos processos, que se traduziu numa redução de FSE de 9,5% no exercício e de 17% no período do mandato, refletindo-se numa redução de 16 milhões de euros comparativamente ao triénio anterior ao presente mandato;
  - Redução do valor de perdas de água na rede de Lisboa para valores de apenas 8%, colocando Lisboa como uma das cidades mais eficientes a nível mundial;
  - A alteração tecnológica dos postos de cloragem da empresa, que se traduziu numa significativa redução de custos operacionais e de investimento, para além de eliminar riscos de segurança para os trabalhadores e populações envolventes;
  - A adoção, pela primeira vez na história da empresa, de uma exploração unificada das unidades produtivas, ETA de Vale da Pedra e ETA da Asseiceira, traduzindo-se numa grande redução de custos, em resultado da diminuição do consumo de energia, do consumo de reagentes e da

- produção de lamas, obtendo-se ainda um incremento da qualidade da água produzida e o aumento da capacidade de resposta face a eventuais constrangimentos numa das unidades;
- A melhoria dos indicadores da satisfação dos clientes, refletindo a excelência da qualidade de serviço prestado pela empresa;
  - Gestão pública com orientação para a inovação e criação de valor, salientando-se:
    - Conceção, desenvolvimento e lançamento de diversos produtos e serviços inovadores, atingindo uma média de lançamento de um novo produto em cada 6 meses, o que constitui uma referência a nível mundial.  
No início do mandato, a EPAL dispunha apenas de um produto/serviço e referência no mercado, o AQUAmatrix®. Três anos volvidos foram lançados mais 8 novos produtos e serviços inovadores, transacionáveis, o Wone®, o Waterbeep®, a chave CAL®, o myAQUA®, a Fill Forever, o Rollerometer, o Curso Prova de Águas e o CLOROFF®, encontrando-se outros dois produtos já prontos, em processo de registo de patente, para lançamento em 2015;
    - Internacionalização de competências e de produtos e serviços, destacando-se as relações e atividades estabelecidas com Angola, designadamente com a EPAL, E.P., a maior empresa pública Angolana de distribuição de água;
    - No período do atual mandato, entre 2012 e 2014, a EPAL recebeu 12 prémios e 17 distinções atribuídos por entidades nacionais e internacionais, dos quais se destacam os Green Project Awards, a WEX, a APDA, a ERSAR e, ainda, os três prémios Project Innovation Awards, da IWA, tendo a EPAL sido a empresa mais premiada naquele que é o mais importante concurso internacional de inovação no setor;
    - Elaboração dos primeiros três livros técnicos originais da história de 147 anos da empresa, constituindo uma média de um livro em cada ano de mandato, situação única no setor, mesmo a nível internacional;
  - Gestão pública orientada para a valorização dos recursos humanos, salientando-se:
    - Durante o atual mandato foi criada a Academia das Águas Livres® com a missão de desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos não apenas da EPAL mas de quantos trabalhem no Setor da Água e Ambiente, refletindo a visão e a aposta do Conselho de Administração na contínua qualificação dos trabalhadores, o que se refletiu no aumento, em 24%, do número de horas de formação face ao ano transato;
    - A criação do EPALin, concurso interno que visando dinamizar a inovação empresarial, distingue o desenvolvimento de ideias que contribuam para a eficiência e eficácia dos processos e atividades da empresa;
    - Refundação e reforço do Fundo de Apoio Carlos Pereira, para ajuda aos trabalhadores mais carenciados;
  - Gestão pública focada na responsabilidade social, ambiental e histórica, salientando-se:
    - Criação, pela primeira vez nos 147 anos de história da empresa, de um tarifário social para apoio às famílias carenciadas do município de Lisboa;
    - Iniciativas e campanhas de apoio social, destacando-se a campanha “vamos dar o litro contra a fome”, apoiando o Banco Alimentar;
    - Inventariação das edificações que possam conter materiais com amianto na sua composição e lançamento de empreitada para a sua completa erradicação durante o ano 2015;
    - Elaboração de plano para a erradicação dos últimos ramais de chumbo na rede de Lisboa e início dos respetivos trabalhos de substituição;
    - Conceção e execução de um inovador sistema de combate a incêndios florestais, recorrendo ao sistema de abastecimento existente, envolvendo diversas entidades publicas;
    - Estabelecimento de parceria com a QUERCUS para colaboração ao nível da preservação da área envolvente à barragem de Castelo do Bode;
    - Minimização da pegada ecológica e hídrica, através da redução do consumo de energia elétrica e das perdas de água, tornando a empresa uma das referências mundiais;
    - Profunda remodelação e requalificação do Museu da Água e criação de instalações para alojar e preservar o arquivo histórico da empresa, proporcionando melhores condições de consulta à comunidade;
    - Reabilitação e musealização das antigas galerias subterrâneas do antigo sistema de abastecimento a Lisboa, constituindo o museu de maior extensão subterrânea em Portugal.
- As realizações e sucessos alcançados merecem um profundo agradecimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras da EPAL pela sua competência e profissionalismo, devendo ainda referir-se os órgãos representativos dos trabalhadores que, no âmbito das suas atribuições também contribuíram para a excelência do serviço público que nos orgulhamos de prestar.
- Impõe-se uma palavra de agradecimento aos nossos fornecedores que responderam com competência aos exigentes padrões de qualidade da EPAL e aos nossos clientes pela permanente exigência do serviço de excelente qualidade, a que têm direito.
- Aos restantes membros dos Órgãos Sociais da EPAL, designadamente à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único, ao ROC e ao Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável, ao Acionista e à Tutela agradeço o espírito de permanente colaboração e apoio, constituindo um incentivo determinante na nossa atuação.







# A Empresa

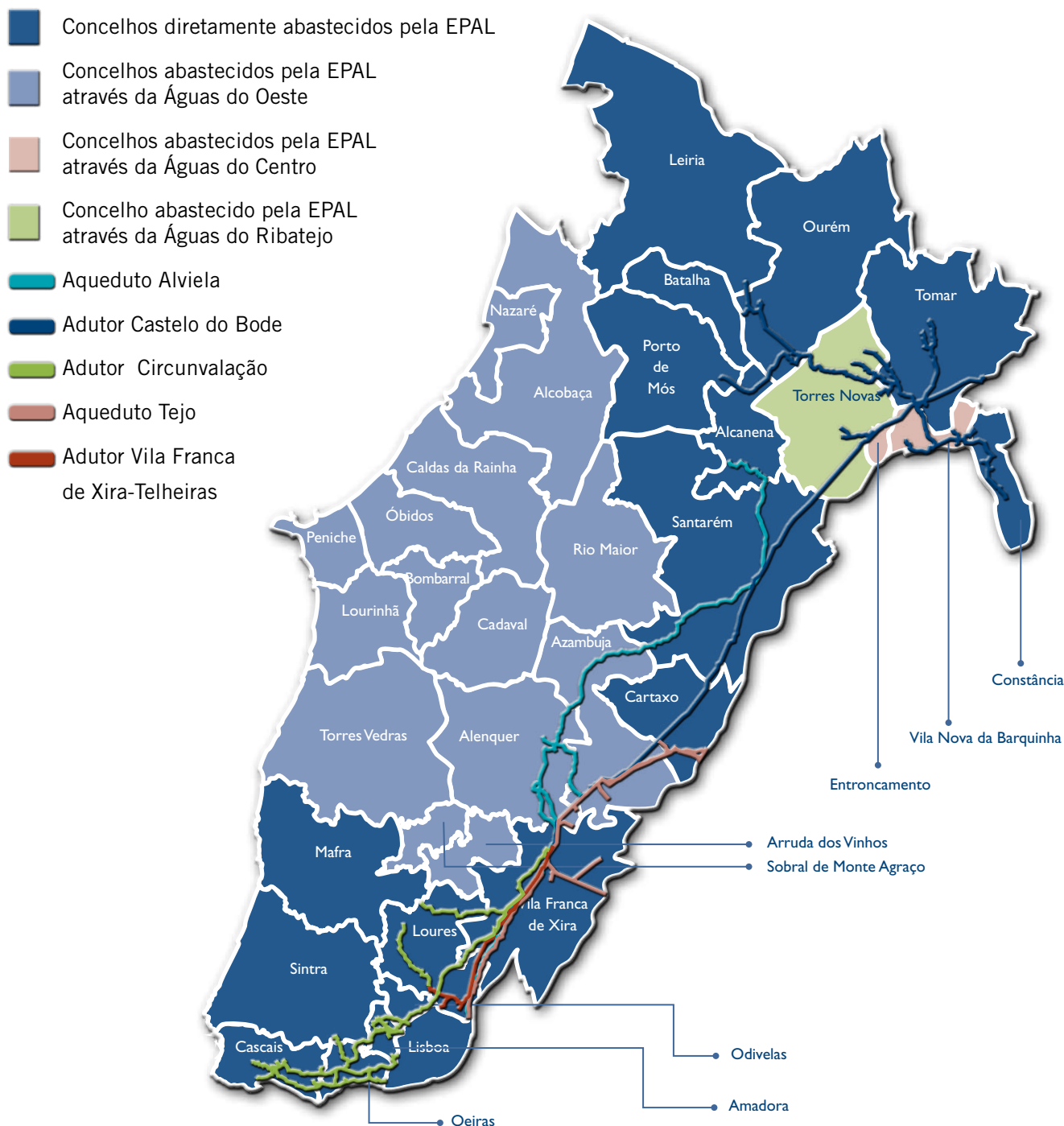




# A EMPRESA

A EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, que foi fundada em 1868 com a designação de CAL - Companhia das Águas de Lisboa e é detida, desde 1993, a 100% pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA.

O objeto social da EPAL consiste no abastecimento público de água para consumo humano e outras atividades, para além da prestação de serviços conexos com o ciclo urbano da água, onde reúne competências de qualidade reconhecida.



# Acionista

A Águas de Portugal foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, e a Parcaixa, SGPS, SA.

A AdP, SGPS, SA tem por missão contribuir para a resolução dos problemas nacionais nos domínios de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

## Cadeia de Valor

### Gestão Corporativa

Planeamento e Controlo

Gestão de Sistemas  
e Melhoria Contínua

### Cadeia de Valor

Operação  
do Sistema de  
Abastecimento

Gestão  
Comercial

Qualidade  
da Água

### Processos de Ativos Operacionais

Planeamento  
e Desativação  
de Ativos

Projetos  
e Obras

Manutenção

### Processos de Suporte

Gestão  
Económico-Financeira

Gestão Recursos  
Humanos

Tecnologias  
Informação

Gestão Compras  
e Logística

Imagem  
e Comunicação

Legal  
e Governança



## Indicadores Financeiros

milhões de euros

|                                        | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |        |
|----------------------------------------|-------|-------|-------|----------------|--------|
| Capital social                         | 150,0 | 150,0 | 150,0 | 0,0            | 0,0%   |
| Capital Próprio                        | 535,2 | 536,3 | 561,8 | 25,5           | 4,8%   |
| Ativo Líquido Total                    | 883,8 | 863,7 | 865,1 | 1,4            | 0,2%   |
| Passivo Total                          | 348,5 | 327,5 | 303,4 | -24,1          | -7,4%  |
| Volume de Negócios                     | 144,2 | 143,1 | 142,0 | -1,1           | -0,8%  |
| CMVMC                                  | 2,9   | 2,3   | 2,2   | -0,1           | -4,2%  |
| Fornecimento e Serviços Externos       | 34,5  | 32,1  | 29,1  | -3,0           | -9,5%  |
| Investimento                           | 13,1  | 6,6   | 15,8  | 9,2            | 138,9% |
| Endividamento de Médio e Longo Prazo   | 205,2 | 187,4 | 169,5 | -17,9          | -9,6%  |
| EBITDA                                 | 87,5  | 81,4  | 102,4 | 21,0           | 25,8%  |
| Resultado Líquido do Exercício         | 43,6  | 40,0  | 54,0  | 14,1           | 35,2%  |
| Evolução do Número de Trabalhadores    | 736   | 694   | 675   | -19            | -2,7%  |
| Prazo Médio de Pagamentos (PMP) (dias) | 30    | 30    | 37    | 7              | 23,3%  |

## Indicadores de Atividade

|                                                               | 2012        | 2013        | 2014                     | Variação 14/13 |       |
|---------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------------------------|----------------|-------|
| Volume de água vendida (m³)                                   | 205 210 051 | 198 667 724 | 192 067 383              | -6 600 341     | -3,3% |
| Clientes Directos                                             | 346 121     | 347 233     | 349 151                  | 1 918          | 0,6%  |
| Clientes Municipais                                           | 17          | 17          | 17                       | 0              | 0,0%  |
| Clientes Multimunicipais                                      | 3           | 3           | 3                        | 0              | 0,0%  |
| Municípios direta e indiretamente Abastecidos (exclui Lisboa) | 34          | 34          | 34                       | 0              | 0,0%  |
| Consumidores                                                  | 2 870 507   | 2 859 714   | 2 846 875 <sup>(1)</sup> | -12 839        | -0,4% |
| Área abastecida (Km²)                                         | 7 090       | 7 090       | 7 095 <sup>(2)</sup>     | 5              | 0,1%  |

<sup>(1)</sup> INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2013)

<sup>(2)</sup> Área em Km² (dados 2014 com referência a 2013)





# Principais Acontecimentos







# Principais Acontecimentos

O ano de 2014 fica marcado por um desempenho económico e financeiro de especial relevo que se reflete no reforço da estrutura financeira da empresa e no apuramento do melhor resultado de sempre da história da EPAL.

Em termos da atividade principal da Empresa - o abastecimento de água, continuou a assistir-se em 2014 à redução dos consumos, cerca de 3,3%, com impacto adverso nos rendimentos. Trata-se do décimo ano consecutivo em que se regista uma redução de consumos, mais acentuada no abastecimento “em alta” que observou, em 2014, uma redução de 4,2%.

Mas, do lado dos custos, e tal como no ano anterior, o exercício de 2014 ficou marcado por uma significativa redução, muito além do que se podia esperar pelo efeito da redução verificada nos proveitos. O firme propósito de aumentar a eficiência e otimizar os processos e os recursos permitiu alcançar uma redução de 9,5% nos gastos com FSE que se traduziu numa redução de FSE de 17% no mandato 2012-2014, mantendo e nalguns casos até aumentando a excelência da qualidade do serviço prestado aos Clientes. Este resultado é particularmente expressivo porque acresce à redução de 12% conseguida em igual período de três anos, anterior ao presente mandato. A empresa conseguiu assim, nos últimos 6 anos, uma impressionante redução de FSE de 27%.

Os gastos com Pessoal, também foram reduzidos em resultado da política de rescisões amigáveis, que permitiu reduzir o número de colaboradores em quase 3%, depois da diminuição de 6% registada no ano anterior, triplicando, por conseguinte, as metas estabelecidas nos Orçamentos de Estado.

Entre os principais investimentos concluídos no ano, destaca-se a Reabilitação e Remodelação da Captação de Valada Tejo, que justificou a elaboração do primeiro Plano de Contingência do Sistema de Abastecimento de Água da EPAL, aplicado durante as obras de remodelação e que, pela sua enorme importância, merece registo.

Procedeu-se, em 2014, à adjudicação da Empreitada de “Conceção-construção para a Remodelação e Reabilitação da ETA de Vale da Pedra”, bem como ao lançamento da empreitada de reabilitação das condutas de água bruta e de água tratada de Valada, com adjudicação autónoma do fornecimento de juntas para aquela intervenção, opção utilizada pela primeira vez, que permitiu uma enorme poupança neste investimento.

De destacar também a adjudicação de várias empreitadas para a reabilitação de estações elevatórias e reservatórios, com um valor de investimento superior a 2 milhões de euros.

A Rede de Distribuição foi ampliada numa extensão de 2,3 km e foram renovados múltiplos troços num total superior a 12km.

A conjugação dos esforços de investimento na beneficiação da rede e a sua permanente monitorização através do sistema WONE® permitiram à EPAL atingir, pela primeira vez, em 2014, uma “avaliação boa” no indicador AAI I da ERSAR – Ocorrência de avarias em condutas, tendo obtido um resultado de 29/avarias/100km.

Outro acontecimento marcante foi a realização em Lisboa do Congresso e Exposição Mundial da Água da IWA, entre os dias 21 e 26 de setembro, o qual se revelou um enorme sucesso, ultrapassando os números de congressistas, comunicações e expositores obtidos nos congressos anteriores. A EPAL teve uma forte presença neste Congresso, não só enquanto entidade organizadora, mas também através da intensa participação assegurada pelos seus trabalhadores na apresentação de comunicações, sessões técnicas e posters.

A este propósito importa referir que foram lançados, no congresso da IWA, os dois primeiros livros técnicos da EPAL, constituindo um marco na história de 147 anos da empresa. Durante 2014, na sequência de um desafio lançado pelo CA, foi ainda redigido um terceiro livro que será lançado no início de 2015. Esta iniciativa, de promover publicações originais de carácter técnico representa, por um lado, o reconhecimento das capacidades e competências desenvolvidas na EPAL e, por outro lado, a preocupação de registar em suporte duradouro, as técnicas e os saberes da empresa permitindo a sua divulgação aos estudiosos e profissionais do setor da água e ambiente a nível nacional e internacional.

Regista-se que, pela primeira vez na história dos congressos mundiais da IWA, foram instalados dispensadores de água da rede em toda a área do evento, o que justificou o lançamento da garrafa Fill Forever. Esta garrafa, reutilizável e reciclável, foi mais uma inovação 100% EPAL fabricada em Portugal, especialmente criada para transportar água da torneira, tendo já em 2015 recebido prémio internacional de design de grande prestígio.

Foi assinado um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa que permitiu a regularização de aspetos associados ao relacionamento entre as partes e, um outro, associado à permuta de terrenos, situação que estava pendente há mais de 20 anos, e que permitiu concretizar a transferência, para a EPAL, de um terreno localizado na zona de Campo de Ourique.

Procedeu-se à dissolução e liquidação da Sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, SA, que era detida a 100% pela EPAL e se mantinha inativa há mais de 10 anos por impedimentos de natureza legal e judicial.

No que se refere à realização de outras atividades, como a comercialização do sistema de gestão de clientes AQUAMATRIX®, que detém cerca de 30% do mercado, destaca-se a sua implementação na Águas do Noroeste e o processo de licenciamento e novo contrato de manutenção por 3 anos com os SMAS de Loures. Importa, ainda, registar a mudança de instalações e melhoria substancial das condições de trabalho da equipa e o início dos trabalhos relativos ao Upgrade Tecnológico da Solução Base do AQUAmatrix®.

A EPAL e os CTT assinaram em 16 de outubro um memorando de entendimento para o estabelecimento de uma parceria comercial do serviço AQUAmatrix®, em que os CTT irão prestar serviços nas áreas de printing & finishing, distribuição física e digital de correio e de gestão integrada de cobranças complementando a montante e a jusante os serviços prestados pela EPAL através do AQUAmatrix®.

Deu-se continuidade à divulgação e promoção do WONE® - Water Optimization for Network Efficiency - para a gestão de redes e a redução de perdas de água, envolvendo a prestação de serviços e a disponibilização de software de apoio. Nesse âmbito, a EPAL assinou com a Empresa Pública das Águas de Luanda um contrato de prestação de serviços, que visa a colaboração com a empresa angolana para aumentar a eficiência da gestão da rede de abastecimento e reduzir as perdas de água.

A este propósito, e reconhecendo a excelência do trabalho desenvolvido na empresa, a Comissão Europeia convidou a EPAL para integrar o grupo de trabalho que está a preparar o documento "Best Practices on Leakage Reduction in Water Utilities", sobre as melhores práticas na redução de perdas de água. Este grupo também contará com representantes da Comissão Europeia e dos Estados Membros.

No Waterbeep®, serviço lançado no final de 2013, que disponibiliza informação sobre o consumo real de água aos Clientes Diretos, permitindo-lhes acompanhar a sua evolução ao longo do tempo e disponibilizando um serviço de emissão de alertas sempre que se observem consumos fora do padrão, foi lançada uma nova modalidade - o WaterBeep® Premium.

Durante 2014 foi ainda lançado o inovador conceito de consumo bi-horário de água, funcionalidade associada às modalidades Pro e Premium do Waterbeep®.

A EPAL assinalou o Dia Mundial dos Oceanos, 8 de junho, com o apadrinhamento de uma foca do Jardim Zoológico de Lisboa, a que se deu o nome de Foca BEEP e que tem como objetivo a divulgação junto do público infantil e juvenil das vantagens do serviço Waterbeep® como instrumento para o uso responsável da água.

Foi apresentada uma candidatura do Waterbeep® ao Green Project Awards a qual veio a obter, no início de 2015, o 1º prémio na categoria produto/serviço inovador em prol do ambiente.

O WONE® e o Waterbeep® integraram o Smart Cities Portugal Roadmap apresentado a 13 e 14 de maio, em Amesterdão, no Smart City Event.

Importa realçar a afirmação do papel da Academia das Águas Livres, enquanto entidade de referência para a promoção da qualificação dos quadros da EPAL e de profissionais do setor da água e do ambiente. Durante 2014, primeiro ano completo de atividade, a Academia realizou 79 ações de formação, abrangendo 1 142 formandos da EPAL, de empresas do grupo AdP, empresas municipais, autarquias locais e entidades privadas do setor da água e ambiente.

No ano de 2014 continuaram a ser promovidos os Cursos de Provas de Água, tendo sido realizadas várias edições para o público em geral, colaboradores e para Deputados, Ambientalistas e Jornalistas.

A Empresa continuou fortemente apostada na inovação e desenvolvimento, tendo sido lançado o myAQUA®, que consiste numa aplicação gratuita, concebida pela EPAL, para Smartphones, com o objetivo de facilitar aos nossos clientes a consulta, a gestão dos dados do contrato de abastecimento e o acesso aos serviços da EPAL a qualquer hora do dia.

Foi ainda finalizada a construção de uma máquina inovadora, Rollermeter, integralmente concebida pelos trabalhadores da EPAL, para reparação de contadores de água, tendo-se procedido à venda e entrega da primeira máquina a um fabricante de contadores de água.

Adicionalmente foram desenvolvidos três novos produtos/serviços a lançar no início de 2015.

Nesta linha, importa salientar que, no início do presente mandato, a EPAL dispunha de um único produto no mercado, o AQUAmatrix®, e que, passados apenas 3 anos, tem nove produtos/serviços inovadores, traduzindo-se por uma média de lançamento de um novo produto/serviço em cada 6 meses, situação única no setor, mesmo a nível internacional.

A página Web da EPAL foi renovada em 2014, tendo sido criados novos conteúdos e funcionalidades.

No âmbito das alterações climáticas, destaca-se a conclusão com êxito dos projetos AdaptaClima e Prepared. O Projeto AdaptaClima foi apresentado a 22 de outubro, em Bruxelas, aos estados membros da União Europeia, no workshop “Promoting climate change adaptation, risk prevention and management in the Water Sector”, organizado pela JASPERS Networking Platform (gerida pelo BEI - Banco Europeu de Investimento) em cooperação com a Comunidade Europeia (DG Regio, DG Clima and DG Echo).

Em termos de sistemas de gestão, a EPAL obteve em 2014 a certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, segundo a norma OHSAS 18001:2007, cujo âmbito abrange toda a Empresa.

Destaca-se a conclusão do projeto e das obras de modernização do Museu da Água, o qual foi inaugurado no dia 1 de outubro, dia Nacional da Água, e contou com a presença do Primeiro-Ministro e do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Importa salientar que o projeto foi realizado com meios internos, envolvendo a colaboração de diversas áreas da empresa, o que resultou num trabalho de excelente qualidade que representou uma enorme poupança de custos face ao que estava inicialmente previsto. Para além da modernização do Museu propriamente dito, este projeto permitiu criar instalações para educação ambiental, alojar toda a equipa do Museu da Água e, pela primeira vez, instalar a biblioteca e arquivo histórico e técnico da empresa.

Em parceria com o Museu Nacional do Azulejo e com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Secretário de Estado da Cultura, foi inaugurada em 18 de setembro, na Mãe d'Água das Amoreiras, a exposição “Água no Azulejo Português do Século XVIII”.

A EPAL instituiu o Open Day, um dia em que é possível aos Trabalhadores reunirem individualmente com a Administração e exporem as suas preocupações e/ou sugestões com vista a estreitar as relações interpessoais e facilitar a comunicação entre o CA e os trabalhadores, bem como contribuir para um melhor ambiente de trabalho e funcionamento da empresa.

Iniciou-se a desejada renovação dos refeitórios da empresa, processo que, em 2014, contemplou o refeitório da Sede e foi, ainda, lançado um projeto de Promoção da Saúde e Condições no Trabalho - EPAL MAIS SAUDÁVEL, com o propósito de reforçar e contribuir para uma estratégia empresarial orientada para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, incidindo nas áreas consideradas como mais significativas e exequíveis: Alimentação/Nutrição e Hábitos Tabágicos.

O CA decidiu também efetuar o levantamento ambiental para determinar a existência de amianto nas instalações da empresa e lançou um concurso para a remoção total desse material nos recintos onde foi identificado.

Salientam-se também as diversas ações desencadeadas pela EPAL em termos de responsabilidade social e o estabelecimento de importantes protocolos de cooperação, dos quais se destaca o inovador protocolo de cooperação entre a EPAL e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e Guarda Nacional Republicana, que visa a disponibilização de 12 pontos de água para combate a incêndios, e que contou na sessão solene da sua assinatura com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Em 2014, a empresa foi distinguida com vários prémios atribuídos por entidades nacionais e internacionais, dos quais destacamos:

- Project Innovation Awards 2014, da IWA



Os Project Innovation Awards distinguiram pela excelência, originalidade e inovação, os seguintes produtos:

- WONE®, Prémio na categoria “Gestão da Operação”
- Chave Águas Livres (CAL®), Prémio na categoria “Pequenos Projetos”
- “Gestão do Risco Futuro”, metodologia desenvolvida em conjunto com a Universidade de Cranfield, Menção Honrosa, na categoria “Projetos de Planeamento”

- Green Project Awards



- Em janeiro de 2014, a EPAL recebeu o prémio dos Green Project Awards que, relativamente ao ano de 2013, distinguiu o WONE® na categoria “Gestão Eficiente de Recursos”.
- Já em 2015, os Green Project Awards distinguíram o Waterbeep® na categoria “Produto/Serviço” relativamente a 2014.

- ERSAR e Água & Ambiente



- A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) distinguiu a EPAL, pela segunda vez consecutiva, com o selo de “Qualidade exemplar da água para consumo humano” atribuído às entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, asseguraram uma qualidade exemplar da água para consumo humano.

- APCE



O Grande Prémio Excelência em Comunicação da APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, atribuiu, em 2014, a distinção de Mérito aos seguintes trabalhos:

- “Intranet”, na categoria “Intranet”
- Jornal “Águas Livres” na categoria “Publicação Interna”
- Campanha “Vamos dar o litro contra a fome” na categoria “**Responsabilidade Social**”
- “Curso de Prova de Águas” na categoria especial “Surpreenda-nos”

Destacamos, ainda, como um dos principais acontecimentos do ano, a **reestruturação do setor das águas**, que abrange uma profunda reorganização do Grupo AdP, incluindo a agregação territorial dos atuais 19 sistemas, no sentido de serem criados 3 novos sistemas.

As linhas estratégicas da reestruturação do setor foram anunciadas no dia 1 de outubro pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e integram a **reorganização territorial e corporativa** do Grupo AdP, a par da aprovação do novo plano estratégico (**PENSAAR 2020**), do novo programa operacional de apoio ao investimento do setor (**POSEUR**) e também do **novo modelo regulatório**. A EPAL será fortemente abrangida por este importante processo de mudança.

Neste contexto, o acionista AdP considerou adequado suspender as negociações entre a EPAL e o Município de Lisboa, relativas a uma eventual integração da atividade de saneamento, em baixa, do Município de Lisboa na EPAL, atendendo às implicações que esta reorganização pode ter no Grupo AdP e na própria empresa..







## A. Relatório de Gestão









# A. Relatório de Gestão

## 1. Introdução

A atividade da EPAL consiste na captação, produção, transporte e distribuição de água para consumo humano.

Para além da prestação dos serviços inerentes ao fornecimento de água, nomeadamente, atendimento e assistência domiciliária, são complementarmente prestados serviços de análise e controlo laboratorial, aferição e reparação de contadores e monitorização de redes. A EPAL comercializa, ainda, um sistema de informação e gestão comercial, o AQUAmatrix®, destinado a entidades gestoras de água, saneamento e resíduos sólidos, para além de comercializar um sistema de redução de perdas de águas, o WONE®, e um serviço de informação e incentivo à eficiência de utilização de água, o Waterbeep®. Adicionalmente a EPAL comercializa um conjunto de cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O mercado da EPAL na prestação dos serviços de abastecimento de água compreende uma área de 7.095 km<sup>2</sup>, com 349.151 Clientes Diretos, 17 Clientes Municipais e 3 Clientes Multimunicipais, que representam, no seu todo, 35 municípios, envolvendo aproximadamente 2,9 milhões de consumidores.



# A. Relatório de Gestão

## 2. Enquadramento Macroeconómico

### Global

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes. Três grandes fatores explicam este arrefecimento: (i) os níveis de investimento na China diminuíram com impacto nas economias asiáticas; (ii) as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e (iii) a diminuição dos preços de algumas commodities, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

### União Europeia

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11,6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11,9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0,7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0,6%. Apesar deste crescimento reduzido esteve a incerteza sobre os rendimentos futuros e o processo lento de desalavancagem no setor das famílias. Apesar de ter sido afetado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2,4% observado em 2013, crescendo 0,6%. A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0,2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0,4%), influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2,5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

### Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0,9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1,1 pontos percentuais para um crescimento que se projeta em torno de 0,9%. Vários fatores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2,2 p.p. para o total. Deste modo, a atual projeção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2,5%, que contrasta com +3,5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, refletindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional. As exportações (sem combustíveis), registam um comportamento assinalável, com um crescimento até novembro de 4.7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China. Nota para os serviços que representam atualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo no ano estimado em 16%).

Desde julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, refletindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0.3%.

Relativamente às contas públicas a redução do défice do Estado reflete o bom desempenho da receita fiscal e o controlo da despesa em resultado do esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos.

A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014.

Fonte: FMI world economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.



# A. Relatório de Gestão

## 3. Enquadramento do Setor

Em 2014 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas para os setores das águas e dos resíduos, definidas pelas linhas orientadoras do Programa do XIX Governo Constitucional:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 deram lugar a três eventos representativos dos esforços desenvolvidos nos setores das águas e resíduos desde 2012:

- a. A apresentação da estratégia integrada de reestruturação do setor das águas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, em outubro de 2014;
- b. A assinatura, em novembro de 2014, do contrato de compra e venda da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., ao agrupamento SUMA, vencedor do concurso público internacional;
- c. A conclusão dos trabalhos de elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas, PENSAAR 2010 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos, PERSU 2020 – Plano estratégico de resíduos sólidos urbanos, que definem as metas e objetivos do Estado para cada um dos setores.

No seguimento das alterações legislativas verificadas em 2013, de que se destacam a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho e o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, foram publicados em 2014 os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reforçando os seus poderes e independência;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que aprova a fatura detalhada para os serviços de águas e resíduos;
- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A..
- Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho,

## Estratégia integrada de reestruturação do setor das águas

Considerada essencial para garantir a continuidade, a universalidade, a qualidade e a sustentabilidade na prestação destes serviços públicos, a reestruturação do setor das águas, assenta em quatro eixos fundamentais:

1. Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
2. Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;

3. Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;

4. Garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, com rigor e transparência na fixação das tarifas.

Esta estratégia foi objeto de consulta e pronúncia por parte dos municípios até ao final de 2014.

A estratégia integrada de reestruturação do setor das águas materializa-se nos seguintes instrumentos:

- PENSAAR 2020 - que, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável;
- POSEUR - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, consubstanciando os instrumentos financeiros de apoio a investimentos alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e com vista a promover o desenvolvimento do setor numa ótica de eficiência e de sustentabilidade e a permitir o atingimento dos objetivos nacionais e comunitários;
- Regulação Económica - criação de um novo quadro regulatório, focado na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, através do reforço dos estatutos da entidade reguladora e da criação de um regulamento tarifário que consubstancie o novo modelo regulatório para o setor; e da implementação da fatura detalhada. Em dezembro de 2014, a ERSAR apresentou ao seu Conselho Consultivo, uma primeira proposta de regulamento tarifário para o setor das águas.
- Reorganização do setor de titularidade Estatal - materializada na reestruturação territorial e corporativa do grupo AdP tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência, que resultem em benefícios tarifários futuros. No que respeita aos processos de agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, registaram-se importantes desenvolvimentos, quer na componente de desenvolvimento dos estudos e modelos económicos e operacionais, quer na componente de articulação com os diferentes stakeholders.

## Planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos

Os planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos (PENSAAR 2020 e PERSU 2020, respetivamente) desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC), concluído em julho de 2014, que norteia a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

Os planos aprovados e os instrumentos de financiamento associados, cujos respetivos programas operacionais foram apresentados já no decorrer de 2015, evidenciam os novos desafios decorrentes de uma mudança de paradigma do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, com especial incidência no domínio dos resíduos, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

# A. Relatório de Gestão

## 4. Regulação

As atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos desenvolvidas pelo grupo AdP são serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas está assente nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência e da prevalência da gestão empresarial.

No ano de 2014 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória nos setores onde atuam as empresas que integram o grupo AdP, quer ao nível das formas de atuação e organização das empresas do setor quer ao nível dos poderes da Entidade Reguladora.

Das alterações mais impactantes nas formas de atuação e organização das empresas do setor, destacam-se a privatização do setor dos resíduos em curso, permitida pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que acarreta a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de resíduos urbanos, e a possibilidade de agregação e reorganização territorial de sistemas multimunicipais de serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas.

É expectativa do grupo AdP que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, cuja produção de efeitos se prevê para 1 de janeiro de 2016. Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (cost plus) para um modelo de proveitos permitidos (revenue cap), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Este documento não é público, e nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para a AdP SGPS.

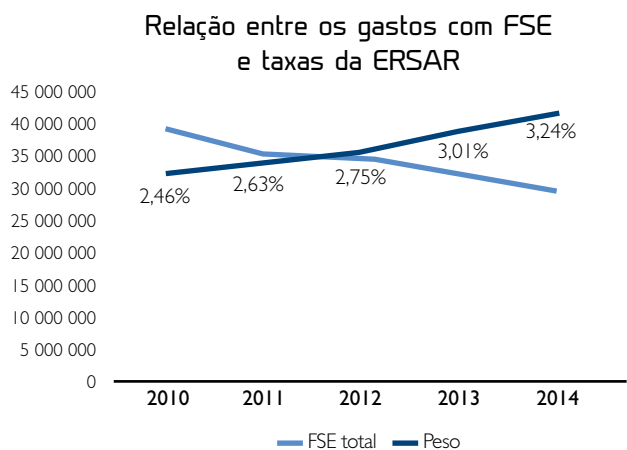
A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, dotando-a de um estatuto mais consentâneo com a sua participação em soluções locais. A EPAL tem a particularidade de ser ex lege a entidade gestora do sistema de distribuição de água da cidade de Lisboa e do abastecimento «em alta» a um conjunto de concelhos limítrofes de Lisboa, com os quais contratualiza as condições de fornecimento. Não atua ao abrigo de um contrato de concessão, mas antes com base no seu estatuto legalmente estabelecido, que lhe atribui a gestão delegada do referido sistema de titularidade estatal.

A expansão do disposto nos novos estatutos da ERSAR à EPAL, no que respeita à aprovação de tarifas e à sujeição ao regulamento tarifário está dependente da revisão, entre outros, do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho.

Nos termos dos seus estatutos, a ERSAR é financiada através da cobrança de taxas de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço e da qualidade da água para consumo humano às entidades gestoras reguladas independentemente do modelo de gestão.

Nesse contexto, a EPAL tem vindo ao longo dos anos a efetuar o pagamento respetivo destas taxas. Em 2014, apesar da continuação do esforço de contenção de gastos operacionais, nomeadamente com os FSE, verifica-se que o peso dos gastos suportados com as taxas da ERSAR (um gasto fixo) assume uma importância relativamente mais expressiva no total dos gastos incorridos pela empresa.

No gráfico seguinte apresenta-se a relação entre a evolução dos FSE suportados pela EPAL e as taxas da ERSAR (em percentagem desses gastos com os FSE), desde 2010.



## Regulação Económica

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, bem como os respetivos princípios de aplicação, são fixados por Convenção a celebrar entre a Direção Geral das Atividades Económicas e a EPAL, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e da Economia. A Convenção obedece ao regime de fixação de preços que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho e à qualificação de consumidores estabelecida na Portaria n.º 6-A/92, de 8 de janeiro.

As propostas de tarifário da EPAL são alicerçadas nos princípios de política tarifária a aplicar aos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público, enquadrados na Lei da Água, na qual a água é considerada um bem económico escasso, essencial à vida e às atividades económicas, a que se deve atribuir o justo valor; devendo o seu preço constituir o reflexo do custo real do abastecimento, dos custos ambientais e de escassez.

Os objetivos subjacentes ao estabelecimento de tarifas estão consignados na Lei da Água, no n.º 1 do art. 82.º, e no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 junho, que estabelece que o cálculo da tarifa deve gerar receitas que permitam uma remuneração adequada dos capitais investidos, níveis adequados de auto financiamento, e a cobertura dos custos de exploração.

No que diz respeito aos preços praticados em 2014, a Convenção entre a DGAE e a EPAL foi celebrada em 28 de julho de 2014 e ratificada no dia 30 de julho. O aumento médio global das tarifas da EPAL, considerando os vários tipos de Clientes da EPAL (Clientes Diretos e Clientes Municipais abastecidos em alta) foi de 1,19%.

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) elaborou um projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas, datado de dezembro de 2014, que estabelece um conjunto de regras relativas à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e respetivas obrigações de prestação de informação, para aplicação a alguns operadores, como sistemas multimunicipais e sistemas de titularidade estatal, pese embora, no caso da EPAL, tal careça de publicação de legislação específica.

A aplicação das regras previstas nesse projeto de Regulamento à EPAL poderá produzir um impacto relevante em termos de redução do valor da empresa e, conseqüentemente, do setor empresarial do Estado o que importa acautelar.

## Regulação da Qualidade de Serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.



Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores de desempenho da qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2014 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro.

## Regulação da Qualidade da Água

Nos termos da legislação, a EPAL está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pela EPAL.

A EPAL nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, deve elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

O PCQA de 2014 da empresa foi submetido em 30 de setembro de 2013 e aprovado em 22 de outubro pela ERSAR.

No cumprimento da legislação vigente, a EPAL implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas entidades competentes.

Em 2014, no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 188 763 determinações de parâmetros e 215 473 determinações de substâncias individualizadas, sendo que foram detetados 76 incumprimentos aos valores paramétricos nas torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, o que corresponde a 0,53% das determinações de substâncias realizadas, e 36 nos pontos de entrega a entidades gestoras, correspondentes a 0,18%.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Pela segunda vez em 2014, a Entidade Reguladora atribuiu selos de “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”, a várias entidades, entre as quais foi distinguida a EPAL.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Desde 2006 que a EPAL reconheceu no Plano de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança do abastecimento público de água para consumo humano, reconhecimento que permitiu a respetiva implementação, desde as origens à torneira do consumidor, a partir de 2009.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

## Regulação das Relações Comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1 de março de 2015, a cumprir, nomeadamente, com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

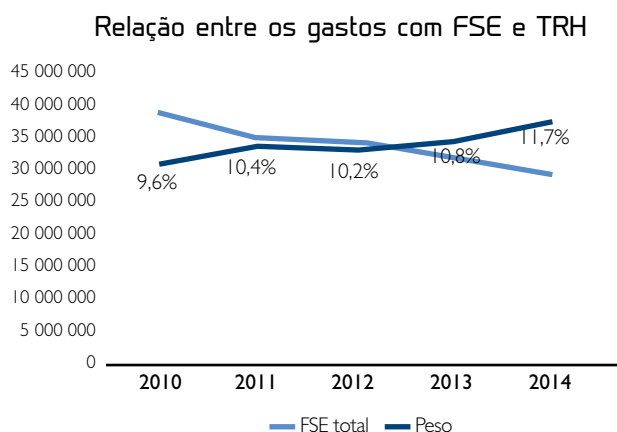
A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal, e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

## Regulação Ambiental

A EPAL e as entidades gestoras dos serviços de águas estão também sujeitas ao acompanhamento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), enquanto regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

No gráfico seguinte apresenta-se a relação entre a evolução dos FSE suportados pela EPAL e as taxas de recursos hídricos cobradas pela APA (em percentagem desses gastos com os FSE), desde 2010.



# A. Relatório de Gestão

## 5. Análise Económica e Financeira

O ano de 2014 ficou marcado por um desempenho económico bastante positivo, tendo-se alcançado o melhor resultado de sempre da EPAL. Aliado a este fato registou-se a manutenção de uma sólida posição e estrutura financeira.

Os resultados alcançados tornam-se ainda mais significativos dado que emergem da implementação de uma série de medidas de otimização que se traduziram numa enormíssima redução nos gastos operacionais (na ordem dos 10%), que mais do que compensou a redução do volume de negócios (-0,8%).

### Principais Indicadores (milhões EUR)

|                                                  | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |        |
|--------------------------------------------------|-------|-------|-------|----------------|--------|
| Volume de negócios                               | 144,2 | 143,1 | 142,0 | -1,1           | -0,8%  |
| Volume de água vendida (milhões m <sup>3</sup> ) | 205,2 | 198,7 | 192,1 | -6,6           | -3,3%  |
| Resultado líquido                                | 43,6  | 40,0  | 54,0  | 14,1           | 35,2%  |
| EBITDA                                           | 87,5  | 81,4  | 102,4 | 21,0           | 25,8%  |
| Endividamento bancário                           | 223,0 | 205,3 | 187,4 | -17,8          | -8,7%  |
| Net Debt - Endividamento líquido                 | 152,8 | 136,2 | 127,1 | -9,1           | -6,7%  |
| Net Debt to EBITDA (n.º)                         | 1,7   | 1,7   | 1,2   | -0,4           | -25,8% |
| Ativo total                                      | 883,8 | 863,7 | 865,1 | 1,4            | 0,2%   |
| Capital próprio                                  | 535,2 | 536,3 | 561,8 | 25,5           | 4,8%   |
| Passivo Total                                    | 348,5 | 327,5 | 303,4 | -24,1          | -7,4%  |

### Resultados Líquidos (milhões EUR)

- O resultado líquido de 2014 ascendeu a 54,0 milhões EUR, registando um aumento de cerca de 14,1 milhões EUR face ao resultado verificado em 2013, representando uma variação positiva de 35,2%.

|                          | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |        |
|--------------------------|-------|-------|-------|----------------|--------|
| Rendimentos totais       | 154,2 | 150,2 | 161,1 | 11,0           | 7,3%   |
| Gastos totais            | 94,6  | 94,7  | 85,3  | -9,5           | -10,0% |
| IRC/ID                   | 16,0  | 15,5  | 21,8  | 6,4            | 41,1%  |
| <b>Resultado Líquido</b> | 43,6  | 40,0  | 54,0  | 14,1           | 35,2%  |

- Concorreram decisivamente para a obtenção deste resultado as medidas de contenção de gastos levadas a cabo em 2014, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (-3,0 milhões EUR) e nos Gastos com Pessoal (-2,6 milhões EUR), que compensaram a quebra do volume de negócios ocorrida, bem como o significativo aumento do valor do imposto sobre o rendimento, devido sobretudo aos novos escalões da derrama estadual em vigor a partir de 2014. Adicionalmente, foi possível transferir, da Câmara Municipal de Lisboa para a EPAL, um terreno na zona de Campo de Ourique (Lisboa) com capacidade construtiva e que veio contribuir, de forma não recorrente, para aumentar os resultados alcançados.

### Rendimentos Totais (milhões EUR)

- Os rendimentos totais ascenderam a 161,1 milhões EUR (+7,3%) face ao período homólogo.

|                                          | 2012         | 2013         | 2014         | Variação 14/13 |             |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|-------------|
| Volume de negócios                       | 144,2        | 143,1        | 142,0        | -1,1           | -0,8%       |
| Subsídios ao investimento                | 1,3          | 1,3          | 1,3          | 0,0            | 0,0%        |
| Reversão de Provisões e ajustamentos     | 1,0          | 0,4          | 1,6          | 1,2            | 292,4%      |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | 4,3          | 2,6          | 14,5         | 11,9           | 458,1%      |
| Juros e rendimentos similares            | 3,5          | 2,8          | 1,8          | -1,0           | -36,1%      |
| <b>Rendimentos totais</b>                | <b>154,2</b> | <b>150,2</b> | <b>161,1</b> | <b>11,0</b>    | <b>7,3%</b> |

- Para além da redução do volume de negócios pela quebra de procura que se tem vindo a verificar sustentadamente nos últimos anos, salienta-se o contributo decisivo de duas rubricas para o aumento verificado face a 2013:
  - A execução de um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa que permitiu transferir para a EPAL um terreno localizado na zona de Campo de Ourique (Lisboa).
  - A dissolução e liquidação do Clube de Golfe das Amoreiras que, apesar da perda verificada pela não recuperação total do investimento realizado, gerou um rendimento económico, dado que os valores já estavam provisionados, através da respetiva reversão.
- Em sentido inverso manteve-se o fenómeno iniciado em 2013 com a rubrica de juros e rendimentos similares, tendo-se registado um decréscimo de 1,0 milhões EUR, resultante da diminuição das taxas de juros das aplicações financeiras, embora tenha havido igualmente uma forte redução nos gastos de financiamento da Empresa.

## Volume de Negócios (milhões EUR)

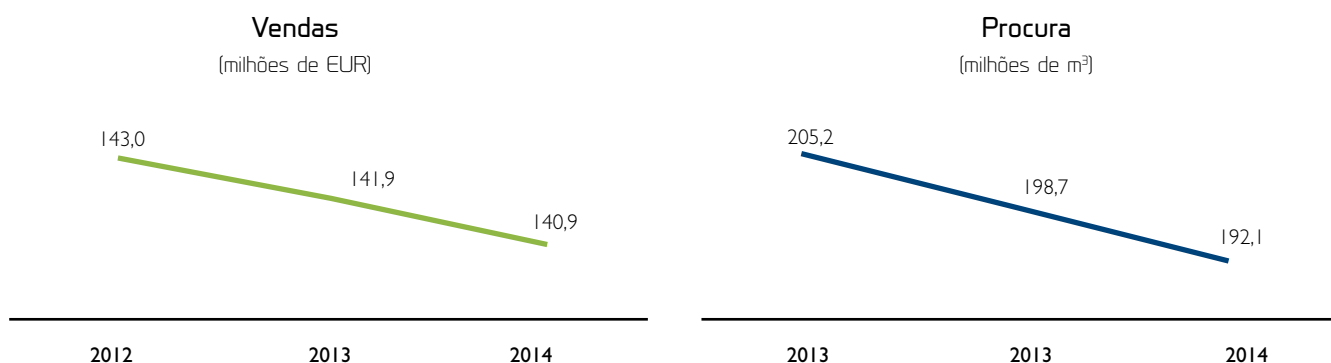
- O Volume de Negócios ascendeu a 142,0 milhões EUR (redução de 0,8%)

|                           | 2012         | 2013         | 2014         | Variação 14/13 |              |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Vendas                    | 143,0        | 141,9        | 140,9        | -1,0           | -0,7%        |
| Prestações de Serviços    | 1,2          | 1,2          | 1,1          | -0,1           | -7,0%        |
| <b>Volume de negócios</b> | <b>144,2</b> | <b>143,1</b> | <b>142,0</b> | <b>-1,1</b>    | <b>-0,8%</b> |

- O Volume de Negócios registou uma quebra de 1,1 milhões de euros (-0,8%) face a 2013, decorrente fundamentalmente do decréscimo de 6,6 milhões de m<sup>3</sup> no volume vendido (-3,3%). As receitas com a quota de serviço (componente fixa do tarifário) e prestações de serviços seguiram também esta tendência, com reduções 0,2% e de 7%, respetivamente.

## Vendas (milhões m<sup>3</sup>)

- A água vendida em 2014 foi de 192,1 milhões de m<sup>3</sup>, sendo que 138,9 milhões de m<sup>3</sup> foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 53,1 milhões de m<sup>3</sup> aos utilizadores finais (clientes diretos). Nos clientes municipais e multimunicipais registou-se um decréscimo de 6,1 milhões de m<sup>3</sup> (-4,2%), resultante mais uma vez e fundamentalmente da quebra de consumo nos concelhos limítrofes de Lisboa. Nas Vendas aos clientes diretos assistiu-se a uma redução de 0,5 milhões de m<sup>3</sup> (-0,9%), salientando-se o decréscimo verificado no segmento Estado.





## Gastos Totais (milhões EUR)

- Os gastos totais ascenderam a 85,3 milhões EUR, verificando-se uma redução de quase 9,4 milhões de euros face a 2013, o que representa uma variação de 10%, sendo de salientar a enorme redução dos gastos com FSE, em resultado da implementação de diversas medidas de otimização.

|                                                      | 2012        | 2013        | 2014        | Variação 14/13 |               |
|------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 2,9         | 2,3         | <b>2,2</b>  | -0,1           | -4,2%         |
| Fornecimento e serviços externos                     | 34,5        | 32,1        | <b>29,1</b> | -3,0           | -9,5%         |
| Gastos com o pessoal                                 | 23,3        | 25,2        | <b>22,7</b> | -2,6           | -10,2%        |
| Depreciações e perdas de imparidade em ativos        | 26,3        | 25,0        | <b>25,0</b> | 0,0            | 0,0%          |
| Perdas por imparidade                                | 0,6         | 0,7         | <b>0,9</b>  | 0,3            | 38,0%         |
| Provisões                                            | 0,1         | 0,6         | <b>0,8</b>  | 0,2            | 30,3%         |
| Impostos e taxas                                     | 1,2         | 1,2         | <b>1,0</b>  | -0,3           | -21,3%        |
| Outros gastos operacionais                           | 0,6         | 3,8         | <b>0,3</b>  | -3,5           | -91,0%        |
| Juros e gastos similares                             | 5,0         | 3,8         | <b>3,3</b>  | -0,5           | -12,0%        |
| <b>Gastos totais</b>                                 | <b>94,6</b> | <b>94,7</b> | <b>85,3</b> | <b>-9,4</b>    | <b>-10,0%</b> |
| % em função do Volume de Negócios                    | 66%         | 66%         | <b>60%</b>  |                |               |

- Em 2014 a EPAL efetuou um importante e significativo esforço de contenção de gastos, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (3,0 milhões EUR), nos Gastos com Pessoal (2,6 milhões EUR) e nos Gastos Financeiros (0,5 milhões EUR).
- A rubrica de outros gastos operacionais, que sofreu uma redução de cerca de 3,5 milhões EUR (-91,0%), foi decisivamente influenciada pela não repetição de gastos não recorrentes verificados em 2013, como foram os casos do reconhecimento do subsídio de férias de 2012 (decisão do Tribunal Constitucional) e do programa de rescisões voluntárias com trabalhadores, a fim de dar cumprimento ao disposto no art.º 63 da Lei do Orçamento de Estado para esse ano.
- No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo a manutenção do peso dos gastos operacionais (considerando as rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal) no volume de negócios. A EPAL apresentou em 2014 uma redução de 10% face ao verificado no ano anterior, cumprindo dessa forma a orientação em apreço.
- De destacar ainda a significativa redução verificada do peso dos gastos totais no volume de negócios da Empresa, apesar da redução verificada no volume de negócios deste ano.

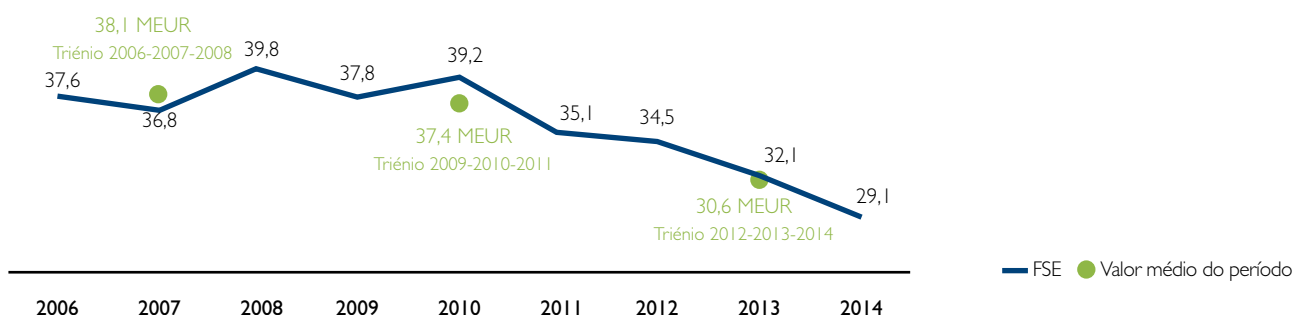
## CMVMC

- Regista-se nesta rubrica uma ligeira descida face aos anos anteriores, com uma redução global de 4,2% (cerca de 0,1 milhões EUR).

## Fornecimentos e Serviços Externos

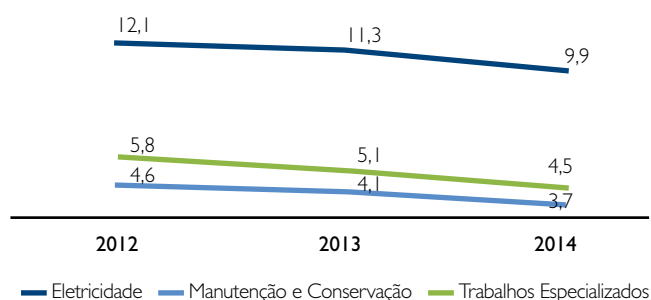
- Apesar das enormes reduções efetuadas nos exercícios anteriores, conseguiu-se reduzir ainda mais os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresentando em 2014 um decréscimo global de 9,5% (cerca de 3,0 milhões EUR) face a 2013.
- Numa análise comparativa entre os dois últimos triénios (2009/2011 e 2012/2014), verifica-se uma redução acumulada de cerca de 17% nos gastos com FSE, o que representa um valor absoluto de 16,4 milhões EUR.
- A eletricidade, rubrica que representa 34% do total dos fornecimentos e serviços externos, registou uma redução de 1,4 milhões EUR (-12,1%) face ao ano anterior, devido ao menor consumo face aos volumes vendidos (-3,3%), à diminuição do custo específico (-3,6%), resultante da adoção de novo contrato de fornecimento de energia e à diminuição do gasto unitário e à otimização de consumo (ex: melhor racionalização dos períodos horários).

## Evolução dos FSE

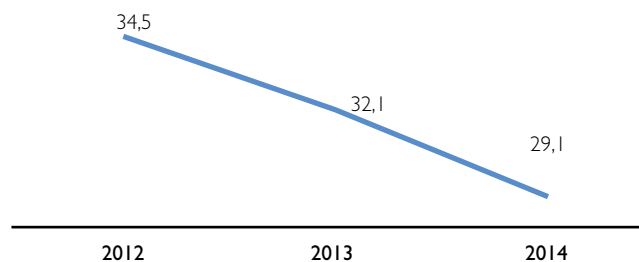


- Nas rubricas de trabalhos especializados registou-se uma diminuição significativa de 0,5 milhões EUR (-10,8%), devido essencialmente à racionalização efetuada ao nível das assistências técnicas e licenças de software, bem como à internalização de alguns serviços e atividades que levaram a uma redução nas rubricas de consultorias e assessorias. Uma outra redução verificou-se nos gastos com o finishing para clientes externos do Aquamatrix® que, contudo, origina uma redução de sensivelmente valor idêntico nos rendimentos da Empresa.
- Verificou-se ainda uma redução de 0,3 milhões EUR (-7,7%) na rubrica de manutenção e conservação.

## Evolução das principais rubricas de FSE (milhões de euros)



## Fornecimentos e Serviços Externos (milhões de euros)



## Gastos Com o Pessoal

- Em 2014 verificou-se uma redução nos gastos com pessoal de cerca de 2,6 milhões EUR face a 2013, totalizando 22,7 milhões EUR.

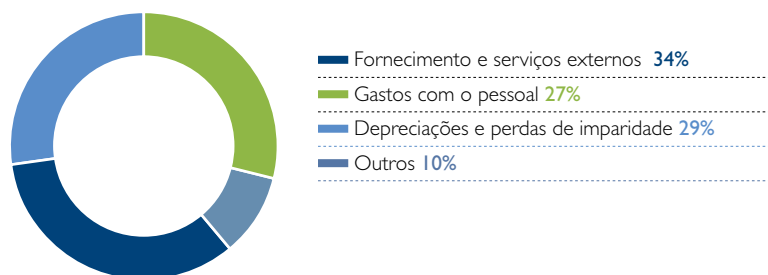
|                                 | 2012        | 2013        | 2014        | Variação 14/13 |               |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| Remunerações                    | 16,4        | 18,1        | 17,7        | -0,4           | -2,4%         |
| Benefícios de Reforma           | 1,0         | 0,8         | 0,7         | -0,2           | -21,3%        |
| Encargos sobre Remunerações     | 3,8         | 4,3         | 4,1         | -0,2           | -4,1%         |
| Seguro de Acidentes de Trabalho | 0,1         | 0,1         | 0,2         | 0,1            | 98,2%         |
| Outros                          | 2,0         | 1,9         | 2,3         | 0,4            | 23,6%         |
| Capitalizações de Gastos        | 0,0         | 0,0         | -2,4        | -2,4           | -             |
| <b>Total</b>                    | <b>23,3</b> | <b>25,2</b> | <b>22,7</b> | <b>-2,6</b>    | <b>-10,2%</b> |

- A redução verificada explica-se pela redução nas rubricas de remunerações pelo decréscimo do número de trabalhadores da Empresa, como consequência dos acordos estabelecidos para fazer face à redução constante na Lei do Orçamento de Estado para 2014 (redução mínima de 3% dos efetivos face a 2012, sendo que na EPAL foi alcançada uma redução de 8% do número de trabalhadores).
- O valor das compensações atribuídas acresce este ano à rubrica de gastos com pessoal, sendo que em 2013, pela excepcionalidade e início da medida, esse tipo de gastos foram considerados como não recorrentes, e registados numa rubrica autónoma, pelo que a comparação com o período homólogo fica assim prejudicada.

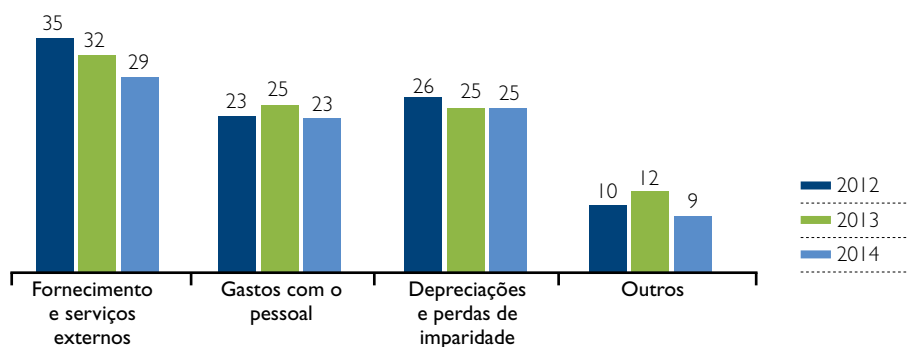
- Concorreu significativamente para esta redução ainda a capitalização de gastos com a estrutura afeta aos investimentos da Empresa, resultando num valor total capitalizável de cerca de 2,4 milhões EUR.

## Estrutura de Gastos

- As rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 34% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Gastos com Pessoal e Depreciações, com cerca de 27% e 29%, respetivamente. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.



- No que concerne à evolução de cada uma das rubricas, constata-se uma redução face aos anos anteriores em quase todas as rubricas, excetuando apenas os gastos com depreciações do exercício, tendo-se mantido esta rubrica com valores similares aos verificados em 2013.



## Margens Operacionais (milhões EUR)

- Em resultado das reduções de gastos generalizadas verificadas durante o ano de 2014 compensarem largamente a diminuição do volume de negócios, assim como a transferência da Câmara Municipal de Lisboa para a EPAL, de um terreno localizado na zona de Campo de Ourique (Lisboa), ter gerado um rendimento adicional, levou a que o EBITDA alcançasse um valor de 102,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 25,8% face ao ano anterior.
- Regista-se a forte descida dos gastos operacionais face a 2013, para cerca de 57 milhões EUR, o que representa uma variação de quase 14%.

|                                       | 2012         | 2013         | 2014         | Variação 14/13 |               |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|---------------|
| Volume de negócios                    | 144,2        | 143,1        | 142,0        | -1,1           | -0,8%         |
| Outros rendimentos operacionais       | 6,5          | 4,3          | 17,4         | 13,1           | 306,0%        |
| <b>Rendimentos Operacionais</b>       | <b>150,7</b> | <b>147,4</b> | <b>159,4</b> | <b>12,0</b>    | <b>8,1%</b>   |
| Custo das vendas                      | 2,9          | 2,3          | 2,2          | -0,1           | -4,2%         |
| Fornecimentos e serviços externos     | 34,5         | 32,1         | 29,1         | -3,0           | -9,5%         |
| Gastos com o pessoal                  | 23,3         | 25,2         | 22,7         | -2,6           | -10,2%        |
| Perdas de imparidade                  | 0,6          | 0,7          | 0,9          | 0,3            | 38,0%         |
| Outros gastos operacionais            | 1,8          | 5,0          | 1,3          | -3,7           | -74,1%        |
| Provisões                             | 0,1          | 0,6          | 0,8          | 0,2            | 30,3%         |
| <b>Gastos Operacionais</b>            | <b>63,2</b>  | <b>65,9</b>  | <b>56,9</b>  | <b>-9,0</b>    | <b>-13,6%</b> |
| <b>Cash flow operacional (EBITDA)</b> | <b>87,5</b>  | <b>81,4</b>  | <b>102,4</b> | <b>21,0</b>    | <b>25,8%</b>  |

- Estes resultados são também visíveis em termos de margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios), a qual passou de 57% para 72% (aumento de 26,8%).

|                      | 2012       | 2013       | 2014       | Variação 14/13 |              |
|----------------------|------------|------------|------------|----------------|--------------|
| EBITDA               | 87,5       | 81,4       | 102,4      | 21,0           | 25,8%        |
| Volume de negócios   | 144,2      | 143,1      | 142,0      | -1,1           | -0,8%        |
| <b>Margem EBITDA</b> | <b>61%</b> | <b>57%</b> | <b>72%</b> | <b>15 p.p.</b> | <b>26,8%</b> |

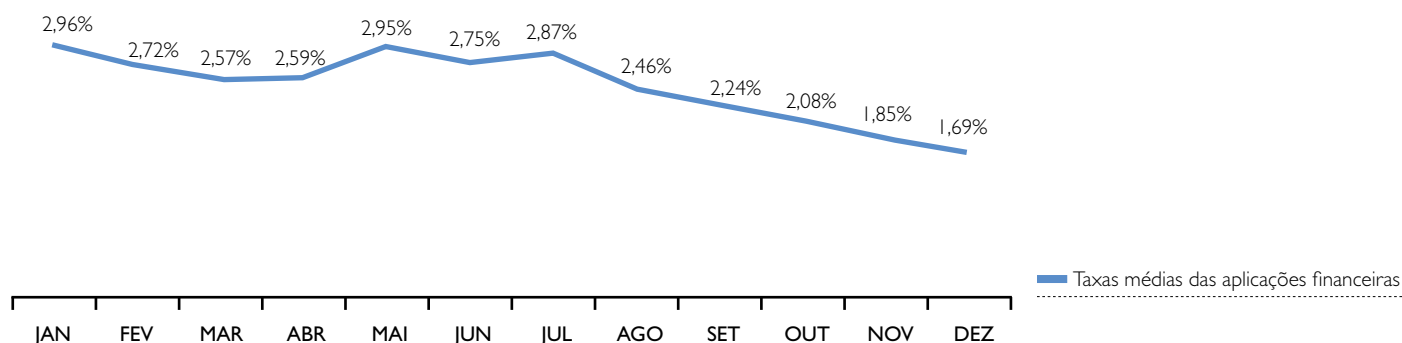
Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

## Resultados Financeiros (milhões EUR)

- Verifica-se uma degradação dos resultados financeiros em 0,6 milhões EUR, que em 2014 ascenderam a -1,5 milhões EUR. Contudo, a EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

|                                  | 2012        | 2013        | 2014        | Variação 14/13 |              |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|--------------|
| Rendimentos e ganhos financeiros | 3,5         | 2,8         | 1,8         | -1,0           | -36,1%       |
| Gastos e perdas financeiros      | -5,0        | -3,8        | -3,3        | 0,5            | -12,0%       |
| <b>Resultados financeiros</b>    | <b>-1,6</b> | <b>-1,0</b> | <b>-1,5</b> | <b>-0,6</b>    | <b>56,6%</b> |

- Constata-se uma redução dos gastos financeiros (-0,5 milhões EUR) que atenuaram a significativa redução dos rendimentos financeiros (-1,0 milhões EUR). Esta redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo de melhores condições nos financiamentos existentes da EPAL, aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.
- Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros de aplicações bancárias e ascenderam a 1,8 milhões EUR. A sua evolução e notória degradação face ao ano anterior justifica-se pelo excesso de liquidez que as instituições bancárias dispõem, pelo que não remuneraram adequadamente os excedentes financeiros disponíveis. Depreende-se tal facto da leitura do gráfico seguinte, verificando-se que a taxa média de 2013 foi de 3,75%, sendo que a obtida em 2014 foi de 2,52%.



- Os gastos financeiros ascenderam a 3,3 milhões EUR, menos 12,0% do que no ano anterior; e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas.
- Atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos em 2014, atingindo o valor médio de 1,53%, para uma distribuição de capital de cerca de 53% à taxa fixa e cerca de 47% à taxa variável. Salienta-se ainda que se verificou uma redução de cerca de 4,4% no custo do financiamento face ao ano anterior; cujo valor atingido foi de 1,60% (2,02% em 2012).
- A empresa não recorreu em 2014 a qualquer novo financiamento, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de 17,8 milhões EUR relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.
- A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final de 2014, o

endividamento da Empresa era de 187,4 milhões EUR, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes entre os 3 e os 16 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido 17,8 milhões de euros. Do valor por amortizar, 53% correspondem a empréstimos a taxa fixa e 47% a taxa variável.

- Apesar de em 2014 se ter verificado uma diminuição significativa do saldo das disponibilidades líquidas da Empresa, face aos anos anteriores, resultante da liquidação dos valores respeitantes às taxas de subsolo da Câmara Municipal de Lisboa relativas aos anos de 2006 a 2009, a dívida financeira líquida tem vindo a diminuir significativamente, devido à amortização parcial do financiamento contratado pela EPAL junto do BEI.

|                                  | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |        |
|----------------------------------|-------|-------|-------|----------------|--------|
| Net Debt - Endividamento Líquido | 152,8 | 136,2 | 127,1 | -9,1           | -6,7%  |
| Net Debt to EBITDA               | 1,7   | 1,7   | 1,2   | -0,4           | -25,8% |

- Para além do bom desempenho económico, saliente-se que a EPAL continua a manter uma forte robustez financeira, evidenciando uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

## Posição Financeira (milhões EUR)

- No final de 2014, o ativo da EPAL ascendia a 865,1 milhões EUR e o capital próprio e o passivo eram de 561,8 e 303,4 milhões Euros, respetivamente

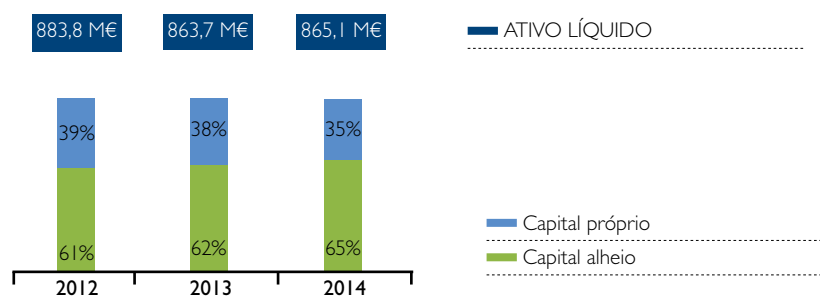
|                                           | 2012         | 2013         | 2014         | Variação 14/13 |             |
|-------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|-------------|
| Ativo não corrente                        | 775,9        | 755,5        | 761,6        | 6,1            | 0,8%        |
| Ativo corrente                            | 107,9        | 108,2        | 103,6        | -4,7           | -4,3%       |
| <b>Total do ativo</b>                     | <b>883,8</b> | <b>863,7</b> | <b>865,1</b> | <b>1,4</b>     | <b>0,2%</b> |
| Capital próprio                           | 535,2        | 536,3        | 561,8        | 25,5           | 4,8%        |
| Passivo não corrente                      | 287,8        | 267,8        | 244,4        | -23,5          | -8,8%       |
| Passivo corrente                          | 60,7         | 59,6         | 59,0         | -0,6           | -1,1%       |
| <b>Total do capital próprio e passivo</b> | <b>883,8</b> | <b>863,7</b> | <b>865,1</b> | <b>1,4</b>     | <b>0,2%</b> |

- A EPAL terminou o ano de 2014 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 64,9% e um fundo de maneo positivo de 44,6 milhões EUR. O valor do Net Debt/EBITDA de 1,24 em 2014 confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

|                              | 2012  | 2013  | 2014  |
|------------------------------|-------|-------|-------|
| Autonomia Financeira         | 60,6% | 62,1% | 64,9% |
| Net Debt/EBITDA              | 1,75  | 1,67  | 1,24  |
| Fundo de maneo (milhões EUR) | 47,1  | 48,6  | 44,6  |
| Solvabilidade                | 1,54  | 1,64  | 1,85  |

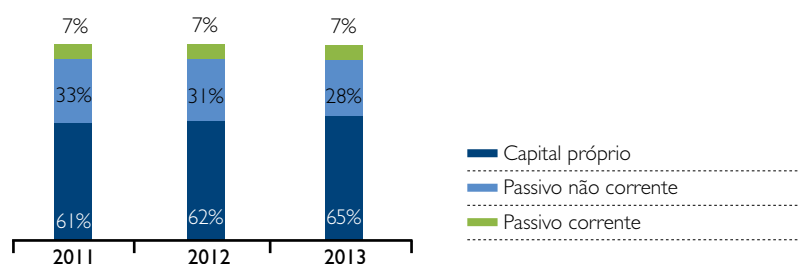
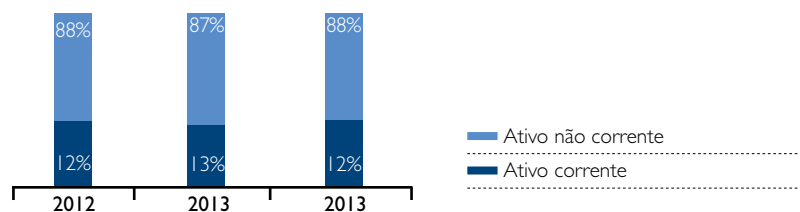
Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total  
 NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA  
 Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente  
 Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

- A EPAL mantém uma forte robustez financeira, evidenciando uma equilibrada estrutura de capital e uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo





- A otimização dos recursos financeiros continua a ser uma das prioridades da EPAL, procurando-se uma adequada correspondência entre maturidades de ativos e respetivas fontes de financiamento. No final de 2014 evidenciava-se uma sólida relação entre ativos não correntes (88% do total) e capitais permanentes (capital próprio e passivo não corrente representavam em conjunto 93% do total).

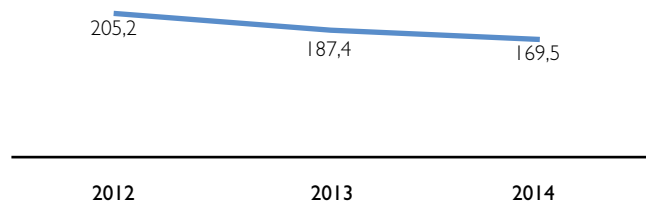


## Endividamento de Médio e Longo Prazo (milhões EUR)

- O endividamento bancário de médio e longo prazo, ascendia a 169,5 milhões EUR no final de 2014, menos 17,9 milhões Euros que em 2013, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano.

### Endividamento médio e longo prazo

(milhões de EUR)



- Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010.
- No ano de 2014 foi aprovado pelo BEI um novo financiamento para os investimentos no período de 2013-2016, no montante de 70 milhões EUR, que se encontra ainda em formalização.

## Cash Flow Gerado (milhões EUR)

- O cash flow do ano foi negativo em 8,7 milhões Euros, devido sobretudo às atividades de investimento desenvolvidas na EPAL, bem como à distribuição de dividendos e serviço da dívida ao BEI. Contudo verifica-se que os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional foram suficientes para assegurar a totalidade do serviço da dívida bancária e a remuneração do acionista.

|                                              | 2012         | 2013         | 2014       |
|----------------------------------------------|--------------|--------------|------------|
| Fluxos de caixa operacionais                 | 65,3         | 59,8         | 57,5       |
| Fluxos de caixa do investimento              | -15,0        | -4,3         | -13,1      |
| Pagamentos em atividades de financiamento    |              |              |            |
| Distribuição de dividendos                   | -34,0        | -35,1        | -32,0      |
| Serviço da dívida bancária                   | -21,3        | -21,5        | -21,2      |
| Recebimentos em atividades de financiamento  |              |              |            |
| Fluxos de Investimento                       | -13,5        | -44,5        | 14,0       |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes</b> | <b>-18,5</b> | <b>-45,6</b> | <b>5,3</b> |

- O autofinanciamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade.

## Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

- As dívidas de clientes sofreram um aumento durante o ano de 2014, que se ficou a dever em parte ao aumento do prazo médio de recebimentos, bem como ao fato de o recebimento efetivo de alguns clientes se ter verificado apenas nos primeiros dias de janeiro de 2015.

## Evolução das dívidas totais de clientes

|                                       | 2012              | 2013              | 2014              |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Clientes Diretos                      | 14 277 435        | 15 889 019        | 18 700 648        |
| Clientes Municipais e Multimunicipais | 9 088 057         | 9 548 297         | 12 294 586        |
| Prestação de Serviços                 | 664 690           | 685 103           | 624 406           |
| <b>Total</b>                          | <b>24 030 181</b> | <b>26 122 419</b> | <b>31 619 640</b> |

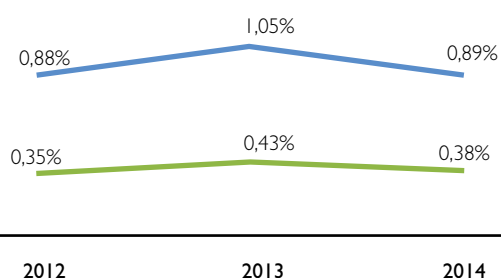
## Evolução das dívidas vencidas de clientes

|                       | Não vencido       | 0 - 30 Dias      | 31 - 60 Dias     | 61 - 180 Dias    | 181 - 365 Dias   | > 365 Dias        | Total             |
|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Clientes Diretos      | 5 253 446         | 2 090 576        | 689 036          | 1 463 939        | 1 788 295        | 7 415 355         | 18 700 648        |
| Clientes Municipais   | 4 673 182         | 5 398            | 1 940 459        | 103 123          | 399 906          | 5 172 517         | 12 294 586        |
| Prestação de Serviços | 241 940           | 106 526          | 23 707           | 24 608           | 18 027           | 209 598           | 624 406           |
| <b>Total</b>          | <b>10 168 567</b> | <b>2 202 501</b> | <b>2 653 203</b> | <b>1 591 671</b> | <b>2 206 229</b> | <b>12 797 470</b> | <b>31 619 640</b> |

Nota: Não inclui imparidades constituídas no valor total de 6.098.966 euros

- As imparidades de clientes registaram um decréscimo em 2014 face a 2013, sendo que os indicadores de cobrança apresentam uma boa performance quer face aos clientes abrangidos, quer face aos clientes totais da EPAL.

|                                                | 2012        | 2013        | 2014        |
|------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Imparidades do Ano                             | 569 110     | 681 253     | 593 712     |
| Faturação dos Clientes Abrangidos              | 64 355 118  | 64 591 116  | 66 731 015  |
| Faturação Total dos Clientes                   | 160 368 027 | 158 386 068 | 157 179 983 |
| Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos | 0,88%       | 1,05%       | 0,89%       |
| Imparidade / Faturação Total dos Clientes      | 0,35%       | 0,43%       | 0,38%       |



— Imparidade/Faturação dos Clientes Abrangidos  
— Imparidade/Faturação Total dos Clientes

## Fundo de Pensões

- O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 39,5 Milhões de EUR, registando um nível de financiamento de 112%, utilizando uma taxa de desconto de 2,5%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 35,3 milhões de EUR.
- O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 17,7 milhões EUR no final de 2014.

## Empresas Participadas

- Tendo em consideração a degradação da condição financeira do Clube de Golfe das Amoreiras, sociedade que se mantinha inativa há alguns anos e cujo objeto social é inviável por inexistência das condições legais indispensáveis ao efeito, foi solicitado pela EPAL ao Acionista e à Secretaria de Estado do Tesouro (enquanto titular da função acionista, nos termos do DL 133/2013, de 3 de outubro) autorização para se proceder à dissolução e liquidação desta sociedade, tendo-se obtido despacho favorável.
- Atendendo a que as contas reportadas na data demonstram que a sociedade não tinha qualquer passivo, com exceção dos suprimentos da acionista única, no valor de 1,4 milhões EUR, mas que possuía ativo cujo valor global estimado é de 0,7 milhões EUR, procedeu-se à dissolução e liquidação imediata da Sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., pela transmissão global de todo o seu património, ativo e passivo, para a acionista única, a EPAL.

# A. Relatório de Gestão

## 6. Atividade Operacional

### 6.1. Produção de Água

#### Origens

Foram utilizadas as seguintes origens para a captação de água:

- Albufeira do Castelo do Bode
- Rio Tejo
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA

#### Ciclo da Água

|                                                      | 2012               | 2013               | 2014               | Variação 14/13    |              |
|------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------|
| <b>Água captada (Volume captado por origem) (m³)</b> | <b>224 490 035</b> | <b>218 251 646</b> | <b>212 028 000</b> | <b>-6 223 646</b> | <b>-2,9%</b> |
| Castelo de Bode                                      | 159 137 870        | 175 765 850        | <b>184 851 872</b> | 9 086 022         | 5,2%         |
| Valada Tejo                                          | 46 934 750         | 26 717 710         | <b>13 946 310</b>  | -12 771 400       | -47,8%       |
| Capt. Subterrâneas                                   | 18 417 415         | 15 768 086         | <b>13 229 818</b>  | -2 538 268        | -16,1%       |
| <b>Água tratada/produzida (m³)</b>                   | <b>224 184 675</b> | <b>217 838 881</b> | <b>211 732 490</b> | <b>-6 106 391</b> | <b>-2,8%</b> |
| Castelo de Bode                                      | 159 132 240        | 175 759 785        | <b>184 846 832</b> | 9 087 047         | 5,2%         |
| Valada Tejo                                          | 46 635 020         | 26 311 010         | <b>13 655 840</b>  | -12 655 170       | -48,1%       |
| Capt. Subterrâneas                                   | 18 417 415         | 15 768 086         | <b>13 229 818</b>  | -2 538 268        | -16,1%       |
| <b>Água Vendida (m³)</b>                             | <b>205 210 051</b> | <b>198 667 724</b> | <b>192 067 383</b> | <b>-6 600 341</b> | <b>-3,3%</b> |
| Clientes Municipais/Multimunicipais                  | 150 510 004        | 145 065 697        | <b>138 924 343</b> | -6 141 354        | -4,2%        |
| Clientes Municipais                                  | 121 545 908        | 116 950 916        | <b>111 550 563</b> | -5 400 353        | -4,6%        |
| Clientes Multimunicipais                             | 28 964 096         | 28 114 781         | <b>27 373 780</b>  | -741 001          | -2,6%        |
| Clientes Diretos (em Lisboa e fora de Lisboa)        | 54 700 047         | 53 602 027         | <b>53 143 040</b>  | -458 986          | -0,9%        |
| <b>Água não faturada (m³)</b>                        | <b>19 279 984</b>  | <b>19 583 923</b>  | <b>19 960 617</b>  | <b>376 694</b>    | <b>1,9%</b>  |
| Água não faturada na Rede de Distribuição            | 9 008 306          | 8 166 925          | <b>8 181 958</b>   | 15 033            | 0,2%         |
| Água não faturada na Produção e Transporte           | 10 271 678         | 11 416 998         | <b>11 778 659</b>  | 361 661           | 3,2%         |
| <b>Água não faturada (%)</b>                         | <b>8,6%</b>        | <b>9,0%</b>        | <b>9,4%</b>        | <b>0,4 p.p.</b>   |              |
| Água não faturada na Rede de Distribuição            | 8,7%               | 7,9%               | <b>8,1%</b>        | 0,2 p.p.          |              |
| Água não faturada na Produção e Transporte           | 4,6%               | 5,2%               | <b>5,6%</b>        | 0,4 p.p.          |              |

À semelhança do sucedido nos últimos anos, também em 2014, se registou uma redução dos volumes captados, na ordem dos 2,9% face ao ano anterior.

Acentuou-se a exploração da captação do Castelo do Bode, que representou, em 2014, cerca de 87% do volume total de água captada. Esta opção implicou uma transferência da produção da ETA de Vale da Pedra para a ETA da Asseiceira, o que se veio a revelar uma excelente medida de gestão pelos ganhos proporcionados, nomeadamente na redução do consumo de energia, na redução de reagentes e na melhoria da qualidade da água distribuída.

A Reabilitação e Remodelação da Captação de Valada Tejo justificou a elaboração do primeiro Plano de Contingência do Sistema de Abastecimento de Água da EPAL, aplicado durante as obras. Para permitir a aplicação do plano de contingência foram asseguradas ligações entre os vários sistemas e adutores da empresa de que resultou uma redução muito significativa do risco do abastecimento.

A redução dos volumes de água vendida, face a 2013, atingiu os 3,3%, correspondente a menos 6,6 milhões de metros cúbicos. A redução mais acentuada verificou-se nos clientes municipais, atingindo uma percentagem da ordem dos 4,6.

O volume de água não faturada na rede de distribuição manteve-se num nível de excelência, embora com um ligeiríssimo acréscimo (+ 0,2 p.p.) mas dentro do patamar dos 8 milhões de m<sup>3</sup>. Em termos relativos, verificou-se uma variação de 7,9% para 8,1% sobretudo por força da redução dos volumes entrados na rede. No sistema de adução o volume de água não faturado correspondeu a 11,8 milhões de m<sup>3</sup>, o que corresponde a 5,6% da água entrada no sistema.

## Adução

|                           | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|---------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Comprimento Condutas (km) | 710  | 710  | 710  | 0              | -0,04% |
| Est. Elevatórias (n.º)    | 31   | 31   | 31   | 0              | 0,00%  |
| Reservatórios (n.º)       | 28   | 28   | 28   | 0              | 0,00%  |
| Pontos de Entrega (n.º)   | 128  | 127  | 126  | -1             | -0,79% |

|                                       | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|---------------------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Avárias em Condutas na Rede de Adução | 26   | 13   | 23   | 10             | 76,92% |

## Distribuição

|                          | 2012   | 2013   | 2014    | Variação 14/13 |       |
|--------------------------|--------|--------|---------|----------------|-------|
| Comprimento da Rede (km) | 1 434  | 1 448  | 1 446   | -2             | -0,2% |
| Est. Elevatórias (n.º)   | 10     | 10     | 10      | 0              | 0,0%  |
| Reservatórios (n.º)      | 14     | 14     | 14      | 0              | 0,0%  |
| Ramais (n.º)             | 83 984 | 86 428 | 100 991 | 14 563         | 16,8% |
| Zonas Altimétricas (n.º) | 4      | 4      | 4       | 0              | 0,0%  |

|                                                         | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |       |
|---------------------------------------------------------|-------|-------|-------|----------------|-------|
| Renovação da Rede de Distribuição (km)                  | 12,4  | 9,3   | 12,1  | 2,8            | 30,6% |
| Reabilitação de condutas na Rede de Distribuição (em %) | 0,87% | 0,64% | 0,84% | 0,0 p.p.       |       |
| Reabilitação de Ramais (em %)                           | 2,30% | 1,32% | 1,27% | 0,0 p.p.       |       |

|                                                          | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|----------------------------------------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Avárias em Condutas na Rede de Distribuição (ERSAR)      | 527  | 528  | 426  | -102           | -19,3% |
| Avárias em Condutas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição | 37   | 36   | 29   | -7             | -19,3% |
| Roturas em Ramais                                        | 857  | 706  | 681  | -25            | -3,5%  |

O ano de 2014 ficou positivamente marcado por uma redução muito significativa de roturas, tanto em condutas (-102 ocorrências) como em ramais (-25 ocorrências). Este desempenho permitiu atingir um rácio de 29 avarias/100km/ano o que posiciona pela primeira vez a EPAL abaixo do referencial definido pela ERSAR.

## 6.2. Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água é assegurado pelo cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL, que compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, o Controlo Operacional da qualidade da água nas origens e água para consumo humano no Sistema de Abastecimento da EPAL, o controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas Fábricas e na Estação de Descarbonatação de Alenquer e o controlo dos produtos utilizados no tratamento realizado em todo Sistema de Abastecimento da EPAL.

## Pontos de Amostragem

Para cumprimento do Controlo Legal são utilizados 1 352 pontos de amostragem nas torneiras dos clientes, 90 pontos instalados nos locais de entrega às Entidades Gestoras e 7 instalados nas entregas a clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.



No Controlo Operacional/Vigilância existem 179 pontos fixos de amostragem na Rede de Distribuição da cidade de Lisboa, 54 pontos representativos do Sistema de Adução e Transporte e 37 instalados nas origens de água.

Para efeitos do Controlo de Processo são utilizados 84 pontos de amostragem nas Fábricas da Asseiceira, Vale da Pedra e Estação de Descarbonatação de Alenquer, onde são controlados ainda os produtos utilizados no tratamento realizado no Sistema de Abastecimento da EPAL.

## Determinações Realizadas

Em 2014, foram colhidas 6 411 amostras de água no âmbito do Controlo Legal e Controlo Operacional/Vigilância do PCQA e 8 353 amostras no âmbito do controlo de processo e controlo dos produtos utilizados no tratamento.

Foram pesquisados 186 parâmetros e 286 substâncias individualizadas no âmbito do Controlo Legal, Operacional e de Processo, e realizadas 188 763 determinações de parâmetros (215 473 determinações de substâncias individualizadas) distribuídas da seguinte forma:

|                                                                | N.º Determinações |                |
|----------------------------------------------------------------|-------------------|----------------|
|                                                                | (parâmetros)      | (substâncias)  |
| <b>Controlo Legal</b>                                          |                   |                |
| Clientes Diretos através da Adução                             | 557               | 628            |
| Entregas a Entidades Gestoras                                  | 18 224            | 19 601         |
| Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa                  | 14 136            | 14 400         |
| <b>Sub-total</b>                                               | <b>32 917</b>     | <b>34 629</b>  |
| <b>Controlo Operacional/Vigilância</b>                         |                   |                |
| Captações Subterrâneas                                         | 5 804             | 10 190         |
| Captações Superficiais                                         | 13 226            | 16 356         |
| Sistema de Adução (desde saída das Fábricas)                   | 39 708            | 49 449         |
| Rede de Distribuição (Pontos fixos)                            | 27 931            | 32 461         |
| <b>Sub-total</b>                                               | <b>86 669</b>     | <b>108 456</b> |
| <b>Controlo de Processo</b>                                    |                   |                |
| Fábrica da Asseiceira                                          | 13 638            | 13 730         |
| Fábrica de Vale da Pedra                                       | 47 290            | 50 313         |
| Estação de decarbonatação de Alenquer                          | 2 832             | 2 928          |
| <b>Sub-total</b>                                               | <b>63 760</b>     | <b>66 971</b>  |
| <b>Controlo de Efluentes e Lamas do Processo de Tratamento</b> |                   |                |
| Fábrica da Asseiceira                                          | 1 081             | 1 081          |
| Fábrica de Vale da Pedra                                       | 1 079             | 1 079          |
| <b>Sub-total</b>                                               | <b>2 160</b>      | <b>2 160</b>   |
| <b>Controlo de Produtos de Tratamento</b>                      |                   |                |
| Fábrica da Asseiceira                                          | 418               | 418            |
| Fábrica de Vale da Pedra                                       | 2 835             | 2 835          |
| Sistema de Adução/Distribuição                                 | 4                 | 4              |
| <b>Sub-total</b>                                               | <b>3 257</b>      | <b>3 257</b>   |
| <b>Total</b>                                                   | <b>188 763</b>    | <b>215 473</b> |

Decorrentes de Reclamações da Qualidade da Água, de Processos de Incumprimentos de Valores de Alerta, Paramétricos e Recomendados e de Operações de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios e Condutas, foram recolhidas mais 473 amostras que originaram 4 897 determinações de substâncias individualizadas.

# Evolução da Qualidade da Água

## Nas Origens

### Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode tem-se mantido estável. Todos os parâmetros cumprem o estabelecido para a Classe A1 à exceção dos parâmetros Coliformes fecais, Coliformes totais e Salmonelas, que se integram na Classe A2. No entanto, a Fábrica da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

### Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água tem-se mantido estável, com agravamentos pontuais decorrentes de situações de chuva e seca. Para o parâmetro Substâncias extraíveis com clorofórmio, a água do Rio Tejo integra-se na Classe superior a A3 e para os parâmetros Coliformes totais e Hidrocarbonetos dissolvidos integra-se na Classe A3. Os parâmetros Azoto amoniacal, Coliformes fecais, Cor e *Escherichia coli*, integram-se na Classe A2 e os restantes controlados na Classe A1.

### Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, foram apenas o Bário, Ferro dissolvido e a Temperatura nas captações subterrâneas das Lezírias utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano.

## Água Fornecida/distribuída

### Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor, cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,53% (76 incumprimentos) das determinações de substâncias realizadas.

### A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,18% de valores não conformes (36 incumprimentos).

Comparativamente com o ano 2013, conclui-se que houve um ligeiro aumento do número de incumprimentos nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e no controlo operacional e de vigilância.

### Divulgação de Dados

No sítio [www.epal.pt](http://www.epal.pt) e com periodicidade mensal, são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente:

- São publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores;

- São enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega;
- Procede-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

## 6.3. Atividade Comercial

### Clientes e Mercado

|                                                          | 2012      | 2013      | 2014                     | Variação 14/13 |         |
|----------------------------------------------------------|-----------|-----------|--------------------------|----------------|---------|
| Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos) | 17        | 17        | 17                       | 0              | 0,00%   |
| Clientes Multimunicipais                                 | 3         | 3         | 3                        | 0              | 0,00%   |
| Clientes Directos (dentro e fora de Lisboa)              | 346 121   | 347 233   | 349 151                  | 1 918          | 0,55%   |
| Domésticos                                               | 297 336   | 298 992   | 300 389                  | 1 397          | 0,47%   |
| Comércio e Indústria                                     | 41 712    | 41 318    | 42 025                   | 707            | 1,71%   |
| Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas          | 4 367     | 4 269     | 3 226                    | -1 043         | -24,43% |
| Instituições Privadas de Direito Público                 | 2 704     | 2 652     | 3 509 <sup>(1)</sup>     | 857            | 32,32%  |
| Unidades Militares                                       | 2         | 2         | 2                        | 0              | 0,00%   |
| Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)          | 34        | 34        | 34                       | 0              | 0,00%   |
| Número de consumidores                                   | 2 870 507 | 2 859 714 | 2 846 875 <sup>(2)</sup> | -12 839        | -0,45%  |
| Lisboa                                                   | 547 733   | 524 282   | 511 667                  | -12 615        | -2,41%  |
| Municípios                                               | 2 322 774 | 2 335 432 | 2 335 208                | -224           | -0,01%  |
| Área total abastecida (Km <sup>2</sup> )                 | 7 090     | 7 090     | 7 095 <sup>(3)</sup>     | 5              | 0,08%   |
| Lisboa                                                   | 85        | 85        | 100                      | 15             | 17,65%  |
| Municípios                                               | 7 005     | 7 005     | 6 995                    | -10            | -0,14%  |

<sup>(1)</sup> Em 2014, na sequência da passagem de algumas atribuições da CML para as Juntas de Freguesia, designadamente ao nível dos jardins e da limpeza urbana, ocorreu uma transferência de titularidade de contratos de alguns locais que antes eram da CML e passaram a pertencer a Juntas de Freguesia

<sup>(2)</sup> INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2013)

<sup>(3)</sup> Área em Km<sup>2</sup> (dados 2014 com referência a 2013)

Regista-se um muito ligeiro crescimento dos Clientes Domésticos e dos Clientes do Comércio e Indústria. As variações perceptíveis, e de sinal contrário, no Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas e nas Instituições Privadas de Direito Público justificam-se pelo teor da nota (1).

No quadro seguinte apresenta-se a relação dos Clientes Multimunicipais e Municipais a bastecidos pela empresa:

| Municípios Abastecidos | Cliente        | Entidade                    |
|------------------------|----------------|-----------------------------|
| ALENQUER               | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| ALCOBAÇA               | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| ARRUDA DOS VINHOS      | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| AZAMBUJA               | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| BOMBARRAL              | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| CADAVAL                | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| CALDAS DA RAINHA       | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| LOURINHÃ               | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| NAZARÉ                 | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| ÓBIDOS                 | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| PENICHE                | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| RIO MAIOR              | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| SOBRAL DE MONTE AGRAÇO | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| TORRES VEDRAS          | Multimunicipal | ÁGUAS DO OESTE              |
| ENTRONCAMENTO          | Multimunicipal | ÁGUAS DO CENTRO             |
| VILA N. BARQUINHA      | Multimunicipal | ÁGUAS DO CENTRO             |
| TORRES NOVAS           | Multimunicipal | ÁGUAS DO RIBATEJO           |
| ALCANENA               | Municipal      | LUSÁGUA, ALCANENA           |
| AMADORA                | Municipal      | SIMAS DE OEIRAS E AMADORA   |
| BATALHA                | Municipal      | ÁGUAS DO LENA               |
| CARTAXO                | Municipal      | CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO |
| CASCAIS                | Municipal      | ÁGUAS DE CASCAIS            |
| CONSTANCIA             | Municipal      | MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA     |
| LEIRIA                 | Municipal      | SMAS LEIRIA                 |
| LOURES                 | Municipal      | SIMAR DE LOURES E ODIVELAS  |
| MAFRA                  | Municipal      | BE WATER - ÁGUAS DE MAFRA   |
| ODIVELAS               | Municipal      | SIMAR DE LOURES E ODIVELAS  |
| OEIRAS                 | Municipal      | SIMAR DE OEIRAS E AMADORA   |
| OURÉM                  | Municipal      | BE WATER - ÁGUAS DE OURÉM   |
| PORTO DE MÓS           | Municipal      | MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS   |
| SANTARÉM               | Municipal      | ÁGUAS DE SANTARÉM           |
| SINTRA                 | Municipal      | SMAS DE SINTRA              |
| TOMAR                  | Municipal      | SMAS TOMAR                  |
| VILA FRANCA DE XIRA    | Municipal      | SMAS DE VILA FRANCA DE XIRA |

## Prestação de Serviços

### Venda de Água

|                          | 2012               | 2013               | 2014               | Varição 14/13     |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Clientes Diretos         | 54 700 047         | 53 602 027         | 53 143 040         | -458 986          |
| Clientes Municipais      | 121 545 908        | 116 950 916        | 111 550 563        | -5 400 353        |
| Clientes Multimunicipais | 28 964 096         | 28 114 781         | 27 373 780         | -741 001          |
| <b>Total</b>             | <b>205 210 051</b> | <b>198 667 724</b> | <b>192 067 383</b> | <b>-6 600 341</b> |

Mantém-se persistente a redução, de ano para ano, dos volumes de água vendida, que atingiu em 2014, cerca de 3,3% face ao ano anterior, envolvendo as diferentes categorias de clientes, mas com acentuada expressão nos Clientes Municipais.

| Estrutura de Consumos - Clientes Diretos | 2012          | 2013          | 2014          | Variação 14/13 | Variação % 14/13 |
|------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|------------------|
| Doméstico                                | 26 857        | 26 492        | <b>26 508</b> | 15             | 0,1%             |
| Comércio/Indústria                       | 11 722        | 11 483        | <b>11 593</b> | 110            | 1,0%             |
| Inst. Interesse Público                  | 1 877         | 1 861         | <b>2 643</b>  | 782            | 42,0%            |
| Embaixadas                               | 179           | 159           | <b>171</b>    | 12             | 7,5%             |
| Estado                                   | 5 342         | 4 866         | <b>4 499</b>  | -367           | -7,5%            |
| Unidades Militares                       | 360           | 318           | <b>283</b>    | -35            | -11,1%           |
| Câmara Municipal de Lisboa               | 8 363         | 8 423         | <b>7 447</b>  | -976           | -11,6%           |
| <b>Total de Água Fornecida</b>           | <b>54 700</b> | <b>53 602</b> | <b>53 143</b> | <b>-459</b>    | <b>-0,9%</b>     |

No que respeita aos clientes diretos, verifica-se uma diminuição do volume de água vendida de cerca de meio milhão de m<sup>3</sup>, face ao ano anterior, com descida mais significativa no Estado, nas Unidades Militares e na Câmara Municipal de Lisboa, embora os valores desta última acabem por ter alguma compensação pelo crescimento do consumo nas Instituições de Interesse Público, registado pela passagem de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia.

## Faturação e Cobrança

### Faturação

Em 2014 regista-se um aumento de faturas enviadas por via eletrónica. Dos cerca de 2,5 milhões de faturas emitidas, 17,9% foram enviadas através da e-conta da água, verificando-se um acréscimo significativo face a 2013, cuja percentagem tinha sido de 15,2%.

Relativamente à periodicidade de envio de faturas, cresceu para 20,8% o número de clientes que pediu o envio mensal.

### Cobrança

A dívida vencida líquida acumulada totaliza 9,5 milhões de euros, apresentando um aumento face ao período homólogo de cerca de 1,7 milhões de euros, que diz respeito, essencialmente, ao não pagamento das faturas de compensação financeira por parte de alguns Clientes “em alta”.

Com a implementação em pleno dos processos de injunção em 2014, a EPAL recuperou cerca de 351 mil euros relativos a dívida vencida, cerca de 38% dos valores solicitados aos clientes, quer através de cartas de pré-injunção (2 117 cartas), quer através do Balcão Nacional de Injunções (enviados 944 processos). Em 2015 pretende-se automatizar o processo de envio de carta de pré-injunção para que a recuperação de dívida seja superior à já alcançada.

## Atendimento

|                                                  | 2011    | 2012    | 2013    | 2014           | Variação % 14/13 |
|--------------------------------------------------|---------|---------|---------|----------------|------------------|
| Contact Center                                   |         |         |         |                |                  |
| Clientes atendidos (nº)                          | 260 747 | 246 935 | 253 386 | <b>279 830</b> | +26444           |
| Tempo médio de espera (seg)                      | 29      | 27      | 33      | <b>20</b>      | -13              |
| Grau de atendimento                              | 93%     | 94%     | 95%     | <b>97%</b>     | +2%              |
| Chamadas atendidas até 30 s                      | 76%     | 73%     | 74%     | <b>82%</b>     | +8%              |
| Atendimento Presencial                           | 2011    | 2012    | 2013    | <b>2014</b>    | var 2013/2014    |
| Clientes atendidos nas Lojas (nº)                | 190 323 | 174 356 | 163 308 | <b>145 520</b> | -17788           |
| Tempo médio de espera até 15 min na Loja da Sede | 90%     | 83%     | 70%     | <b>75%</b>     | +5%              |
| Tempo médio de espera na Loja da Sede (min)      | 5%      | 8%      | 12%     | <b>9%</b>      | -3               |

Regista-se a melhoria significativa dos indicadores do atendimento no Contact Center apesar do crescimento do número de clientes atendidos em cerca de 9,5% face a 2013.

Durante o ano destacou-se a redução do número de clientes atendidos na Loja da Sede, na ordem dos 12%, o que, em conjunto com outras medidas de otimização, permitiu que a partir de maio, o atendimento da Sede passasse a funcionar numa sala única, com a criação de 2 ilhas de atendimento de assuntos rápidos e 7 mesas de atendimento. Esta alteração não afetou os níveis de serviço a clientes, que registaram uma recuperação/melhoria do tempo de espera médio na Loja (-3 minutos).



## Comunicação com Clientes

Realizaram-se, em 2014, várias campanhas dirigidas aos clientes da EPAL, entre elas:

- Campanha “EPALnet...a gestão online do seu contrato!”, com o intuito de promover a adesão ao balcão digital da empresa, bem como ao serviço waterbeep® de controlo de consumos de água. Este serviço conta já com 41.659 mil clientes registados e assume-se cada vez mais como um canal cómodo e eficaz de contacto, evitando deslocações às lojas e chamadas telefónicas.
- Campanha Dia Mundial da Água “Sabe poupar Água?”, para assinalar o Dia Mundial da Água, que se celebrou a 22 de março, e orientada para a sensibilização para o uso eficiente de água.
- Campanha de lançamento do myAQUA® “Controle a sua água no smartphone”.
- Apadrinhamento da foca “BEEP” do Jardim Zoológico, assinalado no dia 8 de junho – Dia Mundial dos Oceanos, no âmbito do qual foram realizadas diversas acções de sensibilização para o uso eficiente da água e de promoção do Waterbeep®.

## Níveis de Serviço

| Suspensões de serviço com impacto em Clientes | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |         |
|-----------------------------------------------|-------|-------|-------|----------------|---------|
| Por tempo                                     | 3 197 | 2 708 | 2 470 | -239           | -8,8%   |
| Total Produção e Transporte                   | 375   | 191   | 515   | 324            | 169,4%  |
| Programadas                                   | 375   | 191   | 515   | 324            | 169,4%  |
| Não programadas                               | 0     | 0     | 0     | 0              | -       |
| Total Distribuição                            | 2 822 | 2 517 | 1 955 | -562           | -22,3%  |
| Programadas                                   | 698   | 479   | 396   | -83            | -17,3%  |
| Não programadas                               | 2 124 | 2 038 | 1 559 | -479           | -23,5%  |
| Por quantidade                                | 858   | 781   | 675   | -106           | -13,6%  |
| Total Produção e Transporte                   | 14    | 13    | 12    | -1             | -7,7%   |
| Programadas                                   | 14    | 13    | 12    | -1             | -7,7%   |
| Não programadas                               | 0     | 0     | 0     | 0              | -       |
| Total Distribuição                            | 844   | 768   | 663   | -105           | -13,7%  |
| Programadas                                   | 179   | 127   | 118   | -9             | -7,1%   |
| Não programadas                               | 665   | 641   | 545   | -96            | -15,0%  |
| Suspensões de serviço com impacto em Clientes | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |         |
| Interrupções serviço > 4h - Municipais        | 13    | 11    | 12    | 1              | 9,1%    |
| Interrupções serviço > 4h - Diretos           | 289   | 256   | 182   | -74            | -28,9%  |
| Interrupções serviço > 12h - Municipais       | 7     | 1     | 11    | 10             | 1000,0% |
| Interrupções serviço > 12h - Diretos          | 6     | 7     | 5     | -2             | -28,6%  |
| Nº de pontos de entrega afetados (>4h)        | 28    | 24    | 22    | -2             | -8,3%   |

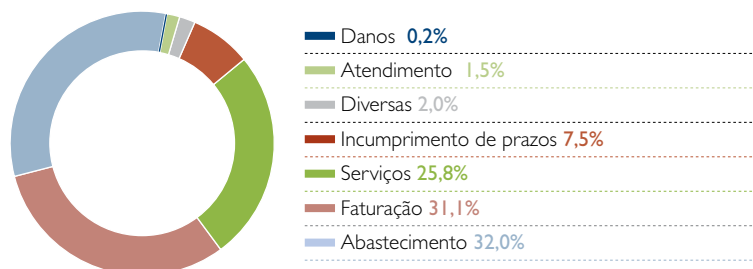
Destaca-se a inexistência de suspensões não programadas na Produção e Transporte e a redução significativa das suspensões não programadas na Distribuição, tanto em quantidade, menos 15% que em 2013, como no total de horas, inferior em 23,5% ao do ano anterior.

## Reclamações

Contrariando a tendência dos últimos anos, em 2014 verificou-se um aumento do número de reclamações (+ 3%), tendo sido apresentadas 6 577, mais 191 reclamações que em 2013.

As categorias relacionadas com Abastecimento, Faturação e Serviços foram as que registaram mais reclamações, representando, respetivamente, 32%, 31,1% e 25,8%.

Comparativamente com o ano anterior, as reclamações sobre Abastecimento e sobre faturação reduziram 8% e 1,2%, enquanto as reclamações associadas a Serviços aumentaram 33,3% (+ 423).



Do total das reclamações apresentadas, 12,5% ficaram concluídas em front-office, tendo ficado para análise em back-office 5 757 reclamações, das quais 78% foram resolvidas em menos de 15 dias e 75,7% tiveram deferimento.

Em 2014 registaram-se 1 087 reclamações escritas, tendo-se verificado uma redução de 4,3% face a 2013. Do total de reclamações apresentadas por escrito, 100% teve resposta em 22 dias úteis, cumprindo-se, assim, o objetivo estabelecido pela ERSAR.

## Índice de Satisfação dos Clientes

No âmbito do ECSI 2013 – Índice Nacional de Satisfação do Cliente, uma parceria entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa (ISEGI-UNL), a EPAL obteve excelentes resultados.

O Índice de Satisfação subiu de 7,74, em 2012, para 7,78, em 2013, evidenciando valores de satisfação elevados, maiores ou iguais a 8 em 18 dos 33 subcritérios de avaliação.

| Variáveis   | EPAL |      | Setor da Água |      |
|-------------|------|------|---------------|------|
|             | 2013 | 2012 | 2013          | 2012 |
| Imagem      | 7,99 | 7,77 | 7,65          | 7,65 |
| Expetativas | 7,69 | 7,61 | 7,36          | 7,46 |
| Qualidade   | 7,98 | 7,99 | 7,67          | 7,68 |
| Valor       | 6,82 | 6,71 | 6,30          | 6,41 |
| Satisfação  | 7,78 | 7,74 | 7,35          | 7,50 |
| Reclamações | 7,19 | 7,07 | 6,73          | 6,81 |
| Confiança   | 8,07 | 7,80 | 7,68          | 7,64 |
| Lealdade    | 7,44 | 7,26 | 6,99          | 7,09 |

O aumento da satisfação foi maior nos critérios Confiança, Imagem e Lealdade.

Face às congéneres, que participaram neste estudo, a EPAL alcançou a melhor classificação do setor em 9 dos subcritérios de avaliação, entre os quais se encontram “empresa que contribui positivamente para a sociedade”, “inovadora e virada para o futuro”, a “fiabilidade dos produtos e serviços” e os “avisos de interrupções programadas”.

A EPAL obteve ainda as melhores notas do setor na Resolução de Reclamações (8,8), Atendimento a Clientes (8,3) e Intervenções Domiciliárias (8), acima do 1º classificado do ECSI, comprovando o excelente desempenho das equipas comercial e técnica na sua missão de assegurarem continuamente o melhor serviço ao Cliente.

Também a percentagem de Clientes que “bebe água da torneira” aumentou de 80% para 87%, uma meta nunca antes alcançada, atestando a confiança dos consumidores na água da EPAL. Os 13% que não o fazem, referiram como principais motivos a “qualidade/sabor da água”, cuja incidência tem vindo a diminuir de ano para ano, e a “preferência/hábito de beber outra água” que tem vindo a aumentar. Esta tendência leva-nos a concluir que a preferência ou hábito de beber outra água não resultará de uma avaliação menos qualitativa da água da torneira.

Estes resultados espelham o empenho diário da EPAL na melhoria contínua da qualidade da água distribuída, merecendo referência a atividade da gestão e manutenção das redes de distribuição, que assistiu em 2014 à renovação de 12,1 Km em Lisboa, e as

campanhas de incentivo ao consumo de água da torneira que têm contribuído para uma maior sensibilização dos consumidores, referindo-se, como corolário, as diversas edições do Curso de Prova de Águas.

## Outros Serviços Prestados

### Colheitas e Análises Laboratoriais

No âmbito de prestações de serviços de colheita de amostras e realização de análises para entidades externas foram faturados 110 mil euros, durante o ano de 2014, o que representa um aumento de 97% face ao ano de 2013. Foram recolhidas/rececionadas 1 943 amostras de água para análise, correspondentes a 14 130 determinações de substâncias individualizadas.

O laboratório acreditado da EPAL assumiu com determinação o desafio que lhe foi colocado e durante o ano de 2014 apresentou propostas ao mercado no valor de quase 1 milhão de euros, duplicando o valor do ano anterior. Foram adjudicadas 36 propostas de prestação de serviços ao exterior, num montante global de 109 mil euros.

### Reparação e Ensaio de Contadores

O Laboratório de contadores reparou, durante o ano de 2014, 21 mil contadores tendo prestado 571 serviços de ensaio e calibração ao exterior, no valor de 52 mil euros, o que representa um aumento de 47% face ao verificado no ano anterior.

### Formação

Durante o ano de 2014 a EPAL, através da Academia das Águas Livres, prestou serviços de formação num total de 6.414 horas a várias empresas e instituições públicas e privadas, câmaras municipais e entidades reguladoras, das quais destacamos as empresas do grupo AdP, Câmaras Municipais de Loures, Sintra, Leiria, Castelo Branco e Sesimbra, e ainda à ERSARA, no valor total de 67,9 mil euros dos quais 32,4 se referem à participação do IEFP.

### AQUAMATRIX®®

Destaca-se a renovação do contrato com os SIMAR de Loures e Odivelas, com a particularidade de ter sido o primeiro elaborado numa ótica de Licenciamento.

Foi iniciada a implementação do AQUAmatrix® na Águas do Noroeste, numa primeira fase apenas para os clientes abastecidos em Alta.

### WONE®

A já reconhecida excelência do WONE® foi agraciada, em 2014, com vários prémios nacionais e internacionais, destacando-se o Green Project Awards, o Prémio da APDA e o Project Innovation Awards da IWA e ainda com uma menção honrosa do European Business Awards.

Foram realizadas inúmeras prestações de serviços destacando-se as seguintes entidades:

- Município de Fronteira
- SMAS de Torres Vedras
- Município de Reguengos de Monsaraz
- SMAS de Peniche
- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Unidade de Apoio às Infraestruturas da Marinha

Salienta-se ainda o licenciamento do sistema WONE® a algumas entidades, destacando-se os SMAS de Torres Vedras e o Município de Fronteira.

Destaca-se, pela sua enorme importância, a outorga do primeiro contrato internacional relativo ao WONE®, para implementação numa área da cidade de Luanda, Angola.

Durante 2014 foram apresentadas propostas no valor de 371.808 euros dos quais foram contratualizados 208.740 euros a que correspondeu uma taxa de sucesso de 56%.

## WATERBEEP®

O ano de 2014 ficou marcado com a promoção do serviço Waterbeep®, no âmbito da qual foram realizadas várias campanhas.

Para além das modalidades iniciais do “Home”, “Plus” e “Pro”, foi criado o “Waterbeep® Premium”, mais direcionado para Grandes Clientes, que lhes permite receber a informação de consumo em ficheiro customizado, de acordo com os requisitos por eles definidos.

Durante 2014, a EPAL lançou mais uma grande inovação que consistiu na disponibilização do consumo bi-horário de água o qual foi oferecido aos clientes através do Waterbeep®, que passou a disponibilizar a opção de consumo bi-horário, com a possibilidade de obtenção de desconto até 50% do custo mensal das modalidades waterbeep® pro e premium a aplicar sempre que se registem consumos de água no período noturno (das 0h às 6h), sendo que quanto maior for o consumo neste período, maior será o desconto.

Foi criada a versão em língua inglesa do Waterbeep®, incluindo toda a informação disponível no site do waterbeep®, incluindo os relatórios e os alertas enviados ao cliente.

O site do waterbeep® foi, ainda, otimizado para smartphones, tendo-se ajustado toda a informação ao espaço disponível nos pequenos ecrãs de forma a facilitar a sua visualização e funcionalidade.

Até 31 de dezembro de 2014, registaram-se 2.820 adesões, o que mostra o enorme sucesso deste inovador sistema concebido e desenvolvido pela EPAL e que passou a estar disponível para instalação noutras entidades gestoras, nacionais e internacionais.

## ROLLERMETER

O ano de 2014 assinalou a conceção, fabrico e lançamento de uma inovadora máquina que permite aumentar muito significativamente a eficiência e rendimento de operações de reparação e reaproveitamento de contadores de água. Ainda em 2014 a EPAL procedeu à venda, a um fabricante de contadores de água, da primeira máquina ROLLERMETER concebida pela EPAL.

## MY AQUA®

Lançado em junho de 2014, o “myAQUA®” é uma aplicação gratuita, concebida pela EPAL, que permite ao cliente consultar e gerir os seus dados, comunicar leituras, consultar contas da água, aceder ao waterbeep® e a outras funcionalidades através de um smartphone. No fim do ano, haviam sido registadas 4.595 adesões.

## 6.4. Investimento

|                                                                      | Euros             |                  |                   |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|
|                                                                      | 2012              | 2013             | 2014              |
| <b>Garantia da Capacidade</b>                                        | <b>2 741 141</b>  | <b>448 327</b>   | <b>483 215</b>    |
| Ampliação do subsistema de Castelo do Bode                           | 112 221           | 2 500            | 0                 |
| Ampliação da rede de Distribuição                                    | 2 427 927         | 445 827          | 462 706           |
| Outros                                                               | 200 993           | 0                | 20 509            |
| <b>Garantia da Fiabilidade e Segurança</b>                           | <b>6 186 475</b>  | <b>4 416 008</b> | <b>10 113 695</b> |
| Reabilitação da Captação e da Estação de Tratamento de Vale da Pedra | 103 132           | 1 794 085        | 3 738 587         |
| Renovação da rede de Distribuição                                    | 1 391 821         | 1 617 737        | 2 709 818         |
| Renovação da rede de Adução                                          | 3 475 116         | 75 121           | 383 886           |
| Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios                 | 344 168           | 128 000          | 2 089 871         |
| Outros                                                               | 872 239           | 801 065          | 1 191 533         |
| <b>Garantia da Qualidade</b>                                         | <b>543 576</b>    | <b>385 538</b>   | <b>299 639</b>    |
| <b>Sustentabilidade e Inovação</b>                                   | <b>651 000</b>    | <b>155 695</b>   | <b>116 556</b>    |
| Monitorização e controlo                                             | 210 149           | 116 801          | 48 898            |
| Eficiência energética                                                | 440 852           | 38 894           | 62 771            |
| Sistema de gestão de Lamas                                           | 0                 | 0                | 4 887             |
| <b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>                       | <b>456 503</b>    | <b>687 668</b>   | <b>1 138 009</b>  |
| Aquamatrix®                                                          | 46 100            | 239 149          | 131 739           |
| Infraestruturas e Telegestão                                         | 115 698           | 37 225           | 207 730           |
| Outros                                                               | 294 704           | 411 294          | 798 540           |
| <b>Outros Investimentos</b>                                          | <b>2 493 288</b>  | <b>533 604</b>   | <b>3 679 668</b>  |
| <b>TOTAL</b>                                                         | <b>13 071 983</b> | <b>6 626 841</b> | <b>15 830 782</b> |

O Investimento registou, em 2014, um total de 15,8 milhões de euros. Este valor inclui 2,7 milhões de euros decorrentes da capitalização de gastos.

Os investimentos para garantia da fiabilidade e segurança do sistema de abastecimento foram responsáveis por 64% do total realizado.

Destacam-se os seguintes investimentos:

- Reabilitação e Remodelação da Captação de Valada Tejo, no valor de 3,7 milhões de euros;
- Renovação de 12,1 Km na Rede de Distribuição (condutas de distribuição e adutoras) no valor de 2,7 milhões de euros;
- Remodelação do Museu da Água nos Barbadinhos, no valor de 1,2 milhões de euros;
- Expropriações no valor de 1,1 milhões de euros;
- Investimentos em tecnologias de informação e comunicação, no valor de 1,1 milhões de euros;
- Reabilitação do Reservatório de Camarate, no valor de 0,9 milhões de euros;
- Ampliação de 2,3 Km de Rede de Distribuição, com uma realização de 0,5 milhões de euros;
- Reabilitação do Reservatório dos Olivais, no valor de 0,5 milhões de euros;
- Aquisição e substituição de Contadores, no valor de 0,5 milhões de euros.

## 6.5. Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação



- Promoção e valorização profissional
- Respeito pela vida pessoal e familiar
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor

## Caracterização dos recursos humanos ao serviço da EPAL

### N.º Trabalhadores a 31 Dez.

|              | 2012       | 2013       | 2014       | Variação 14/13 |              |
|--------------|------------|------------|------------|----------------|--------------|
| Homens       | 538        | 502        | 483        | -19            | -3,8%        |
| Mulheres     | 198        | 192        | 192        | 0              | 0,0%         |
| <b>Total</b> | <b>736</b> | <b>694</b> | <b>675</b> | <b>-19</b>     | <b>-2,7%</b> |

|              | 2012       | 2013       | 2014       | Variação 14/13 |              |
|--------------|------------|------------|------------|----------------|--------------|
| Efetivos     | 702        | 665        | 655        | -10            | -1,5%        |
| A termo      | 34         | 29         | 20         | -9             | -31,0%       |
| <b>Total</b> | <b>736</b> | <b>694</b> | <b>675</b> | <b>-19</b>     | <b>-2,7%</b> |

Em 2014 registou-se uma redução de recursos humanos na ordem dos 2,7%, o que se adicionarmos às reduções ocorridas em 2012 e 2013, perfaz um total muito expressivo de menos 64 pessoas no mandato, a que corresponde uma variação de 9%, o triplo da meta fixada pelo Governo.

### Movimentos de pessoal no ano

|                           | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |         |
|---------------------------|------|------|------|----------------|---------|
| Entradas                  | 14   | 3    | 5    | 2              | 66,7%   |
| Saídas                    | 17   | 45   | 24   | -21            | -46,7%  |
| Saídas por reforma        | 7    | 2    | 0    | -2             | -100,0% |
| Saídas por outros motivos | 10   | 43   | 24   | -19            | -44,2%  |

O número de saídas deveu-se sobretudo à continuação da política de rescisões por mútuo acordo que permitiu a saída de trabalhadores sem necessidade de substituição em número de 19.

### Idade

|                                    | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|------------------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Idade média dos trabalhadores      | 47   | 47   | 48   | 1,0            | 2,1%   |
| Trabalhadores por estrutura etária | 736  | 694  | 675  | -19            | -2,7%  |
| idade - <25                        | 5    | 5    | 5    | 0              | 0,0%   |
| idade - 25-34                      | 109  | 93   | 75   | -18            | -19,4% |
| idade - 35-44                      | 180  | 186  | 195  | 9              | 4,8%   |
| idade - 45-54                      | 217  | 195  | 179  | -16            | -8,2%  |
| idade - >55                        | 225  | 215  | 221  | 6              | 2,8%   |

A análise da estrutura etária dos trabalhadores da EPAL evidencia uma acentuada concentração de pessoas no escalão superior a 55 anos de idade (32,7%), centrando-se, em muito casos, em funções operacionais.

## Antiguidade

|                                     | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|-------------------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Antiguidade média dos trabalhadores | 21   | 21   | 22   | 1,0            | 4,8%   |
| Trabalhadores por Antiguidade       | 736  | 694  | 675  | -19            | -2,7%  |
| antiguidade - <2                    | 33   | 12   | 5    | -7             | -58,3% |
| antiguidade - 2-5                   | 73   | 68   | 71   | 3              | 4,4%   |
| antiguidade - 6-10                  | 39   | 63   | 67   | 4              | 6,3%   |
| antiguidade - 11-20                 | 200  | 180  | 168  | -12            | -6,7%  |
| antiguidade - >20                   | 391  | 371  | 364  | -7             | -1,9%  |

Cerca de 54% dos trabalhadores da EPAL têm mais de 20 anos na empresa o que demonstra, por um lado, a capacidade de retenção de talentos e, por outro, um universo com menor variedade de experiências profissionais adquiridas noutros ambientes de trabalho.

## Distribuição por níveis profissionais

|                                        | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |       |
|----------------------------------------|------|------|------|----------------|-------|
| Trabalhadores por níveis profissionais | 736  | 694  | 675  | -19            | -2,7% |
| Quadros superiores                     | 98   | 94   | 95   | 1              | 1,1%  |
| Quadros médios                         | 172  | 167  | 166  | -1             | -0,6% |
| Encarregados/mestres                   | 35   | 34   | 32   | -2             | -5,9% |
| Altamente qualificados                 | 129  | 120  | 120  | 0              | 0,0%  |
| Qualificados                           | 297  | 275  | 258  | -17            | -6,2% |
| Semi qualificados                      | 5    | 4    | 4    | 0              | 0,0%  |

## Distribuição por níveis de habilitações

|                                          | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |       |
|------------------------------------------|------|------|------|----------------|-------|
| Trabalhadores por níveis de habilitações | 736  | 694  | 675  | -19            | -2,7% |
| Ensino Básico                            | 280  | 250  | 230  | -20            | -8,0% |
| Ensino Secundário                        | 218  | 208  | 204  | -4             | -1,9% |
| Ensino Superior                          | 238  | 236  | 241  | 5              | 2,1%  |

Relativamente a habilitações destaca-se que 36% dos profissionais detêm qualificações ao nível do ensino superior. Os restantes 64% distribuem-se pelos ensinos básico e secundário, complementados, em muitos casos, com qualificações direcionadas para o exercício profissional.

## Absentismo

|                     | 2012   | 2013   | 2014   | Variação 14/13 |      |
|---------------------|--------|--------|--------|----------------|------|
| Taxa de absentismo  | 4,32%  | 4,28%  | 4,62%  | 0,34 pp        |      |
| Horas de Absentismo | 55 677 | 54 268 | 55 814 | 1 546          | 2,8% |

O aumento registado no absentismo comparativamente ao ano anterior justificou-se essencialmente pelo acréscimo significativo do número de dias de ausência motivados por licenças de maternidade e paternidade, bem como pela ocorrência de situações de baixa prolongada.

## Formação

|                          | 2012   | 2013   | 2014   | Variação 14/13 |        |
|--------------------------|--------|--------|--------|----------------|--------|
| N.º de horas de formação | 11 447 | 14 695 | 18 192 | 3 497          | 23,8%  |
| N.º de formandos         | 823    | 1 515  | 1 035  | -480           | -31,7% |
| N.º. Participantes       | 430    | 538    | 444    | -94            | -17,5% |

A formação do ano de 2014 regista um aumento significativo de 17%, o que é motivo de satisfação e também resultado de uma nova dinâmica impulsionada pela recente atividade da Academia das Águas Livres.

## Segurança e higiene no trabalho

|                                         | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|-----------------------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Nº de acidentes de trabalho - total     | 28   | 39   | 28   | -11            | -28,2% |
| Nº de acidentes de trabalho - com baixa | 22   | 22   | 15   | -7             | -31,8% |

## Indicadores de Segurança

|                                                                                         | 2012  | 2013  | 2014  | Variação 14/13 |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|----------------|-------|
| TF – Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho                        | 21,78 | 34,39 | 23,29 | -11,1          | -32,3 |
| Tf – Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa                             | 17,42 | 20,28 | 12,11 | -8,17          | -40,3 |
| Tg – Taxa de gravidade (só do próprio ano) *                                            | 0,59  | 1,83  | 0,17  | -1,66          | -90,7 |
| TG -Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores) * | 1,04  | 0,99  | 0,77  | -0,22          | -22,2 |

$TF = NA/HT \times 10^6$   $Tf = NA_{ita}/HT \times 10^6$   $TG = Ndb/HT \times 10^3$   $Tg = Ndba/HT \times 10^3$

NA – Número de acidentes

NA<sub>ita</sub> – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

Ndb – Número de dias (de calendário) de baixa

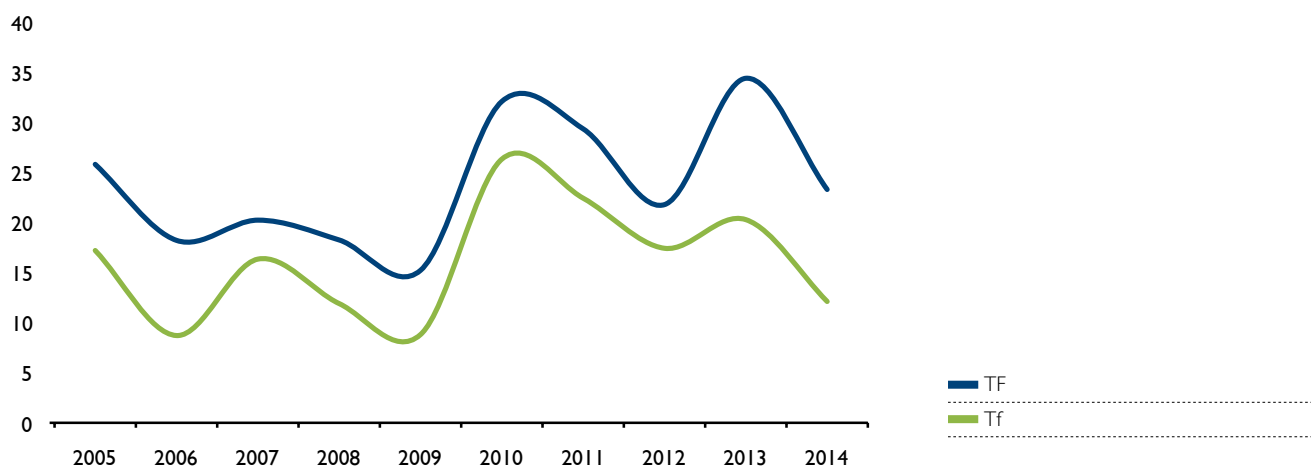
Ndba – Número de dias (de calendário) de baixa do ano

HT – Número de horas trabalhadas

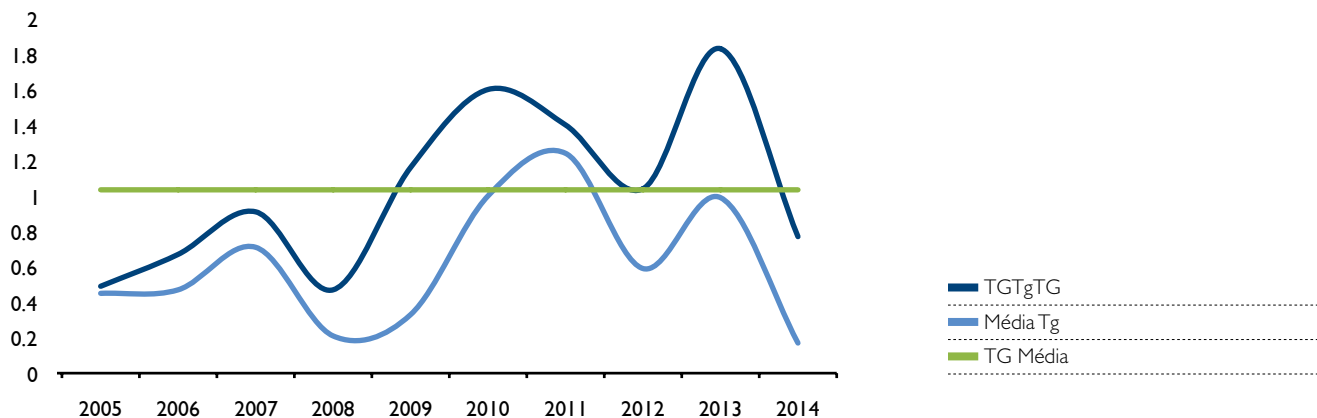
Assinala-se a melhoria da totalidade dos indicadores de segurança em 2014, face ao ano anterior o que demonstra a forte aposta do Conselho de Administração na promoção de procedimentos e práticas de segurança de que são exemplos o apoio à constituição da Comissão de Segurança e a formação especializada que foi prestada a todos os seus membros e cuja atividade já demonstrou inequívocos resultados.

## Taxa de Frequência e de Gravidade dos Acidentes de Trabalho

### Frequência



## Gravidade



## Medicina no trabalho

|                                            | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |        |
|--------------------------------------------|------|------|------|----------------|--------|
| Nº total de exames médicos efetuados       | 1010 | 1114 | 838  | -276           | -24,8% |
| Nº de exames médicos de admissão efetuados | 5    | 6    | 5    | -1             | -16,7% |
| Nº de exames médicos periódicos efetuados  | 499  | 443  | 466  | +23            | +5,2%  |
| Nº de exames médicos ocasionais efetuados  | 506  | 665  | 367  | -298           | -44,8% |
| Campanhas de informação/saúde              | 5    | 0    | 5    | 5              | -      |

A diminuição ocorrida no número total de exames médicos efetuados deve ser vista em função da redução significativa dos exames médicos ocasionais realizados, parcialmente compensada pelo aumento do número de exames periódicos obrigatórios.

Relativamente a Campanhas, realizaram-se duas Campanhas de Cessação Tabágica, duas Campanhas de Nutrição e uma Campanha de Vacinação antigripal.

| Refeitórios                | 2012   | 2013   | 2014   | Variação 14/13 |        |
|----------------------------|--------|--------|--------|----------------|--------|
| Nº de refeições consumidas | 90 646 | 88 974 | 78 061 | -10 913        | -12,3% |

O facto do Refeitório da Sede ter recebido, em 2014, grandes e importantes obras de beneficiação, que justificaram o seu encerramento num período de seis semanas, aliado à redução do número de trabalhadores, é responsável pelo decréscimo verificado no número de refeições consumidas comparativamente ao ano anterior.

Importa ainda registar na gestão dos recursos humanos a aprovação e implementação do Manual de Procedimentos de Remunerações Complementares e Variáveis que teve como principal objetivo, sistematizar, num único documento, todas as instruções e procedimentos relativos à atribuição e processamento de remunerações complementares e variáveis garantindo a sua exatidão e rigor e definindo critérios objetivos de atribuição bem como procedimentos de controlo interno.

## 6.6. I&D e Inovação

No âmbito das actividades de Investigação & Desenvolvimento e de Inovação importa referir a conclusão, com êxito, dos projectos:

- **Adapta Clima**, com a apresentação de um conjunto de indicadores de monitorização dos efeitos das alterações climáticas e com a edição de um livro técnico, intitulado de "Contribuição para o Estudo das Alterações Climáticas e Adaptação do Ciclo Urbano da Água" e lançado no Congresso Mundial da Água, realizado em Lisboa, no mês de Setembro.
- **Prepared**, com a co-autoria de alguns capítulos do livro de conclusões do projecto, a lançar no primeiro semestre de 2015 e com a apresentação das conclusões do trabalho desenvolvido na conferência de encerramento, realizada em AARHUS, na Dinamarca.
- **Gestão Estratégica do Risco**, com a apresentação e defesa da tese de doutoramento na Universidade de Cranfield, projeto que foi distinguido com uma menção honrosa nos prémios PIA (Project Innovation Award) da IWA, na categoria de Planeamento.

Como projetos desenvolvidos em 2014, referem-se:

- **TELEGESTÃO** – Dando continuidade ao objetivo de racionalização energética das instalações operacionais, foram implementados novos algoritmos nas Estações do Médio Tejo para que, em funcionamento automatizado, os volumes necessários à distribuição fossem garantidos com a diminuição nos consumos de energia elétrica. Por outro lado, foram realizados trabalhos de reformulação do equipamento por obsolescência e descontinuidade técnica, com a substituição dos componentes de automação em sete instalações constituintes do Adutor do Bode.
- **MAXIMO** – A definição de requisitos tendo por âmbito os seguintes objetivos: i. Concretização dos controlos para ajustar a informação necessária à eficiência na gestão do 'tempo de vida' dos ativos, ii. Migrar para a nova versão aplicacional, que tem de raiz funcionalidades de gestão incorporadas (programação de trabalho em diagrama de Gantt, módulo de mobilidade) e iii. Implementar as interfaces com o G/InterAqua, a Telegestão e o AQUAmatrix®.
- **SITE INTERNET** – Apoio no desenvolvimento do site da EPAL tendo como arquitetura áreas selecionadas em função dos temas mais relevantes da Empresa. O enfoque nas principais zonas de informação visa facilitar a leitura do visitante (interno ou externo) possibilitando assim um acesso com maior eficiência à informação desejada.
- **AQUAMATRIX®** – Deu-se início ao processo de migração do sistema para nova tecnologia que lhe vai conferir maior robustez, competitividade e modernização. Em simultâneo, procedeu-se ao seu desenvolvimento em Cloud, o qual permite uma melhoria muito significativa da acessibilidade, facto da maior relevância para a internacionalização do produto.
- **WONE®** – Consolidação da componente 'Clientes' com o desenvolvimento interno de uma nova estrutura que destaca a qualidade da informação e desempenho no tratamento dos dados, possibilitando adicionar novos loggers (da empresa ou de clientes) independentemente do modo de comunicação utilizado (GPRS, GSM ou ficheiro), aumentando-se assim a flexibilidade desta aplicação desenvolvida totalmente pela EPAL.
- **LIMS** – Foi adjudicado o projeto de parametrização e configuração de um novo software de gestão dos laboratórios e realizada a primeira parte do projeto com a análise das soluções open source, em comparação com soluções de níveis de maturidade e complexidade adequadas aos processos laboratoriais implementados na EPAL. Com base no novo desenho funcional e técnico concetualizado, perspetiva-se a uniformização de todos os processos e garantia da disponibilidade da informação com o conceito de 'gestão sem papel' e em on-line, tanto na vertente técnica como de disponibilização de informação de qualidade da água para os clientes.
- **GESTÃO OPERACIONAL DE ENERGIA** – Desenvolvimento interno de uma aplicação que permite efetuar a correlação entre o consumo/custos de energia elétrica e os volumes movimentados, de forma a permitir otimizar a eficiência energética e económica no consumo de energia. Com base em três perspetivas: energia, produção e custos, serão produzidos indicadores e análises temporais, secundadas pela existência de uma alarmística que, no conjunto, permitem conhecer e comparar a evolução de cada instalação.
- **VIDEOCONFERÊNCIA** – Com base numa arquitetura flexível foi potenciado o nível colaborativo da Empresa com a instalação de sistemas de Videoconferência em salas de reunião situadas no edifício da Sede e nos recintos do Arco, Olivais, Museu da Água, Vila Franca de Xira, Vale da Pedra e na Asseiceira. Usando uma plataforma de comunicações unificadas e recorrendo à rede de dados interna disponível em todos os recintos da EPAL, foi possível abranger a totalidade dos recintos com presença humana permanente. Numa 2ª fase deste projeto, perspetiva-se o uso desta tecnologia de uma forma generalizada e por todos os trabalhadores.
- **TORRE de TOMADA de ÁGUA** – Com recurso a tecnologia de feixes hertzianos de alto débito foi efetuada a ligação entre a Chaminé de Equilíbrio e a Torre de Tomada de Água na barragem de Castelo do Bode. Com esta ligação a Torre foi dotada de rede estruturada e interligada com a rede de dados da ETA da Asseiceira. Os sistemas SADI-Sistema Automático de Detecção de Incêndios, Telegestão e Videovigilância passaram a estar disponíveis em tempo real, numa estrutura crítica da operação diária.
- **COMANDO CENTRALIZADO REDUNDANTE** – Recorrendo a infraestrutura própria de cabodutos instalados na cidade de Lisboa, foi infraestruturada em fibra ótica a interligação entre a Sede e o recinto dos Olivais, num percurso de cerca de 10 Km. Como objetivado, esta interligação possibilitou a ligação, em regime de redundância de comunicações (rádio e fibra ótica), dos centros de comando primário e secundário da rede de distribuição de água por um meio físico resiliente, com ganhos de performance, aumentando-se assim a disponibilidade da gestão automatizada e centralizada do comando dos órgãos da infraestrutura hidráulica da EPAL.

- **Projeto “ChloriDec** - Tecnologia para monitorização em tempo real das taxas de decaimento do cloro em sistemas de abastecimento de Água”, em conjunto com o LNEC e IST
- **Projeto I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)** intitulado “Contaminantes Ambientais Emergentes: Produtos Farmacêuticos”, em colaboração com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
- **Projeto Europeu “AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses”** que tem por objetivo desenvolver um sistema portátil, de baixo custo, de instalação e deteção on-site, para realizar a monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água
- Desenvolvimento e implementação de ensaios para a caracterização de reagentes usados no tratamento de água (hipoclorito de sódio e cal hidratada).
- Estudos de validação e implementação de 22 métodos de ensaio, nomeadamente para análise de pesticidas, de fármacos, norovirus, endotoxinas e de VOCs.
- Estudo cinético de degradação e impacte na formação de subprodutos de Hipoclorito de Sódio.

No âmbito do concurso **EPALin**, que visa dinamizar a inovação empresarial, premiando o desenvolvimento interno de projetos que contribuam para a eficiência e eficácia dos processos e atividades da empresa e para a valorização e afirmação da marca EPAL no Setor da água, foram recebidas, na edição de 2014, seis candidaturas.

O prémio foi atribuído “ex aequo” aos projetos “Dispositivo de Segurança Anti Queda - Onde Agarras”, que consiste na criação de equipamento específico para a entrada em espaços confinados, e “Simulação Hidráulica Integrada da Rede de Distribuição de Lisboa”, solução de engenharia prática e eficiente para a elaboração de estudos e diagnósticos à rede de distribuição de Lisboa, com base na sua modelação integrada. Foram ainda atribuídas 2 menções honrosas às candidaturas “Rodenco”, que consiste num carrinho para deslocação dentro de condutas, e “Introdução de coagulante orgânico na otimização da operação de coagulação da ETAV.Pedra”, projecto destinado ao estudo da aplicabilidade de um coagulante orgânico no tratamento de água captada no rio Tejo.



# A. Relatório de Gestão

## 7. Objetivos de Gestão

No quadro seguinte apresentam-se os objetivos de gestão para 2014, estabelecidos pelo Acionista, bem como os respetivos parâmetros de avaliação e respetiva realização:

| Indicadores                               | Objetivo                   | Realização | Avaliação |
|-------------------------------------------|----------------------------|------------|-----------|
| Plano de Redução de Custos                | $90\% < x \leq 110\%$      | 90%        | Superado  |
| Dívida comercial de devedores municipais  | $80\% \leq x \leq 120\%$   | 70%        | Superado  |
| Degradação da tesouraria de exploração    | $75\% < x \leq 100\%$      | -4497%     | Superado  |
| PEC Endividamento                         | $2,5\% < x \leq 4\%$       | -8,7%      | Superado  |
| ROCE                                      | $3,5\% \leq x < 4,5\%$     | 10,0%      | Superado  |
| Margem EBITDA                             | $75\% \leq x \leq 100\%$   | 121,0%     | Superado  |
| Qualidade da água na rede de distribuição | $97,5\% \leq x \leq 100\%$ | 99,9%      | Atingido  |
| Taxa de perdas em baixa                   | $10\% \leq x \leq 15\%$    | 8,1%       | Superado  |

Foram atingidos pela gestão todos os objetivos estabelecidos pelo Acionista, tendo mesmo sido superados 7 dos 8 objetivos fixados. Face aos ponderadores definidos o nível de avaliação global atingida foi de 2,90 num máximo de 3,00.

Os objetivos foram estabelecidos pelo Acionista na Assembleia Geral da EPAL n.º 44, de 24 de março de 2014.

A EPAL, no estrito cumprimento da Lei, procedeu à monitorização do disposto nos artigos 60.º e 61.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014, os quais prevêem a redução de trabalhadores nas empresas do setor empresarial do Estado (artigo 60.º) e a prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional (artigo 61.º). Salienta-se contudo que alguns dos indicadores são monitorizados e reportados centralmente pela AdP, SGPS, SA.

O artigo 60.º da Lei do Orçamento de Estado indica que durante o ano de 2014 as empresas públicas deveriam reduzir, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012.

Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 61.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014, deveriam ser tomadas medidas para assegurar:

- no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, mediante uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional (a EPAL seguiu as orientações constantes no ofício circular n.º 82, de 6 de janeiro de 2012, emanado pela DGTF, no qual era considerada a proporção entre o somatório dos CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal (expurgando as indemnizações) sobre o Volume de Negócios da Empresa);
- a manutenção dos custos ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2013 relacionados com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento;
- a redução de gastos associados à frota automóvel comparativamente com os gastos a 31 de dezembro de 2013, através da redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, maximizando o seu uso comum;
- que o crescimento do endividamento ficasse limitado a 4 %.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores monitorizados, os respetivos objetivos e a realização alcançada, constatando-se um cumprimento integral do disposto nos artigos 60.º e 61.º da lei do Orçamento de Estado para 2014.

| Indicadores conforme proposta apresentada pela EPAL à AdP          | Avaliação | Valor Ref. <sup>a</sup> | Objetivo               | Realização | Redução |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------|------------------------|------------|---------|
| Gastos Operacionais / Volume de Negócios                           | ✓         | 41,5%                   | <= V. Ref <sup>a</sup> | 37,3%      | -10%    |
| Redução Desp. Deslocação, Ajudas Custo e Alojamento (milhares €) * | ✓         | 29                      | <= V. Ref <sup>a</sup> | 20         | -29%    |
| Redução Gastos com Comunicações (milhares €) **                    | ✓         | 57                      | <= V. Ref <sup>a</sup> | 55         | -3%     |
| Redução de Gastos com Frota Automovel (n.º viaturas)               | ✓         | 279                     | <= V. Ref <sup>a</sup> | 262        | -6%     |
| Limitação do crescimento do endividamento                          | ✓         | 205                     | <= 4%                  | 187        | -9%     |
| Redução do N.º Trabalhadores                                       | ✓         | 736                     | 714                    | 675        | -8%     |

\* apenas se consideraram os gastos incorridos respeitantes a atividades que predominantemente são exercidas na área de intervenção da EPAL. Não foram considerados os custos incorridos com as atividades complementares (Aquamatrix®, Wone®, Análises Laboratoriais e Outros Serviços), atendendo que são potenciadores de geração de proveitos adicionais à atividade principal da Empresa

\*\* não se consideraram os gastos incorridos com sistemas de supervisão e telegestão operacional da Empresa, assim como os relacionados com gastos fixos de comunicações. Não concorreram ainda para o apuramento do valor final os gastos com franquias e vales postais, atendendo que esta rubrica está predominantemente relacionada com a expedição de faturas. Assim, a obrigatoriedade da redução de 50%, prevista na referida Lei incidirá apenas sobre as rubricas de voz relacionadas com os telefones fixos e telemóveis.

# A. Relatório de Gestão

## 8. Cumprimento das Orientações Legais

A EPAL deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

| Cumprimento das Orientações legais                                                                          | Cumprimento |   |    | Quantificação    | Justificação                                                                                                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---|----|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                             | S           | N | NA |                  |                                                                                                                       |
| <b>Objetivos de Gestão:</b>                                                                                 |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Plano de Redução de Custos                                                                                  | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| Divida comercial de devedores municipais                                                                    | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| Degradação da tesouraria de exploração                                                                      | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| PEC Endividamento                                                                                           | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| ROCE                                                                                                        | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| Margem EBITDA                                                                                               | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| Qualidade da água na rede de distribuição                                                                   | x           |   |    | Atingido         |                                                                                                                       |
| Taxa de perdas em baixa                                                                                     | x           |   |    | Superado         |                                                                                                                       |
| <b>Gestão do Risco Financeiro</b>                                                                           |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP      |
| <b>Evolução do PMP a fornecedores</b>                                                                       |             | x |    |                  | Informação constante no Relatório e Contas 2014                                                                       |
| <b>Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>                                                                   | x           |   |    |                  | Informação constante no Relatório e Contas 2014                                                                       |
| <b>Recomendações do acionista na aprovação de contas</b>                                                    |             |   | x  |                  |                                                                                                                       |
| <b>Remunerações:</b>                                                                                        |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013                                 | x           |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014           | x           |   |    | 20.967 euros     |                                                                                                                       |
| Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010                                | x           |   |    | 13.988 euros     |                                                                                                                       |
| Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei n.º 83-C/2013                         |             |   | x  |                  |                                                                                                                       |
| Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014 | x           |   |    | 929.634,30 euros |                                                                                                                       |
| Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013                           | x           |   |    |                  |                                                                                                                       |
| <b>Artigo 32º do EGP</b>                                                                                    |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Utilização de cartões de crédito                                                                            | x           |   |    |                  | A EPAL não dispõe de cartões de crédito atribuídos a Órgãos Sociais                                                   |
| Reembolso de despesas de representação pessoal                                                              | x           |   |    |                  | A EPAL não procedeu ao reembolso de despesas de representação pessoal                                                 |
| <b>Contratação Pública</b>                                                                                  |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Normas de contratação pública                                                                               | x           |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC                                                                   | x           |   |    |                  |                                                                                                                       |
| <b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>                                                       |             |   | x  |                  |                                                                                                                       |
| <b>Parque Automóvel</b>                                                                                     |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| <b>Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 60º e 61º da Lei 83-C/2013</b>                        |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Redução de gastos operacionais                                                                              |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS |
| Redução de gastos com comunicações e deslocações                                                            |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS |
| <b>Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes</b>                                                              |             |   |    |                  |                                                                                                                       |
| Nº de efetivos                                                                                              |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS |
| Nº de cargos dirigentes                                                                                     |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS |
| <b>Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)</b>                                                     |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS |
| <b>Limites ao endividamento (DL 133/2013)</b>                                                               |             |   | x  |                  | A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS |
| <b>Princípio da Igualdade do Género</b>                                                                     | x           |   |    |                  |                                                                                                                       |

## Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de abril; DL 133/2013)

No capítulo 7 do Relatório e Contas de 2014 encontram-se identificados e mensurados os objetivos de gestão definidos pelo acionista.

## Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

No presente relatório estão identificados os riscos financeiros da EPAL, cuja gestão cumpriu as orientações constantes do Despacho 101/2009-SETF e Despacho 155/2011-MEF.

## Evolução do prazo médio de pagamento RCM n. 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n. 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

O aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores resulta sobretudo de algumas faturas que se encontram em situação de receção e conferência, bem como à manutenção do equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos e pagamentos, de modo a não degradar a tesouraria da Empresa, conforme estabelecido pelo Acionista nos objetivos de gestão que definiu.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores no triénio foi a seguinte:

|                    |      |      |      | dias           |
|--------------------|------|------|------|----------------|
| PMP                | 2012 | 2013 | 2014 | Variação 14/13 |
| PMP a fornecedores | 30   | 30   | 37   | 23%            |

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição

|                              |          |           |           | milhares de euros |
|------------------------------|----------|-----------|-----------|-------------------|
| Natureza dos Bens e Serviços | 90 - 120 | 120 - 240 | 240 - 360 | > 360             |
| Outros Bens e Serviços       | 73,2     | -56,6     | 45,3      | 272,0             |

## Recomendações do acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista aquando da aprovação das contas.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

## Determinações sobre remunerações

Foram integralmente cumpridas as orientações referentes às remunerações dos órgãos sociais e do pessoal, designadamente:

**Mesa da Assembleia Geral** – aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012 – ver NOTA 30 do Anexo às Demonstrações Financeiras;

**Conselho de Administração** – não atribuição de prémios de gestão (art.º 41.º da Lei 83-C/2013), aplicação das reduções remuneratórias (art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014), bem como da manutenção da aplicação da redução de 5% (art.º 12.º da lei 12-A/2010) – ver NOTA 30 do Anexo às Demonstrações Financeiras;

**Dos restantes Trabalhadores** – aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014.

## Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Foi integralmente aplicado o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

## Compras; contratação pública; medidas de racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo.

Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes, entre outros. De entre o universo das categorias contratadas destaque para a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria com benefícios apreciáveis como os que foi possível obter com a realização de um leilão eletrónico para a contratação dos serviços de voz fixa e móvel para o universo do Grupo AdP.

## Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

## Cumprimento da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 - SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a holding criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio e prudência da estrutura de financiamento e risco de liquidez numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução parcial das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, em nome das empresas do grupo AdP, nos termos do artigo 124.º, n.º I, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE).

Esta dispensa parcial foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do grupo AdP através do Despacho nº2671/14 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

## Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

## Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.



# A. Relatório de Gestão

## 9. Perspetivas para o Futuro

Ao longo dos últimos três anos foi possível, com o apoio de todos e de cada um(a) dos(as) trabalhadores(as) da EPAL, efetuar mudanças significativas no funcionamento, modernização e otimização da empresa, com uma redução de custos operacionais, designadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos, nunca vista na história da empresa.

Também foi possível alterar o padrão que vinha sendo seguido nas últimas décadas, procedendo à internalização de serviços, apesar de não ser possível contratar novos(as) trabalhadores(as), devido às restrições impostas pela Lei do Orçamento de Estado.

Para além disso, foi feita uma enorme otimização dos investimentos o que permitiu, no período 2012-16, passar de 240 para 112 milhões de euros, mantendo todos os objetivos previamente definidos, o que só foi possível através do incremento do rigor e aposta na capacidade da engenharia da EPAL, com uma enorme criação de valor para a empresa. A este nível importa, no entanto, destacar a implementação de investimentos marcantes como a remodelação da ETA de Vale da Pedra, a instalação de uma solução para armazenamento e secagem de lamas, a erradicação de coberturas de fibrocimento, a erradicação dos ramais de chumbo, a alteração tecnológica dos postos de cloragem para aumento de segurança e redução de custos, a desativação definitiva do aqueduto do Alviela e a progressiva duplicação dos últimos troços do adutor do Bode.

Está assim feito o mais difícil, sendo de esperar que, nos próximos anos, seja dada continuidade às boas práticas que, entretanto, foram implementadas.

Estes últimos três anos ficaram marcados por uma enorme aposta na inovação, com a criação e lançamento de um novo produto ou serviço a cada seis meses, passando, de um único produto, o Aquamatrix®, para 8 produtos/serviços em apenas 3 anos, o que, no setor, é caso único no panorama mundial, situação que foi amplamente reconhecida e premiada, quer em termos nacionais quer em termos internacionais. Tendo-se conseguido iniciar a internacionalização desses novos produtos e serviços, através do WONE® em Angola, perspetiva-se, no futuro, um natural reforço dessa atividade.

Também se promoveu a partilha com o setor, das enormes e reconhecidas capacidades técnicas da empresa, o que foi conseguido de inúmeras formas, salientando-se o lançamento de um livro técnico em cada ano do mandato, o que foi conseguido pela primeira vez nos 147 anos de história da empresa.

Esta mudança de paradigma foi concebida e impulsionada pelo CA, mas conseguiu envolver toda a empresa e, atendendo aos sucessos alcançados em apenas três anos, permite perspetivar que, nos próximos anos, o objetivo, quer de lançar um produto ou serviço inovador a cada seis meses, quer de lançar um livro técnico original todos os anos, possa ser atingido e mesmo ultrapassado.

Importa ainda salientar, como perspetivas para o futuro que mostram potencial para serem mais desenvolvidas, três apostas que foram feitas durante os últimos três anos.

A primeira é o forte investimento na formação e qualificação dos(as) trabalhadores(as) da EPAL e dos técnicos(as) do setor, tendo-se, para tal, criado a Academia das Águas Livres, missão que importa prosseguir.

A segunda é a aposta na requalificação da oferta cultural e histórica que a empresa proporciona à população e à cidade de Lisboa, através da excelência do novo Museu da Água, da qualidade das suas iniciativas e dos novos espaços que foram oferecidos, pela primeira vez, à cidade e ao País, como as antigas galerias subterrâneas, passando a constituir o Museu com maior extensão subterrânea do País e um dos maiores do Mundo.

A terceira inicia uma nova atitude, em que a empresa procura aumentar o alcance e qualidade da missão do serviço público que lhe foi atribuído, desenvolvendo produtos, serviços e iniciativas para disponibilizar à população, as capacidades e conhecimentos da empresa e dos seus trabalhadores, quer seja ao nível de soluções inovadoras, como o waterbeep®, o myAQUA®, o curso prova de águas ou a inovadora garrafa reutilizável fill forever, entre outras.

Finalmente, deve-se referir que o futuro da EPAL vai ter o cunho marcante da prevista reestruturação do Grupo Águas de Portugal, a qual configura grandes desafios aos quais procuraremos corresponder com a nossa história de 147 anos, com as nossas competências, com a solidez económica e financeira consolidada ao longo dos últimos 40 anos e muitíssimo reforçada nos últimos três, com a nossa responsabilidade de bem servir, com eficiência e qualidade.

Nestes novos desafios, bem como no cumprimento da sua missão estatutária, a EPAL continuará a pautar a sua atividade em função dos valores, entre outros, da Eficiência, da Produtividade, da Inovação e Desenvolvimento, da Qualidade, da Orientação para o Cliente e da Integridade e Transparência.



# A. Relatório de Gestão

## 10. Considerações Finais

Concluído o relato do desempenho da EPAL no ano de 2014, o Conselho de Administração deseja expressar o seu elevado apreço à Ministra das Finanças e ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que asseguram a tutela da empresa, à Águas de Portugal, acionista única, aos responsáveis de organismos e serviços públicos com quem a EPAL se relacionou, nomeadamente a ERSAR, a DGAE, DGTF e o Tribunal de Contas, aos responsáveis e colaboradores das instituições bancárias e seguradoras, aos restantes membros dos corpos sociais da empresa e aos auditores externos, aos fornecedores, projetistas e empreiteiros, aos Clientes da EPAL e aos seus responsáveis e trabalhadores.

O Presidente do Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Vogal do Conselho de Administração

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Vogal do Conselho de Administração

Maria do Rosário Ventura





# A. Relatório de Gestão

## II. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2014, no montante de **€ 54.037.472,15** (cinquenta e quatro milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois euros e quinze cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

**€ 29.720.609,68** (vinte e nove milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e nove euros e sessenta e oito cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas

**€ 24.316.862,47** (vinte e quatro milhões, trezentos e dezasseis mil, oitocentos e sessenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos) para Resultados Transitados







# Contas do Exercício



# Contas do Exercício

## Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

| ATIVO                                        | Notas | 31 dezembro 2014      | 31 dezembro 2013      |
|----------------------------------------------|-------|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO NÃO CORRENTE:                          |       |                       |                       |
| Ativos fixos tangíveis                       | 5     | 733 700 050,92        | 742 085 113,67        |
| Propriedades de investimento                 | 6     | 13 745 673,09         | 956 714,69            |
| Investimentos em subsidiárias                | 7     | -                     | -                     |
| Outros ativos financeiros                    | 9     | 110 230,68            | 110 230,68            |
| Ativos por impostos diferidos                | 10    | 2 528 866,14          | 4 237 268,17          |
| Outros ativos não correntes                  | 11    | 11 485 706,79         | 8 098 635,03          |
| <b>Total do ativo não corrente</b>           |       | <b>761 570 527,62</b> | <b>755 487 962,24</b> |
| ATIVO CORRENTE:                              |       |                       |                       |
| Inventários                                  | 12    | 989 499,34            | 907 879,57            |
| Clientes                                     | 13    | 24 737 660,21         | 20 401 189,80         |
| Estado e outros entes públicos               | 20    | 1 527 349,67          | 2 096 301,15          |
| Outras contas a receber                      | 13    | 14 995 202,14         | 15 089 248,56         |
| Diferimentos                                 | 14    | 962 180,02            | 687 257,42            |
| Outros ativos financeiros                    | 4 e 9 | 56 500 000,00         | 67 000 000,00         |
| Caixa e depósitos bancários                  | 4     | 3 865 865,26          | 2 063 759,41          |
| <b>Total do ativo corrente</b>               |       | <b>103 577 756,64</b> | <b>108 245 635,91</b> |
| <b>Total do ativo</b>                        |       | <b>865 148 284,26</b> | <b>863 733 598,15</b> |
| CAPITAL PRÓPIO E PASSIVO                     |       |                       |                       |
| CAPITAL PRÓPRIO                              |       |                       |                       |
| Capital realizado                            | 15    | 150 000 000,00        | 150 000 000,00        |
| Reserva legal                                | 15    | 30 000 000,00         | 30 000 000,00         |
| Outras reservas                              | 15    | 22 171 377,45         | 22 171 377,45         |
| Resultados transitados                       | 15    | 305 591 364,99        | 294 136 905,46        |
| Outras variações no capital próprio          | 15    | (4 063,81)            | (4 063,81)            |
|                                              |       | 507 758 678,63        | 496 304 219,10        |
| Resultado líquido do exercício               | -     | 54 037 472,15         | 39 961 784,04         |
| <b>Total do capital próprio</b>              |       | <b>561 796 150,78</b> | <b>536 266 003,14</b> |
| PASSIVO:                                     |       |                       |                       |
| PASSIVO NÃO CORRENTE:                        |       |                       |                       |
| Financiamentos obtidos                       | 16    | 169 528 766,57        | 187 444 544,52        |
| Subsídios ao investimento                    | 17    | 32 674 438,08         | 33 950 414,76         |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 18    | 4 540 000,00          | 4 260 078,57          |
| Passivos por impostos diferidos              | 10    | 37 614 448,72         | 42 181 516,43         |
| <b>Total do passivo não corrente</b>         |       | <b>244 357 653,37</b> | <b>267 836 554,28</b> |
| PASSIVO CORRENTE:                            |       |                       |                       |
| Provisões                                    | 19    | 1 394 282,36          | 1 363 566,29          |
| Fornecedores                                 | 16    | 8 060 557,59          | 14 029 914,80         |
| Estado e Outros Entes Públicos               | 20    | 4 403 907,17          | 4 648 618,71          |
| Financiamentos obtidos                       | 16    | 18 347 193,72         | 18 311 266,91         |
| Outras contas a pagar                        | 16    | 26 788 539,27         | 21 277 674,02         |
| <b>Total do passivo corrente</b>             |       | <b>58 994 480,11</b>  | <b>59 631 040,73</b>  |
| <b>Total do passivo</b>                      |       | <b>303 352 133,48</b> | <b>327 467 595,01</b> |
| <b>Total do capital próprio e do passivo</b> |       | <b>865 148 284,26</b> | <b>863 733 598,15</b> |

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2014

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

# Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

| Rendimentos e Gastos                                                       | Notas | 2014                  | 2013                 |
|----------------------------------------------------------------------------|-------|-----------------------|----------------------|
| Vendas e serviços prestados                                                | 21    | 141 958 402,71        | 143 079 104,53       |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                   | 12    | (2 189 866,30)        | (2 285 540,93)       |
| Fornecimentos e serviços externos                                          | 22    | (29 081 816,79)       | (32 122 093,96)      |
| Gastos com o pessoal                                                       | 23    | (22 658 206,86)       | (25 244 378,84)      |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões                       | 13    | (52 145,90)           | (524 458,93)         |
| Provisões (aumentos) / reduções                                            | 19    | (63 455,92)           | (338 025,82)         |
| Subsídios ao investimento                                                  | 17    | 1 275 976,68          | 1 275 976,68         |
| Outros rendimentos e ganhos                                                | 24    | 14 530 128,08         | 2 603 307,47         |
| Outros gastos e perdas                                                     | 25    | (1 298 604,05)        | (5 014 282,49)       |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |       | <b>102 420 411,65</b> | <b>81 429 607,71</b> |
| Gastos de depreciação e de amortização                                     | 26    | (25 009 465,60)       | (25 008 813,75)      |
| Imparidade de ativos depreciables e amortizáveis (perdas) / reversões      |       | -                     | -                    |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |       | <b>77 410 946,05</b>  | <b>56 420 793,96</b> |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | 27    | 1 788 883,47          | 2 797 403,15         |
| Juros e gastos similares suportados                                        | 27    | (3 327 283,60)        | (3 779 861,85)       |
| <b>Resultado antes de impostos</b>                                         |       | <b>75 872 545,92</b>  | <b>55 438 335,26</b> |
| Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido                         | 10    | 956 349,67            | 1 449 693,46         |
| Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente                         | 10    | (22 791 423,44)       | (16 926 244,68)      |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                                      |       | <b>54 037 472,15</b>  | <b>39 961 784,04</b> |
| <b>Resultado por ação básico</b>                                           | 31    | 1,80                  | 1,33                 |
| <b>Resultado por ação diluído</b>                                          |       | 1,80                  | 1,33                 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

## O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha  
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
 Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

## O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

# Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

|                                                        | 2014                 | 2013                 |
|--------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Resultado líquido do exercício                         | 54 037 472,15        | 39 961 784,04        |
| Itens que não reciclam por resultados:                 |                      |                      |
| Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto) | 1 091 850,71         | (1 221 883,24)       |
| Efeito de alteração de taxa de imposto                 | 2 370 252,01         | (1 264 808,28)       |
| Imposto diferido dos terrenos                          | -                    | (1 356 987,02)       |
| <b>Total do rendimento integral do exercício</b>       | <b>57 499 574,87</b> | <b>36 118 105,50</b> |

O anexo faz parte integrante do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

**O Conselho de Administração**

José Manuel Leitão Sardinha  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

**O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas**

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel



# Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

|                                                                   | Notas | Capital realizado | Reserva Legal | Outras Reservas | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Capital próprio |
|-------------------------------------------------------------------|-------|-------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|-----------------|
| Posição no início do exercício de 2013                            |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 289 484 942,85         | (4 063,81)                          | 43 577 439,12                  | 535 229 695,61  |
| <b>Alterações no exercício:</b>                                   |       |                   |               |                 |                        |                                     |                                |                 |
| Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos | 10    | -                 | -             | -               | (1 264 808,30)         | -                                   | -                              | (1 264 808,30)  |
| Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)                  | 18    | -                 | -             | -               | (1 221 883,24)         | -                                   | -                              | (1 221 883,24)  |
| Outras alterações                                                 |       | -                 | -             | -               | (1 356 987,00)         | -                                   | -                              | (1 356 987,00)  |
| <b>Outras alterações reconhecidas no capital próprio:</b>         |       |                   |               |                 |                        |                                     |                                |                 |
| Aplicação do resultado                                            |       | -                 | -             | -               | 43 577 439,12          | -                                   | (43 577 439,12)                | -               |
|                                                                   |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 329 218 703,43         | (4 063,81)                          | -                              | 531 386 017,07  |
| Resultado líquido do exercício de 2013                            |       |                   |               |                 |                        |                                     | 39 961 784,04                  | 39 961 784,04   |
| <b>Operações com detentores de capital no exercício</b>           |       |                   |               |                 |                        |                                     |                                |                 |
| Distribuições de dividendos                                       | 15    | -                 | -             | -               | (35 081 797,97)        | -                                   | -                              | (35 081 797,97) |
| Posição no fim do exercício de 2013                               |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 294 136 905,46         | (4 063,81)                          | 39 961 784,04                  | 536 266 003,14  |
| Posição no início do exercício de 2014                            |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 294 136 905,46         | (4 063,81)                          | 39 961 784,04                  | 536 266 003,14  |
| Posição no início do exercício de 2014                            |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 294 136 905,46         | (4 063,81)                          | 39 961 784,04                  | 536 266 003,14  |
| <b>Alterações no exercício:</b>                                   |       |                   |               |                 |                        |                                     |                                |                 |
| Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos | 10    | -                 | -             | -               | 2 370 252,01           | -                                   | -                              | 2 370 252,01    |
| Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)                  | 18    | -                 | -             | -               | 1 091 850,71           | -                                   | -                              | 1 091 850,71    |
| <b>Outras alterações reconhecidas no capital próprio:</b>         |       |                   |               |                 |                        |                                     |                                |                 |
| Aplicação do resultado                                            |       | -                 | -             | -               | 39 961 784,04          | -                                   | (39 961 784,04)                | -               |
|                                                                   |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 337 560 792,22         | (4 063,81)                          | -                              | 539 728 105,86  |
| Resultado líquido do exercício de 2014                            |       |                   |               |                 |                        |                                     | 54 037 472,15                  | 54 037 472,15   |
| <b>Operações com detentores de capital no exercício</b>           |       |                   |               |                 |                        |                                     |                                |                 |
| Distribuições de dividendos                                       | 15    | -                 | -             | -               | (31 969 427,23)        | -                                   | -                              | (31 969 427,23) |
|                                                                   |       | -                 | -             | -               | (31 969 427,23)        | -                                   | -                              | (31 969 427,23) |
| Posição no fim do exercício de 2014                               |       | 150 000 000,00    | 30 000 000,00 | 22 171 377,45   | 305 591 364,99         | (4 063,81)                          | 54 037 472,15                  | 561 796 150,78  |

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel



# Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

|                                                         | Notas | 31 dezembro 2014 | 31 dezembro 2013 |
|---------------------------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:</b>     |       |                  |                  |
| Recebimentos de clientes                                |       | 173 503 984,89   | 179 384 554,98   |
| Pagamentos a fornecedores                               |       | (40 221 783,02)  | (38 950 208,00)  |
| Pagamentos ao pessoal                                   |       | (26 501 115,00)  | (28 690 845,00)  |
| Caixa gerada pelas operações                            |       | 106 781 086,87   | 111 743 501,98   |
| Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento   |       | (16 555 402,00)  | (21 552 140,00)  |
| Outros recebimentos / pagamentos                        |       | (32 702 455,51)  | (30 438 236,93)  |
| Fluxos das atividades operacionais [1]                  |       | 57 523 229,36    | 59 753 125,05    |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:</b>  |       |                  |                  |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                       |       |                  |                  |
| Ativos fixos tangíveis                                  |       | (14 495 007,51)  | (6 218 319,07)   |
| Investimentos financeiros                               |       | (3 478,00)       | (5 000,00)       |
| Outros ativos                                           | 4 e 9 | (44 000 000,00)  | (58 498 485,51)  |
| Recebimentos provenientes de:                           |       |                  |                  |
| Ativos fixos tangíveis                                  |       |                  | 10 063,08        |
| Investimentos financeiros                               |       | 5 188,00         |                  |
| Outros ativos                                           |       | 58 000 000,00    | 13 500 000,00    |
| Juros e rendimentos similares                           |       | 1 431 880,00     | 59 437 068,00    |
|                                                         |       | 1 913 554,30     | 15 423 617,38    |
| Fluxos das atividades de investimento [2]               |       | 938 582,49       | (48 799 701,69)  |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:</b> |       |                  |                  |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                       |       |                  |                  |
| Financiamentos obtidos                                  |       | (17 822 501,00)  | (17 731 562,00)  |
| Juros e gastos similares                                |       | (3 367 778,00)   | (3 754 764,13)   |
| Dividendos                                              | 15    | (31 969 427,00)  | (53 159 706,00)  |
|                                                         |       | (35 081 798,00)  | (56 568 124,13)  |
| Fluxos das atividades de financiamento [3]              |       | (53 159 706,00)  | (56 568 124,13)  |
| Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]   |       | 5 302 105,85     | (45 614 700,77)  |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício        | 4     | 11 063 759,41    | 56 678 460,18    |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício           | 4     | 16 365 865,26    | 11 063 759,41    |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Conselho de Administração

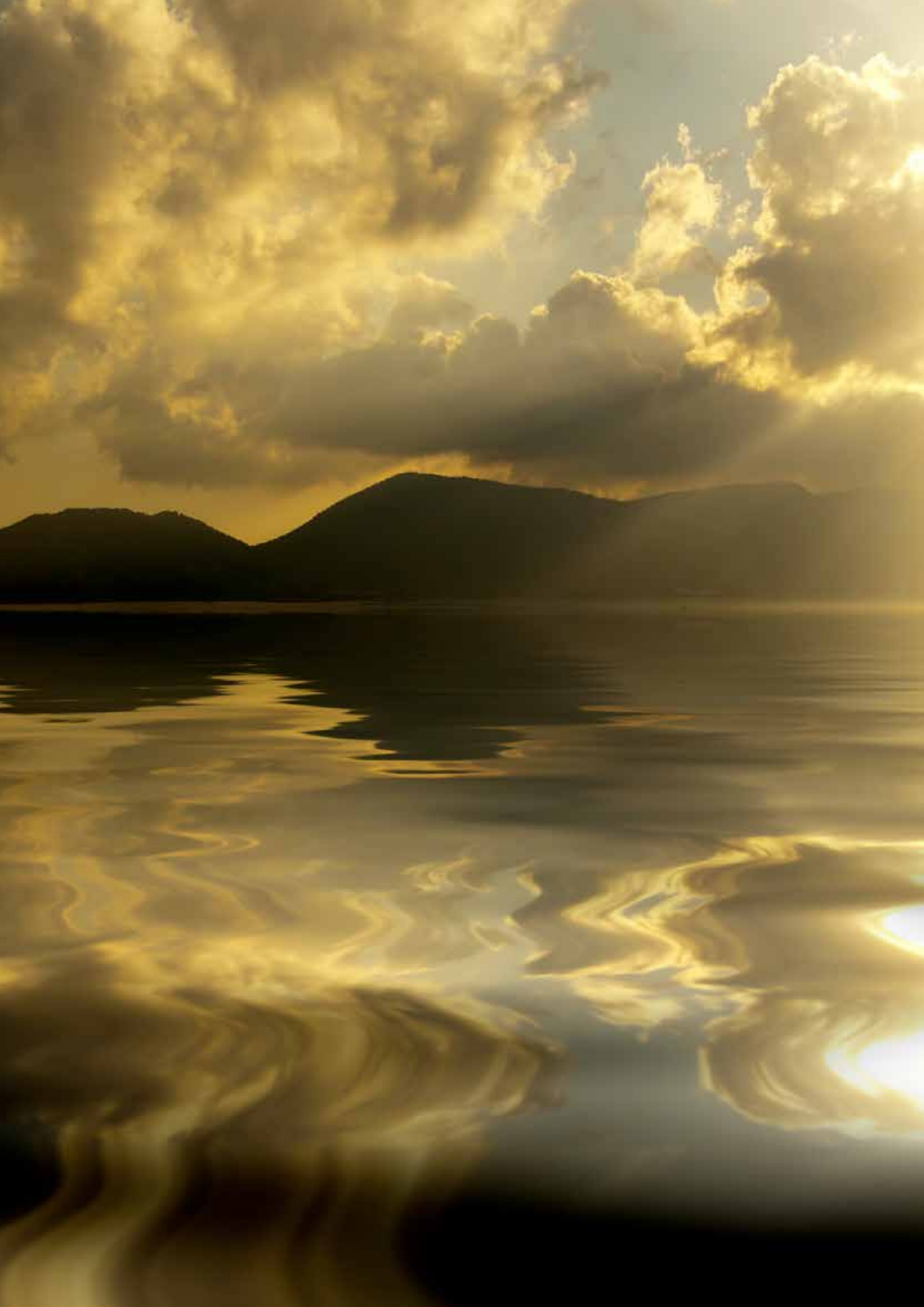
José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel



# Contas do Exercício

## Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em Euros)

### 1. Nota Introdutória

#### 1.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

#### 1.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão as seguintes características: (i) liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios; (ii) princípio de aplicação de preços a fixar por convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a Empresa; (iii) todos os consumidores, públicos ou privados, devem pagar a água que consomem e os serviços que lhes são prestados.

Relativamente à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público na albufeira de Castelo do Bode, no decurso do exercício de 2009, a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, um contrato de concessão, de modo a dar cumprimento à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, onde na sua alínea a) do artigo 61.º indica que a utilização privativa de recursos hídricos do domínio público está sujeita a prévia concessão. De acordo com tal contrato celebrado, a concessão que se iniciou em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos. Atendendo a que: (i) os ativos concessionados já eram propriedade da Empresa e por esta explorados antes da data de celebração do contrato; e (ii) não se encontrar definido a remuneração específica para a exploração dos ativos abrangidos pela concessão; a Empresa entende que a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, não é aplicável a este contrato.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas.

#### 1.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2014, a Empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

#### 1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 4 de fevereiro de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2014.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2014. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC").

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

#### 3.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes emendas/revisões com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2014, consideradas na preparação das notas anexas:

|                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas</b> | <p>O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.</p> <p>A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.</p> |
| <b>Sem impacto na Empresa</b>                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IFRS 11 Acordos conjuntos</b> | <p>A IFRS 11:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores.</li> <li>• altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.</li> <li>• define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.</li> </ul> |
| <b>Sem impacto na Empresa</b>    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

|                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades</b> | <p>A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.</p> <p>Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais</p> |
| <b>Sem impacto na Empresa</b>                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

|                                                                                    |                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)</b> | <p>Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.</p> |
| <b>Sem impacto na Empresa</b>                                                      |                                                                                                                                                                                                       |

|                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IAS 28 Investimentos em associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (Revista em 2011)</b> | <p>Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.</p> |
| <b>Sem impacto na Empresa</b>                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros) | <p>A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.</p> <p>O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada na posição financeira quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.</p> |
| Sem impacto na Empresa                                                                     | <p>O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12                                                    | <p>Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Sem impacto na Empresa                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| IAS 36 (alteração) ‘Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros’           | <p>Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Sem impacto na Empresa.                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| IAS 39 (alteração) ‘Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura’     | <p>A alteração à IAS 39 permite que uma Empresa mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Sem impacto na Empresa.                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |



|                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - 'Entidades de investimento'</b> | A alteração define uma Entidade de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as Empresas que qualifiquem como as Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. |
| <b>Sem impacto na Empresa.</b>                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

As Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas (incluindo as endossadas ou não pela União Europeia) e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014, ou em data posterior, e que a Empresa decidiu não adotar antecipadamente

- a) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas. Sem impacto significativo na Empresa.
- b) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Sem impacto significativo na Empresa.
- c) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Sem impacto significativo na Empresa.
- d) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Sem impacto significativo na Empresa.
- e) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto significativo na Empresa.
- f) Alterações à IFRS 10 e IAS 28, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os ativos transferidos não constituem um negócio. Sem impacto significativo na Empresa.
- g) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Sem impacto significativo na Empresa.
- h) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta

alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Sem impacto significativo na Empresa.

- i) Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Sem impacto significativo na Empresa.
- j) Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS. Sem impacto significativo na Empresa.
- k) Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Sem impacto significativo na Empresa.
- l) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Sem impacto significativo na Empresa.
- m) IFRS 14 (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Sem impacto significativo na Empresa.
- n) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Sem impacto significativo na Empresa.
- o) IFRIC 21 (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. Sem impacto significativo na Empresa.

### 3.1.2 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.19.

## 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de

2009 – data de transição para as IFRS. Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| <b>Classe de bens</b>          | <b>Anos</b> |
|--------------------------------|-------------|
| Terrenos                       | -           |
| Edifícios e outras construções | 10 - 75     |
| Equipamento básico             | 3 - 55      |
| Equipamento de transporte      | 4 - 16      |
| Ferramentas e utensílios       | 4 - 10      |
| Equipamento administrativo     | 4 - 10      |
| Taras e vasilhame              | 7           |
| Outros ativos tangíveis        | 8 - 15      |

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e imóveis detidos para obter rendas ou para valorização de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na Nota 3.2).

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa entende que as avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas se mantêm adequadas, não se verificando alterações nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento.

Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

### 3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período de locação quando a EPAL não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EPAL tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

### 3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que exista uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

### 3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

## 3.7 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade estimadas.

No que respeita a investimentos financeiros em subsidiárias (controlo efetivo acima de 50%), sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

## 3.8 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Perdas de imparidade em inventários”.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

## 3.9 Ativos e passivos financeiros

### 3.9.1 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor; sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor; sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de “variações de justo valor”. Os dividendos obtidos são reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos” quando são atribuídos à EPAL.
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na Demonstração da Posição Financeira como “Clientes e Outras contas a receber” (Nota 13), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EPAL não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do resultados em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro. São reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e

juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. A EPAL avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são reversíveis na demonstração de rendimento integral.

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registradas na data da transação, ou seja, na data em que a EPAL se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inferior a seis meses, imediatamente mobilizáveis e com risco não significativo de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários os quais são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

### 3.9.2 Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” e “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”.

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### 3.9.3 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.



As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões”.

### 3.9.4 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A EPAL aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EPAL utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

## 3.10 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados como ativos ou passivos.

## 3.11 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados na mesma cadência em que as depreciações relativas aos ativos associados são reconhecidas.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 3.12 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

### Planos de benefício definido

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas em "Outros rendimentos integrais" no período em que são apurados.

O custo dos serviços passados é reconhecido de imediato na data em que existam alterações de benefícios atribuídos.

A responsabilidade associada aos benefícios definidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação deduzido do justo valor dos ativos do plano. Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

## 3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões mais usuais registadas pela EPAL estão relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com terceiros. A EPAL reconhece essa provisão quando, da avaliação efetuada aos processos em curso com os advogados responsáveis, resulte uma eventual e provável responsabilidade de pagar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota e não seja provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 3.14 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

A proposta de tarifário da EPAL é alicerçada nos princípios de política tarifária a aplicar aos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público, enquadrados na Lei da Água, na qual a água é considerada um bem económico escasso, essencial à vida e às atividades económicas, a que se deve atribuir o justo valor; devendo o seu preço constituir o reflexo do custo real do abastecimento, dos custos ambientais e de escassez e dos padrões de consumo.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, bem como os respetivos princípios de aplicação, são fixados por Convenção a celebrar entre a Direção Geral das Atividades Económicas e a EPAL, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e da Economia. A Convenção obedece ao regime de fixação de preços que se encontra estabelecido no Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho e à qualificação de consumidores estabelecidos na Portaria 6-A/92.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A EPAL presta essencialmente serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix®, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE®), de análises laboratoriais e a reparação de contadores.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. São registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

### 3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a 1 ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades

atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Empresa não recorreu a financiamentos para os investimentos realizados nestes anos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos, pelo que não procedeu à capitalização de quaisquer encargos financeiros.

### 3.16 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.18 Políticas de gestão de risco financeiro

#### Fatores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

#### Análise de risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado. No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem aumentado (Nota 13).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 13) em 31 de dezembro de 2014, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

| <b>Ativos Financeiros Bancários</b> | <b>2014</b>          | <b>2013</b>          |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Depósitos à Ordem (Nota 4)          | 3 829 671,09         | 2 022 057,24         |
| Depósitos a Prazo (Nota 9)          | 56 500 000,00        | 67 000 000,00        |
| Outros Ativos Financeiros (Nota 9)  | 110 230,68           | 110 230,68           |
|                                     | <b>60 439 901,77</b> | <b>69 132 287,92</b> |

| <b>Rating</b>  | <b>2014</b>          | <b>2013</b>          |
|----------------|----------------------|----------------------|
| A2 (Moody's)   | 93 618,02            | 3 930,62             |
| Baa1 (Moody's) | 300 355,04           | -                    |
| Baa2 (Moody's) | 720 366,14           | -                    |
| Baa3 (Moody's) | 12 752 886,73        | 1 114 729,43         |
| Ba1 (Moody's)  | 108 730,68           | 32 233 965,34        |
| Ba3 (Moody's)  | 18 558 645,74        | 11 580 576,91        |
| B1 (Moody's)   | 15 778 768,00        | 16 194 084,60        |
| B2 (Moody's)   | 4 105 021,16         | -                    |
| Caa1 (Moody's) | 7 465,38             | 1 002 501,02         |
| Sem rating     | 8 014 044,88         | 7 002 500,00         |
|                | <b>60 439 901,77</b> | <b>69 132 287,92</b> |

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro 2015

## Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros agrupados pela maturidade remanescente à data das demonstrações financeiras:

|                         | <b>2014</b>           |                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
|                         | <b>Menos de 1 ano</b> | <b>Entre 1 a 5 anos</b> | <b>Mais de 5 anos</b> |
| Financiamentos obtidos: |                       |                         |                       |
| Empréstimos bancários   | 18 347 193,72         | 67 862 260,67           | 101 666 505,90        |
| Fornecedores            | 8 060 557,59          | -                       | -                     |
| Outras contas a pagar   | 26 788 539,27         | -                       | -                     |
|                         | <b>53 196 290,58</b>  | <b>67 862 260,67</b>    | <b>101 666 505,90</b> |

|                         | <b>2013</b>           |                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
|                         | <b>Menos de 1 ano</b> | <b>Entre 1 a 5 anos</b> | <b>Mais de 5 anos</b> |
| Financiamentos obtidos: |                       |                         |                       |
| Empréstimos bancários   | 18 311 266,91         | 69 869 202,71           | 117 575 341,81        |
| Fornecedores            | 14 029 914,80         | -                       | -                     |
| Outras contas a pagar   | 21 277 674,02         | -                       | -                     |
|                         | <b>53 618 855,73</b>  | <b>69 869 202,71</b>    | <b>117 575 341,81</b> |

O valor previsto com juros a pagar referente aos empréstimos bancários junto do BEI têm a seguinte maturidade:

| Juros | Menos de 1 ano      | Entre 1 a 5 anos     | Mais de 5 anos       |
|-------|---------------------|----------------------|----------------------|
| 2014  | 2 679 345,55        | 10 040 442,83        | 6 393 277,23         |
| 2013  | 3 260 800,37        | 5 664 485,42         | 10 354 571,80        |
|       | <b>5 940 145,92</b> | <b>15 704 928,25</b> | <b>16 747 849,03</b> |

## Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

## Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2014 e 2013 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 seria como segue:

|                                                                                    | 2014         | 2013         |
|------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 27)                            | 2 999 853,68 | 3 423 192,46 |
| Impacto no resultado líquido:                                                      |              |              |
| Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado                 | 933 763,60   | 1 021 245,38 |
| Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado <sup>(a)</sup> | n.a.         | n.a.         |

<sup>(a)</sup> as taxas de juro variáveis a 31 de dezembro de 2014 e 2013 são inferiores a 1%

## Análise de gestão de capital

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2014, a estratégia da EPAL passou por manter em níveis idênticos o seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo inclusive diminuído fruto da amortização efetuada do seu financiamento bancário. Os rácios em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

|                                     | 2014            | 2013            |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Total de financiamento obtido       | 187 875 960,29  | 205 755 811,43  |
| Disponibilidades                    | (60 365 865,26) | (69 063 759,41) |
| Dívida Líquida                      | 127 510 095,03  | 136 692 052,02  |
| Capitais Próprios                   | 561 796 150,78  | 536 266 003,14  |
| Capital Total                       | 561 796 150,78  | 536 266 003,14  |
| <b>Dívida Líquida/Capital Total</b> | <b>0,23</b>     | <b>0,25</b>     |



## 3.19 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

### a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

### b) Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e ativos não financeiros

A determinação de uma eventual perda por imparidade é gerada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, bem como por quaisquer outras alterações, internas ou externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor contabilístico do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano.

### c) Provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### d) Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma.

Para avaliação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma é necessário adotar vários pressupostos atuariais, tais como a taxa de desconto, as tábuas de mortalidade ou as progressões salariais, bem como a idade de reforma e o salário pensionável para a Empresa. Os valores reais desses pressupostos podem vir a revelar-se diferentes dos valores estimados na data do cálculo das responsabilidades. Essas diferenças podem produzir ligeiros desequilíbrios anuais (positivos ou negativos), que a longo prazo tendem a anular-se mutuamente, uma vez que os valores dos pressupostos atuariais são ajustados periodicamente em função dos valores correspondentes observados.

Assim, o princípio do equilíbrio atuarial assegura um equilíbrio a longo prazo, não se prevendo nesta data qualquer impacto relevante.

## 3.20 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:

|                           | 2014                 | 2013                 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|
| Numerário                 | 36 194,17            | 41 702,17            |
| Depósitos à ordem         | 3 829 671,09         | 2 022 057,24         |
|                           | <b>3 865 865,26</b>  | <b>2 063 759,41</b>  |
| Depósitos a prazo         | 56 500 000,00        | 67 000 000,00        |
|                           | 60 365 865,26        | 69 063 759,41        |
| Fluxos de investimento    | (44 000 000,00)      | (58 000 000,00)      |
| Caixa e seus equivalentes | <b>16 365 865,26</b> | <b>11 063 759,41</b> |

O Grupo AdP adotou um conceito extensível a todas as entidades do Grupo, incluindo a EPAL, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como Caixa e seus equivalentes, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

Para efeitos de fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Depósitos a prazo" inclui 44.000.000 Euros que não cumprem os critérios de classificação como caixa e seus equivalentes definidos pelo grupo AdP e que se encontram acima mencionados como Fluxos de investimento.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| 2014                                                   |                              |                                |                         |                           |                            |                               |                                 |                         |
|--------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-------------------------|
|                                                        | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico      | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total                   |
| <b>Ativos</b>                                          |                              |                                |                         |                           |                            |                               |                                 |                         |
| Saldo inicial                                          | 1 16 449 883,80              | 194 905 887,27                 | 1 029 967 980,71        | 1 192 294,07              | 21 227 428,11              | 22 902 829,40                 | 7 158 761,45                    | 1 393 805 064,81        |
| Aquisições                                             | -                            | 694 120,00                     | 1 028 298,61            | 10 467,25                 | 160 317,31                 | 65 883,25                     | 14 570 537,33                   | 16 529 623,75           |
| Alienações                                             | -                            | -                              | (47 813,57)             | (160 730,76)              | (136 775,13)               | (606 995,38)                  | -                               | (952 314,84)            |
| Transferências                                         | 1 060 014,51                 | 4 079 046,50                   | 7 106 406,26            | -                         | 655 274,87                 | 766 246,25                    | (13 666 988,39)                 | -                       |
| Abates                                                 | -                            | (13 428,51)                    | (149 744,09)            | -                         | (5 098,93)                 | -                             | -                               | (168 271,53)            |
| <b>Saldo final</b>                                     | <b>1 17 509 898,31</b>       | <b>199 665 625,26</b>          | <b>1 037 905 127,92</b> | <b>1 042 030,56</b>       | <b>21 901 146,23</b>       | <b>23 127 963,52</b>          | <b>8 062 310,39</b>             | <b>1 409 214 102,19</b> |
| <b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b> |                              |                                |                         |                           |                            |                               |                                 |                         |
| Saldo inicial                                          | -                            | 96 558 110,58                  | 513 750 345,78          | 1 136 845,54              | 19 110 321,78              | 21 164 327,46                 | -                               | 651 719 951,14          |
| Depreciações do exercício (Nota 26)                    | -                            | 4 375 249,78                   | 19 477 847,42           | 35 898,95                 | 643 243,78                 | 382 446,57                    | -                               | 24 914 686,50           |
| Regularizações                                         | -                            | -                              | -                       | -                         | -                          | -                             | -                               | -                       |
| Alienações                                             | -                            | -                              | (47 813,57)             | (160 730,76)              | (136 775,13)               | (606 995,38)                  | -                               | (952 314,84)            |
| Perdas por imparidade                                  | -                            | -                              | -                       | -                         | -                          | -                             | -                               | -                       |
| Abates                                                 | -                            | (13 428,51)                    | (149 744,09)            | -                         | (5 098,93)                 | -                             | -                               | (168 271,53)            |
| <b>Saldo final</b>                                     | <b>-</b>                     | <b>100 919 931,85</b>          | <b>533 030 635,54</b>   | <b>1 012 013,73</b>       | <b>19 611 691,50</b>       | <b>20 939 778,65</b>          | <b>-</b>                        | <b>675 514 051,27</b>   |
| <b>Ativos líquidos</b>                                 | <b>1 17 509 898,31</b>       | <b>98 745 693,41</b>           | <b>504 874 492,38</b>   | <b>30 016,83</b>          | <b>2 289 454,73</b>        | <b>2 188 184,87</b>           | <b>8 062 310,39</b>             | <b>733 700 050,92</b>   |
| 2013                                                   |                              |                                |                         |                           |                            |                               |                                 |                         |
|                                                        | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico      | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total                   |
| <b>Ativos</b>                                          |                              |                                |                         |                           |                            |                               |                                 |                         |
| Saldo inicial                                          | 1 16 459 062,41              | 194 636 290,66                 | 1 028 174 581,57        | 1 401 593,91              | 20 736 663,91              | 22 594 295,30                 | 5 770 058,50                    | 1 389 772 546,26        |
| Aquisições                                             | -                            | -                              | 500 160,95              | -                         | 108 204,20                 | 68 273,99                     | 5 950 201,36                    | 6 626 840,50            |
| Alienações                                             | (9 178,61)                   | -                              | -                       | (209 299,84)              | -                          | -                             | -                               | (218 478,45)            |
| Transferências                                         | -                            | 211 639,02                     | 3 579 010,84            | -                         | 530 588,44                 | 240 260,11                    | (4 561 498,41)                  | -                       |
| Regularizações                                         | -                            | 57 957,59                      | (144 725,41)            | -                         | -                          | -                             | -                               | (86 767,82)             |
| Abates                                                 | -                            | -                              | (2 141 047,24)          | -                         | (148 028,44)               | -                             | -                               | (2 289 075,68)          |
| <b>Saldo final</b>                                     | <b>1 16 449 883,80</b>       | <b>194 905 887,27</b>          | <b>1 029 967 980,71</b> | <b>1 192 294,07</b>       | <b>21 227 428,11</b>       | <b>22 902 829,40</b>          | <b>7 158 761,45</b>             | <b>1 393 805 064,81</b> |
| <b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b> |                              |                                |                         |                           |                            |                               |                                 |                         |
| Saldo inicial                                          | -                            | 92 146 734,99                  | 496 572 503,46          | 1 310 644,36              | 18 616 677,72              | 20 744 499,27                 | -                               | 629 391 059,80          |
| Depreciações do exercício (Nota 26)                    | -                            | 4 353 418,00                   | 19 463 614,95           | 35 501,02                 | 641 672,50                 | 419 828,19                    | -                               | 24 914 034,66           |
| Regularizações                                         | -                            | 57 957,59                      | (144 725,41)            | -                         | -                          | -                             | -                               | (86 767,82)             |
| Alienações                                             | -                            | -                              | -                       | (209 299,84)              | -                          | -                             | -                               | (209 299,84)            |
| Perdas por imparidade                                  | -                            | -                              | (1 541 296,23)          | -                         | -                          | -                             | -                               | (1 541 296,23)          |
| Abates                                                 | -                            | -                              | (599 750,99)            | -                         | (148 028,44)               | -                             | -                               | (747 779,43)            |
| <b>Saldo final</b>                                     | <b>-</b>                     | <b>96 558 110,58</b>           | <b>513 750 345,78</b>   | <b>1 136 845,54</b>       | <b>19 110 321,78</b>       | <b>21 164 327,46</b>          | <b>-</b>                        | <b>651 719 951,14</b>   |
| <b>Ativos líquidos</b>                                 | <b>1 16 449 883,80</b>       | <b>98 347 776,69</b>           | <b>516 217 634,93</b>   | <b>55 448,53</b>          | <b>2 117 106,33</b>        | <b>1 738 501,94</b>           | <b>7 158 761,45</b>             | <b>742 085 113,67</b>   |

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 1.802.226,99 euros.

As aquisições ocorridas no exercício de 2014 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a, aproximadamente, 15,8 milhões de euros respeitam, essencialmente, aos projetos de remodelação da captação de Valada-Tejo, reabilitação e ampliação de condutas de rede de distribuição, remodelação do Museu da Água e reabilitação dos reservatórios de Camarate e Olivais.

Relativamente à redução da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2014, no montante de 13.666.988,39 euros, corresponde essencialmente à conclusão dos seguintes projetos: remodelação da captação de Valada-Tejo, intervenção no Museu da Água, reabilitação dos reservatórios de Camarate e dos Olivais, e projetos de ampliação e reabilitação de condutas da rede de Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, à renovação de condutas de rede em Lisboa, bem como a diversos outros projetos de menor dimensão.

Em 2014, a rubrica de “alienações” refere-se essencialmente à venda em concurso público de bens e equipamentos diversos desativados operacionalmente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, os seguros contratados estabelecem limites de indemnizações de 250 milhões de Euros para acidentes e catástrofes naturais e 25 milhões de Euros para atos de terrorismo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

Em 2014 a EPAL, acionista única da Sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, atenta à sua inatividade, que se mantém há vários anos, e que conduziu à degradação progressiva da sua condição financeira, bem como à inviabilidade do objeto social para que a Empresa foi criada, deliberou dissolver a Sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, pela transmissão global de todo o seu património, ativo e passivo, para a acionista EPAL.

Desta forma, e como parte integrante do valor de realização, foram incorporados no balanço da EPAL os ativos da Sociedade em apreço, num total de 698.842 Euros, os quais foram considerados como aquisições de ativos fixos tangíveis.

As depreciações do exercício de 2014, no montante de 24.914.686,50 Euros (24.914.034,66 Euros em 2013), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 26).

## 6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| <b>2014</b>                                                          |                           |                      |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------|
|                                                                      | <b>Em desenvolvimento</b> | <b>Total</b>         |
| Saldo inicial - quantia bruta                                        |                           |                      |
| Edifícios e Outras Construções                                       | 2 537 813,05              | 2 537 813,05         |
| <b>Saldo final - quantia bruta</b>                                   | <b>2 537 813,05</b>       | <b>2 537 813,05</b>  |
| Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas      | (1 581 098,36)            | (1 581 098,36)       |
| Depreciações do exercício (Nota 26)                                  | (94 779,10)               | (94 779,10)          |
| Aumentos                                                             | 12 883 737,50             | 12 883 737,50        |
| Reversões                                                            | -                         | -                    |
| <b>Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b> | <b>11 207 860,04</b>      | <b>11 207 860,04</b> |
| <b>Saldo final - quantia escriturada líquida</b>                     | <b>13 745 673,09</b>      | <b>13 745 673,09</b> |

| <b>2013</b>                                                          |                           |                       |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
|                                                                      | <b>Em desenvolvimento</b> | <b>Total</b>          |
| Saldo inicial - quantia bruta                                        | 2 537 813,05              | 2 537 813,05          |
| <b>Saldo final - quantia bruta</b>                                   | <b>2 537 813,05</b>       | <b>2 537 813,05</b>   |
| Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas      | (1 486 319,27)            | (1 486 319,27)        |
| Depreciações do exercício (Nota 26)                                  | (94 779,09)               | (94 779,09)           |
| <b>Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b> | <b>(1 581 098,36)</b>     | <b>(1 581 098,36)</b> |
| <b>Saldo final - quantia escriturada líquida</b>                     | <b>956 714,69</b>         | <b>956 714,69</b>     |

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização.

De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

O justo valor das propriedades de investimento é equivalente ao seu valor contabilístico. O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor. A 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o justo valor das propriedades de investimento não diferia significativamente do seu valor contabilístico.

## 7. Investimentos em Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de “Investimentos em subsidiárias”, deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

|                                            | 2014 | 2013         |
|--------------------------------------------|------|--------------|
| Partes de capital em empresas subsidiárias | -    | 250 000,00   |
| Perdas por imparidade acumuladas           | -    | (250 000,00) |
|                                            | -    | -            |

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

|                              | Sede   | % capital detida | Ativo        | Capitais Próprios | Resultado Líquido | Partes de capital em empresas do grupo (a) | Perdas por imparidade acumuladas | Valor líquido em 31 de dezembro de 2014 | Valor líquido em 31 de dezembro de 2013 | Exercício de análise |
|------------------------------|--------|------------------|--------------|-------------------|-------------------|--------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------|
| Clube de Golfe das Amoreiras | Lisboa | 100%             | -            | -                 | -                 | -                                          | -                                | -                                       | -                                       | 2014                 |
| Clube de Golfe das Amoreiras | Lisboa | 100%             | 1 365 588,06 | (33 092,22)       | (27 815,69)       | 250 000,00                                 | (250 000,00)                     | -                                       | -                                       | 2013                 |

Os movimentos ocorridos em 2014 sucederam pelo facto do Clube de Golfe das Amoreiras, cujo capital era detido integralmente pela EPAL, ter sido dissolvido e liquidado nesse exercício, por transmissão global de todo o seu património, ativo e passivo, para a acionista única.

Esta Sociedade tinha como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório.

Devido à prolongada inatividade do Clube de Golfe das Amoreiras, que se mantinha há vários anos e que conduziu à degradação progressiva da sua condição financeira, aliada à inviabilidade do objeto social para que foi criada, e após as necessárias autorizações quer do acionista da EPAL, a AdP – Aguas de Portugal SGPS, SA, quer do Ministério da Tutela, foi decidido proceder à dissolução da Empresa.

Atendendo a que as contas reportadas à data da liquidação demonstram que o Clube de Golfe das Amoreiras não tinha qualquer passivo, com exceção dos suprimentos da acionista única, no valor de 1.396.535,83 euros, e que possuía um conjunto de ativos cujo valor global era de 709.553,94 euros, procedeu-se à liquidação imediata da Sociedade pela transmissão global de todo o seu património, ativo e passivo, para a acionista única (ver também Nota 5).

## 8. Ativos e Passivos Financeiros

As políticas contábilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

### 2014

|                                              | Empréstimos<br>e contas<br>a receber | Passivos<br>ao custo<br>amortizado | Total                 | Não<br>classificados<br>como instrum.<br>financeiros | Total a<br>31.12.2014 |
|----------------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------------------------------------------|-----------------------|
| Ativos fixos tangíveis                       | -                                    | -                                  | -                     | 733 700 050,92                                       | 733 700 050,92        |
| Propriedades de investimento                 | -                                    | -                                  | -                     | 13 745 673,09                                        | 13 745 673,09         |
| Investimentos em subsidiárias                | -                                    | -                                  | -                     | -                                                    | -                     |
| Outros ativos financeiros                    | 56 610 230,68                        | -                                  | 56 610 230,68         | 4 200 000,00                                         | 60 810 230,68         |
| Ativos por impostos diferidos                | -                                    | -                                  | -                     | 2 528 866,14                                         | 2 528 866,14          |
| Outras contas a receber                      | 22 280 908,93                        | -                                  | 22 280 908,93         | -                                                    | 22 280 908,93         |
| Inventários                                  | -                                    | -                                  | -                     | 989 499,34                                           | 989 499,34            |
| Clientes                                     | 24 737 660,21                        | -                                  | 24 737 660,21         | -                                                    | 24 737 660,21         |
| Estado e outros entes públicos               | 1 527 349,67                         | -                                  | 1 527 349,67          | -                                                    | 1 527 349,67          |
| Diferimentos                                 | 962 180,02                           | -                                  | 962 180,02            | -                                                    | 962 180,02            |
| Caixa e equivalentes de caixa                | 3 865 865,26                         | -                                  | 3 865 865,26          | -                                                    | 3 865 865,26          |
| <b>Total do ativo</b>                        | <b>109 984 194,77</b>                | <b>-</b>                           | <b>109 984 194,77</b> | <b>755 164 089,49</b>                                | <b>865 148 284,26</b> |
| Financiamentos obtidos                       | -                                    | 187 875 960,29                     | 187 875 960,29        | -                                                    | 187 875 960,29        |
| Subsídios ao investimento                    | -                                    | -                                  | -                     | 32 674 438,08                                        | 32 674 438,08         |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | -                                    | -                                  | -                     | 4 540 000,00                                         | 4 540 000,00          |
| Passivos por impostos diferidos              | -                                    | -                                  | -                     | 37 614 448,72                                        | 37 614 448,72         |
| Provisões                                    | -                                    | -                                  | -                     | 1 394 282,36                                         | 1 394 282,36          |
| Fornecedores                                 | -                                    | 8 060 557,59                       | 8 060 557,59          | -                                                    | 8 060 557,59          |
| Estado e outros entes públicos               | -                                    | 4 403 907,17                       | 4 403 907,17          | -                                                    | 4 403 907,17          |
| Outras contas a pagar                        | -                                    | 26 788 539,27                      | 26 788 539,27         | -                                                    | 26 788 539,27         |
| <b>Total do passivo</b>                      | <b>-</b>                             | <b>227 128 964,32</b>              | <b>227 128 964,32</b> | <b>76 223 169,16</b>                                 | <b>303 352 133,48</b> |

### 2013

|                                              | Empréstimos<br>e contas<br>a receber | Passivos<br>ao custo<br>amortizado | Total                 | Não<br>classificados<br>como instrum.<br>financeiros | Total a<br>31.12.2013 |
|----------------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------------------------------------------|-----------------------|
| Ativos fixos tangíveis                       | -                                    | -                                  | -                     | 742 085 113,67                                       | 742 085 113,67        |
| Propriedades de investimento                 | -                                    | -                                  | -                     | 956 714,69                                           | 956 714,69            |
| Investimentos em subsidiárias                | -                                    | -                                  | -                     | -                                                    | -                     |
| Outros ativos financeiros                    | 67 110 230,68                        | -                                  | 67 110 230,68         | -                                                    | 67 110 230,68         |
| Ativos por impostos diferidos                | -                                    | -                                  | -                     | 4 237 268,17                                         | 4 237 268,17          |
| Outras contas a receber                      | 23 187 883,59                        | -                                  | 23 187 883,59         | -                                                    | 23 187 883,59         |
| Inventários                                  | -                                    | -                                  | -                     | 907 879,57                                           | 907 879,57            |
| Clientes                                     | 20 401 189,80                        | -                                  | 20 401 189,80         | -                                                    | 20 401 189,80         |
| Estado e outros entes públicos               | 2 096 301,15                         | -                                  | 2 096 301,15          | -                                                    | 2 096 301,15          |
| Diferimentos                                 | 687 257,42                           | -                                  | 687 257,42            | -                                                    | 687 257,42            |
| Caixa e equivalentes de caixa                | 2 063 759,41                         | -                                  | 2 063 759,41          | -                                                    | 2 063 759,41          |
| <b>Total do ativo</b>                        | <b>115 546 622,05</b>                | <b>-</b>                           | <b>115 546 622,05</b> | <b>748 186 976,10</b>                                | <b>863 733 598,15</b> |
| Financiamentos obtidos                       | -                                    | 205 755 811,43                     | 205 755 811,43        | -                                                    | 205 755 811,43        |
| Subsídios ao investimento                    | -                                    | -                                  | -                     | 33 950 414,76                                        | 33 950 414,76         |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | -                                    | -                                  | -                     | 4 260 078,57                                         | 4 260 078,57          |
| Passivos por impostos diferidos              | -                                    | -                                  | -                     | 42 181 516,43                                        | 42 181 516,43         |
| Provisões                                    | -                                    | -                                  | -                     | 1 363 566,29                                         | 1 363 566,29          |
| Fornecedores                                 | -                                    | 14 029 914,80                      | 14 029 914,80         | -                                                    | 14 029 914,80         |
| Estado e outros entes públicos               | -                                    | 4 648 618,71                       | 4 648 618,71          | -                                                    | 4 648 618,71          |
| Outras contas a pagar                        | -                                    | 18 470 383,41                      | 18 470 383,41         | 2 807 290,61                                         | 21 277 674,02         |
| <b>Total do passivo</b>                      | <b>-</b>                             | <b>242 904 728,35</b>              | <b>242 904 728,35</b> | <b>84 562 866,66</b>                                 | <b>327 467 595,01</b> |



## 9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Outros ativos financeiros” deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

|                                            | 2014                 | 2013                 |
|--------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Não correntes:                             |                      |                      |
| Partes de capital em empresas participadas | 1 500,00             | 1 500,00             |
| Títulos e outras aplicações financeiras    | 108 730,68           | 108 730,68           |
|                                            | <b>110 230,68</b>    | <b>110 230,68</b>    |
| Correntes:                                 |                      |                      |
| Depósitos a prazo                          | 56 500 000,00        | 67 000 000,00        |
|                                            | <b>56 610 230,68</b> | <b>67 110 230,68</b> |

### Empresas participadas

No final dos exercícios de 2014 e 2013, o montante registado na rubrica de “Partes de capital em empresas participadas”, ascendendo a 1.500 Euros, correspondia a uma participação nos capitais da entidade Fundec.

### Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 108.731 Euros, correspondia, em ambos os exercícios, a valores cativos à ordem dos tribunais (108.082 Euros) e a obrigações do Tesouro (649 Euros).

### Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Depósitos a prazo” no montante de 56.500.000,00 Euros compreende na sua totalidade depósitos a prazo (67.000.00,00 Euros em 2013) (Nota 4). Deste, o montante de 12.500.000 Euros é constituído por depósitos que se qualificam como equivalentes de caixa e o montante de 44.000.000 Euros como fluxos de investimento, para efeito da demonstração dos fluxos de caixa (Nota 4).

## 10. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 16).

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

|                                                                                 | Notas | 2014                 | 2013                 |
|---------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------|----------------------|
| Imposto corrente e ajustamentos:                                                |       |                      |                      |
| Imposto corrente do exercício                                                   | 16    | 22 631 466,88        | 17 032 010,64        |
| Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores                      | 16    | 608 285,00           | 627 767,44           |
| Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior                       |       | (448 328,44)         | (83 343,68)          |
| Crédito fiscal                                                                  |       | -                    | (650 189,72)         |
|                                                                                 |       | <b>22 791 423,44</b> | <b>16 926 244,68</b> |
| Impostos diferidos:                                                             |       |                      |                      |
| Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias |       | (956 349,67)         | (1 449 693,46)       |
|                                                                                 |       | (956 349,67)         | (1 449 693,46)       |
| <b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>                                    |       | <b>21 835 073,77</b> | <b>15 476 551,22</b> |

Os ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 608.285,00 Euros em 2014, correspondem ao efeito fiscal, apurado a partir de uma taxa de imposto de 29%, associado ao reconhecimento anual de 1/5 de variações patrimoniais positivas decorrentes do regime transitório aplicável à adoção pela primeira vez dos IAS/IFRS, regime esse previsto no art.º 5º, nºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009 de 13 de julho.

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

|                                                                        | 2014                  | 2013                 |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Resultado antes de impostos                                            | 75 872 545,92         | 55 438 335,26        |
| Diferenças permanentes:                                                |                       |                      |
| Amortizações não aceites                                               | 4 876,83              | 4 876,83             |
| Multas                                                                 | 1 078,48              | 6 261,76             |
| Outros                                                                 | (1 314 654,93)        | (16 969,63)          |
|                                                                        | <b>(1 308 699,62)</b> | <b>(5 831,04)</b>    |
| Diferenças temporárias:                                                |                       |                      |
| Efeito das alterações de vidas úteis na data de transição para as IFRS | 2 051 674,46          | 2 051 674,46         |
| Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais       | 117 300,90            | 117 300,90           |
| Efeito do desreconhecimento do direito de uso ilimitado                | (4 260,06)            | (4 260,06)           |
| Amortizações não aceites                                               | 3 188 584,13          | 3 189 407,82         |
| Imparidade                                                             | (1 117 899,50)        | 38 305,62            |
| Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos           | 1 329 978,95          | 1 349 092,24         |
| Provisões (Nota 19)                                                    | (2 258 255,18)        | (2 435 179,47)       |
| Responsabilidades por benefícios de reforma                            | -                     | (368 000,00)         |
| Imparidade de ativos (Nota 5)                                          | -                     | -                    |
| Outros                                                                 | (189 262,60)          | (196 571,16)         |
|                                                                        | <b>3 117 861,10</b>   | <b>3 741 770,35</b>  |
| <b>Lucro tributável</b>                                                | <b>77 681 707,40</b>  | <b>59 174 274,57</b> |
| Imposto                                                                |                       |                      |
| Imposto                                                                | 17 866 792,70         | 14 793 568,64        |
| Benefício fiscal (SIFIDE/CFEI)                                         | (400 000,00)          | (1 000 000,00)       |
| Derrama                                                                | 1 165 225,61          | 887 614,12           |
| Derrama estadual                                                       | 4 542 719,52          | 2 763 713,73         |
| Tributações autónomas                                                  | 65 014,05             | 214 881,59           |
| Ajustamentos a exercícios anteriores                                   | (448 328,44)          | (650 189,72)         |
| Crédito fiscal                                                         | -                     | (83 343,68)          |
| <b>Total de imposto corrente e ajustamentos</b>                        | <b>22 791 423,44</b>  | <b>16 926 244,68</b> |
| Efeito de impostos diferidos no exercício                              | (956 349,67)          | (1 449 693,46)       |
| <b>Total dos gastos do exercício</b>                                   | <b>21 835 073,77</b>  | <b>15 476 551,22</b> |
| Taxa efetiva de imposto do exercício                                   |                       |                      |
|                                                                        | <b>29%</b>            | <b>28%</b>           |

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2015 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3 a 7%, tendo sido utilizada uma taxa média de 5,6%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi como se segue:

|                                                                                                              | Ativos por impostos diferidos |                     | Passivos por impostos diferidos |                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------------------|----------------------|
|                                                                                                              | 2014                          | 2013                | 2014                            | 2013                 |
| Diferenças derivadas de perdas por imparidade:                                                               |                               |                     |                                 |                      |
| Em dívidas a receber                                                                                         | 1 241 544,36                  | 1 660 788,34        | -                               | -                    |
| Em inventários                                                                                               | 82 722,46                     | 88 310,88           | -                               | -                    |
| Responsabilidades por benefícios de reforma                                                                  | 95 545,31                     | 1 067 412,57        | -                               | -                    |
| Provisões                                                                                                    | 126 457,03                    | 315 000,00          | -                               | -                    |
| Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)                                             | 435 548,37                    | 464 972,41          | -                               | -                    |
| Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra                                                    | 547 048,61                    | 640 783,97          | -                               | -                    |
| Perda por Imparidade de ativos fixos tangíveis                                                               | -                             | -                   | -                               | -                    |
| Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento: |                               |                     |                                 |                      |
| Reavaliações legais                                                                                          | -                             | -                   | 6 340 510,72                    | 7 167 845,84         |
| Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis                                  | -                             | -                   | 17 677 748,76                   | 19 825 742,80        |
| Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos                                             | -                             | -                   | 13 551 255,69                   | 14 487 803,05        |
| Mais valias reinvestidas                                                                                     | -                             | -                   | 44 933,55                       | 49 432,13            |
| Efeito da alteração de vidas úteis em 2009                                                                   | -                             | -                   | -                               | 615 502,34           |
| Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009                                     | -                             | -                   | -                               | 35 190,27            |
|                                                                                                              | <b>2 528 866,14</b>           | <b>4 237 268,17</b> | <b>37 614 448,72</b>            | <b>42 181 516,43</b> |

|                                                                                                              | 2014                          |                                 | 2013                                     |                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------|
|                                                                                                              | Ativos por impostos diferidos | Passivos por impostos diferidos | Ativos por impostos diferidos reexpresso | Passivos por impostos diferidos |
| <b>Saldo inicial</b>                                                                                         | <b>4 237 268,17</b>           | <b>42 181 516,43</b>            | <b>4 520 816,49</b>                      | <b>41 292 962,91</b>            |
| <b>Efeito em resultados:</b>                                                                                 |                               |                                 |                                          |                                 |
| Diferenças derivadas de perdas por imparidade:                                                               |                               |                                 |                                          |                                 |
| Em dívidas a receber                                                                                         | (335 369,85)                  | -                               | 108 879,47                               | -                               |
| Em inventários                                                                                               | -                             | -                               | -                                        | -                               |
| Responsabilidades por benefícios de reforma                                                                  | (497 476,55)                  | -                               | (106 720,00)                             | -                               |
| Provisões                                                                                                    | (180 000,00)                  | -                               | 116 000,00                               | -                               |
| Reposição de proveitos tributados                                                                            | -                             | -                               | -                                        | -                               |
| Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra                                                    | (56 778,78)                   | -                               | (62 065,64)                              | -                               |
| Adutor VFX                                                                                                   | -                             | -                               | (480 884,42)                             | -                               |
| Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento: |                               |                                 |                                          |                                 |
| Reavaliações legais                                                                                          | -                             | (398 993,69)                    | -                                        | (241 259,12)                    |
| Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis                                  | -                             | (953 750,79)                    | -                                        | (553 944,87)                    |
| Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos                                             | -                             | (21 074,71)                     | -                                        | (401 038,17)                    |
| Mais valias reinvestidas                                                                                     | -                             | (1 463,05)                      | -                                        | (1 521,57)                      |
| Efeito da alteração de vidas úteis em 2009                                                                   | -                             | (615 502,34)                    | -                                        | (640 122,44)                    |
| Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009                                     | -                             | (35 190,27)                     | -                                        | (36 597,88)                     |
|                                                                                                              | <b>(1 069 625,18)</b>         | <b>(2 025 974,85)</b>           | <b>(424 790,59)</b>                      | <b>(1 874 484,05)</b>           |
| <b>Efeito em resultados transitados:</b>                                                                     |                               |                                 |                                          |                                 |
| Efeito de alteração de taxa de imposto                                                                       | (170 840,84)                  | (2 541 092,85)                  | 141 242,27                               | 1 406 050,55                    |
| Responsabilidades por benefícios de reforma                                                                  | (467 936,01)                  | -                               | -                                        | -                               |
| Imposto diferido dos terrenos                                                                                | -                             | -                               | -                                        | 1 356 987,02                    |
|                                                                                                              | <b>(638 776,85)</b>           | <b>(2 541 092,85)</b>           | <b>141 242,27</b>                        | <b>2 763 037,57</b>             |
| <b>Saldo final</b>                                                                                           | <b>2 528 866,14</b>           | <b>37 614 448,73</b>            | <b>4 237 268,17</b>                      | <b>42 181 516,43</b>            |

## 11. Outros Ativos Não Correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

|                                                   | 2014                 | 2013                |
|---------------------------------------------------|----------------------|---------------------|
| Outros devedores                                  | 7 285 706,79         | 7 396 598,35        |
| Ativos com planos de benefício definido (Nota 18) | 4 200 000,00         | 702 036,68          |
|                                                   | <b>11 485 706,79</b> | <b>8 098 635,03</b> |

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica, nos montantes de 7.285.706,79 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 1.934.940,23 Euros) e 7.396.598,35 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.124.202,85 Euros), respetivamente, corresponde a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem essencialmente, a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual a findar em 2033. Em 2014 foi ainda considerado o valor de 200.940,25 euros respeitante a um acordo de transação celebrado com o Município de Mafra, respeitante a uma dívida de valores mínimos anuais de água.

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima referida, devido ao efeito do desconto, descrimina-se como se segue:

|                              | 2014                | 2013                |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Exigível entre 1 e 5 anos    | 2 205 317,97        | 2 004 377,72        |
| Exigível a mais de 5 anos    | 7 015 329,05        | 7 516 423,48        |
|                              | 9 220 647,02        | 9 520 801,20        |
| Efeito de desconto da dívida | (1 934 940,23)      | (2 124 202,85)      |
|                              | <b>7 285 706,79</b> | <b>7 396 598,35</b> |

## 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

|                                            | 2014                |                                  |                   | 2013                |                                  |                   |
|--------------------------------------------|---------------------|----------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------------------|-------------------|
|                                            | Montante bruto      | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido  | Montante bruto      | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido  |
| Mercadorias                                | 233 419,60          | (233 419,60)                     | -                 | 233 419,60          | (233 419,60)                     | -                 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 1 050 449,34        | (60 950,00)                      | 989 499,34        | 968 829,57          | (60 950,00)                      | 907 879,57        |
|                                            | <b>1 283 868,94</b> | <b>(294 369,60)</b>              | <b>989 499,34</b> | <b>1 202 249,17</b> | <b>(294 369,60)</b>              | <b>907 879,57</b> |

## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhado conforme se segue:

|                                                          | 2014         |                                            |                |
|----------------------------------------------------------|--------------|--------------------------------------------|----------------|
|                                                          | Mercadorias  | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | Total          |
| Saldo inicial                                            | 233 419,60   | 968 829,57                                 | 1 202 249,17   |
| Compras                                                  | -            | 2 266 775,42                               | 2 266 775,42   |
| Regularizações                                           | -            | 4 710,65                                   | 4 710,65       |
| Saldo final                                              | (233 419,60) | (1 050 449,34)                             | (1 283 868,94) |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | -            | 2 189 866,30                               | 2 189 866,30   |

| <b>2013</b>                                              |                    |                                                   |                |
|----------------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------|----------------|
|                                                          | <b>Mercadorias</b> | <b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b> | <b>Total</b>   |
| Saldo inicial                                            | 233 419,60         | 1 220 717,84                                      | 1 454 137,44   |
| Compras                                                  | -                  | 2 342 135,85                                      | 2 342 135,85   |
| Regularizações                                           | -                  | (308 483,19)                                      | (308 483,19)   |
| Saldo final                                              | (233 419,60)       | (968 829,57)                                      | (1 202 249,17) |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | -                  | 2 285 540,93                                      | 2 285 540,93   |

## Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhada conforme se segue:

| <b>2014</b>                                |                      |                    |                    |
|--------------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|
|                                            | <b>Saldo inicial</b> | <b>Utilizações</b> | <b>Saldo final</b> |
| Mercadorias                                | 233 419,60           | -                  | 233 419,60         |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 60 950,00            | -                  | 60 950,00          |
|                                            | 294 369,60           | -                  | 294 369,60         |

| <b>2013</b>                                |                      |                    |                    |
|--------------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|
|                                            | <b>Saldo inicial</b> | <b>Utilizações</b> | <b>Saldo final</b> |
| Mercadorias                                | 233 419,60           | -                  | 233 419,60         |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 60 950,00            | -                  | 60 950,00          |
|                                            | 294 369,60           | -                  | 294 369,60         |

## 13. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

| <b>2014</b>                             |                       |                              |                         | <b>2013</b>           |                              |                         |
|-----------------------------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------|
|                                         | <b>Montante bruto</b> | <b>Imparidade acumuladas</b> | <b>Montante líquido</b> | <b>Montante bruto</b> | <b>Imparidade acumuladas</b> | <b>Montante líquido</b> |
| Correntes:                              |                       |                              |                         |                       |                              |                         |
| Clientes                                |                       |                              |                         |                       |                              |                         |
| - Grupo (Nota 28)                       | 6 815 009,55          | -                            | 6 815 009,55            | 4 846 329,26          | -                            | 4 846 329,26            |
| - Não Grupo                             | 24 021 616,98         | (6 098 966,32)               | 17 922 650,66           | 20 859 254,51         | (5 304 393,97)               | 15 554 860,54           |
|                                         | <b>30 836 626,53</b>  | <b>(6 098 966,32)</b>        | <b>24 737 660,21</b>    | <b>25 705 583,77</b>  | <b>(5 304 393,97)</b>        | <b>20 401 189,80</b>    |
| Outras contas a receber                 |                       |                              |                         |                       |                              |                         |
| Pessoal                                 | 25 889,81             | -                            | 25 889,81               | 39 701,64             | -                            | 39 701,64               |
| Clube de Golfe das Amoreiras            | -                     | -                            | -                       | 1 398 245,78          | (1 398 245,78)               | -                       |
| Devedores por acréscimos de rendimentos |                       |                              |                         |                       |                              |                         |
| - Grupo (Nota 28)                       | 4 248 281,77          | -                            | 4 248 281,77            | 3 861 070,27          | -                            | 3 861 070,27            |
| - Não Grupo                             | 9 525 015,98          | -                            | 9 525 015,98            | 10 060 905,77         | -                            | 10 060 905,77           |
| Outros devedores                        |                       |                              |                         |                       |                              |                         |
| - Grupo (Nota 28)                       | 649 961,86            | -                            | 649 961,86              | 706 243,90            | -                            | 706 243,90              |
| - Não Grupo                             | 937 781,62            | (391 728,90)                 | 546 052,72              | 844 218,30            | (422 891,32)                 | 421 326,98              |
|                                         | 15 386 931,04         | (391 728,90)                 | 14 995 202,14           | 16 910 385,66         | (1 821 137,10)               | 15 089 248,56           |
|                                         | <b>46 223 557,57</b>  | <b>(6 490 695,22)</b>        | <b>39 732 862,35</b>    | <b>42 615 969,43</b>  | <b>(7 125 531,07)</b>        | <b>35 490 438,36</b>    |

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber, no montante de 52.146,00 Euros (524.458,93 Euros em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a totalidade da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” nos montantes de 13.773.297,75 Euros e 13.921.976,04 Euros respetivamente, compreende, essencialmente, o acréscimo de rendimento relativo a água por faturar; nos montantes de 11.933.050,50 Euros e 11.751.339,49 Euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, incluindo terceiros e partes relacionadas (Nota 28) em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como se segue:

| <b>2014</b>      |                    |                    |                     |                      |                     |               |
|------------------|--------------------|--------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------|
|                  | <b>Não vencido</b> | <b>&gt;60 dias</b> | <b>60 - 90 dias</b> | <b>90 - 180 dias</b> | <b>&gt;180 dias</b> | <b>Total</b>  |
| Clientes         | 12 018 916,80      | 2 629 618,76       | 469 961,40          | 1 097 469,88         | 14 620 659,69       | 30 836 626,53 |
| Outros devedores | 877 231,98         | 19 905,16          | 14 098,08           | 36 011,26            | 640 497,00          | 1 587 743,48  |

| <b>2013</b>      |                    |                    |                     |                      |                     |               |
|------------------|--------------------|--------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------|
|                  | <b>Não vencido</b> | <b>&gt;60 dias</b> | <b>60 - 90 dias</b> | <b>90 - 180 dias</b> | <b>&gt;180 dias</b> | <b>Total</b>  |
| Clientes         | 9 036 230,72       | 1 064 361,50       | 740 944,00          | 1 816 055,16         | 13 047 992,39       | 25 705 583,77 |
| Outros devedores | 1 011 487,50       | -367 509,75        | 24 768,73           | 303 979,84           | 577 735,88          | 1 550 462,20  |

## 14. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

|                                                       | <b>2014</b>       | <b>2013</b>       |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos diferidos com seguros                          | 728 230,42        | 451 290,49        |
| Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica | 5 629,57          | 2 814,95          |
| Outros gastos diferidos                               | 228 320,03        | 233 151,98        |
|                                                       | <b>962 180,02</b> | <b>687 257,42</b> |

## 15. Instrumentos de Capital Próprio

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco Euros, cada, detido na totalidade pela AdP SGPS, SA.

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 Euros.

### Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 Euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

### Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 24 de março de 2014, a 31.969.427,23 Euros. O seu pagamento ocorreu em abril de 2014.



Relativamente aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 29.720.609,68 Euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor das reservas de reavaliação legais (bruto) ascende a 31 de dezembro de 2014 e 2013 a, aproximadamente, 338.178.152 Euros e encontram-se incluídas no saldo da rubrica "Resultados transitados". Deste valor ainda não se encontram realizadas reavaliações (líquidas de imposto) no valor total de 178.569.759 euros (181.129.010 euros em 2013).

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e correspondente incremento por via das reavaliações atrás indicadas (legais e livres), líquidas de depreciações acumuladas, é o que se segue:

| <b>2014</b>                   |                    |                         |                    |                            |                         |                    |                    |
|-------------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|
|                               | <b>Terrenos</b>    | <b>Imposto diferido</b> | <b>Subtotal</b>    | <b>Ativos depreciables</b> | <b>Imposto diferido</b> | <b>Subtotal</b>    | <b>Total</b>       |
| Custos históricos, líquidos   | 16 769 063         | -                       | 16 769 063         | 405 140 574                | -                       | 405 140 574        | 421 909 637        |
| Reavaliações legais, líquidas | 32 992 766         | -                       | 32 992 766         | 56 407 101                 | (6 340 511)             | 50 066 590         | 83 059 356         |
| Reavaliações livres, líquidas | 63 799 778         | (13 551 256)            | 50 248 522         | 62 906 640                 | (17 677 749)            | 45 228 891         | 95 477 413         |
| <b>Deemed cost, líquido</b>   | <b>113 561 607</b> | <b>(13 551 256)</b>     | <b>100 010 351</b> | <b>524 454 315</b>         | <b>(24 018 260)</b>     | <b>500 436 055</b> | <b>600 446 406</b> |

| <b>2013</b>                   |                    |                         |                    |                            |                         |                    |                    |
|-------------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|
|                               | <b>Terrenos</b>    | <b>Imposto diferido</b> | <b>Subtotal</b>    | <b>Ativos depreciables</b> | <b>Imposto diferido</b> | <b>Subtotal</b>    | <b>Total</b>       |
| Custos históricos, líquidos   | 19 657 340         | -                       | 19 657 340         | 492 658 610                | -                       | 492 658 610        | 512 315 950        |
| Reavaliações legais, líquidas | 32 992 766         | -                       | 32 992 766         | 59 732 049                 | (7 167 846)             | 52 564 203         | 85 556 969         |
| Reavaliações livres, líquidas | 63 799 778         | (14 487 803)            | 49 311 975         | 66 085 809                 | (19 825 743)            | 46 260 067         | 95 572 041         |
| <b>Deemed cost, líquido</b>   | <b>116 449 884</b> | <b>(14 487 803)</b>     | <b>101 962 081</b> | <b>618 476 468</b>         | <b>(26 993 589)</b>     | <b>591 482 879</b> | <b>693 444 960</b> |

## 16. Passivos Financeiros

### Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

|                                                | 2014                 | 2013                 |
|------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Fornecedores:</b>                           |                      |                      |
| Fornecedores, conta corrente                   |                      |                      |
| - Grupo (Nota 28)                              | 391 766,51           | 371 497,57           |
| - Não grupo                                    | 5 791 949,50         | 11 112 547,36        |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 52 822,51            | 77 032,97            |
| Fornecedores de investimentos                  | 1 824 019,07         | 2 468 836,90         |
|                                                | <b>8 060 557,59</b>  | <b>14 029 914,80</b> |
| <b>Outras contas a pagar:</b>                  |                      |                      |
| Outros credores:                               |                      |                      |
| CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)   | 13 235 746,76        | 13 209 540,97        |
| CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)       | 1 232 772,88         | 1 207 396,79         |
| Credores diversos                              | 650 814,92           | 672 797,27           |
| <b>Credores por acréscimos de gastos:</b>      |                      |                      |
| Seguros a liquidar                             | 137 719,00           | 118 931,07           |
| Outros acréscimos de gastos                    |                      |                      |
| - Grupo (Nota 28)                              | 19 009,73            | 25 755,74            |
| - Não grupo                                    | 2 009 432,66         | 1 855 082,71         |
| Acionistas - outras operações (Nota 28)        | 6 545 716,25         | 1 377 842,98         |
| <b>Pessoal:</b>                                |                      |                      |
| Férias e subsídio de férias                    | 2 889 992,29         | 2 740 301,05         |
| Outras dívidas ao pessoal                      | 63 414,08            | 66 989,56            |
| Diferimentos passivos                          | 3 920,70             | 3 035,88             |
|                                                | <b>26 788 539,27</b> | <b>21 277 674,02</b> |
|                                                | <b>34 849 096,86</b> | <b>35 307 588,82</b> |

Com efeitos a partir do exercício de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar à entidade AdP SGPS. Desta forma, o montante de 6.545.716,25 Euros registado na rubrica “Acionistas – outras operações” em 31 de dezembro de 2014, respeita:

- (i) ao valor de imposto sobre o rendimento a pagar de 2014, no montante de 22.631.466,88 Euros (Nota 10);
- (ii) acrescido dos ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, decorrente da correção no reconhecimento dos subsídios ao investimento, no montante de 608.285,00 Euros (Nota 10);
- (iii) deduzido por pagamentos por conta e retenções na fonte, nos montantes de 16.200.839,95 Euros, e 493.195,68 Euros, respetivamente;

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos para eletricidade no valor de 1.501.337,88 Euros (1.196.310 Euros em 2013).

## Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, como segue:

|                                                     | Entidade<br>Financiadora | 2014           |                    |                | 2013           |                    |                | Vencimento           | Tipo de<br>amortização |
|-----------------------------------------------------|--------------------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------------|------------------------|
|                                                     |                          | Limite         | Montante utilizado |                | Limite         | Montante utilizado |                |                      |                        |
|                                                     |                          |                | Corrente           | Não corrente   |                | Corrente           | Não corrente   |                      |                        |
| Instituições financeiras:                           |                          |                |                    |                |                |                    |                |                      |                        |
| Empréstimos bancários:                              |                          |                |                    |                |                |                    |                |                      |                        |
| Ao investimento -<br>Empréstimos "EPAL<br>II e III" | BEI                      | 187 875 960,29 | 17 915 777,84      | 169 528 766,57 | 205 755 811,43 | 17 822 501,36      | 187 444 544,52 | Entre 2017 e<br>2030 | Semestral              |
| Juros a liquidar                                    |                          |                | 431 415,88         |                | 488 765,55     |                    |                |                      |                        |
|                                                     |                          | 187 875 960,29 | 18 347 193,72      | 169 528 766,57 | 205 755 811,43 | 18 311 266,91      | 187 444 544,52 |                      |                        |

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 53,20% da dívida à taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 46,80% da dívida à taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

De acordo com o articulado do parágrafo 25 do IFRS 7, procede-se a divulgação do justo valor dos financiamentos junto do BEI negociados à taxa fixa. Neste caso correspondem aos cash-flows descontados utilizando a última taxa de juro indicada pelo BEI.

|                   | 2014                    |                | 2013                    |               |
|-------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|---------------|
|                   | Valor<br>Contabilístico | Justo Valor    | Valor<br>Contabilístico | Justo Valor   |
| Financiamento BEI | 187 444 544,41          | 147 110 141,94 | 125 525 094,95          | 96 661 003,73 |

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 29).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem o seguinte plano de reembolso definido:

|                   | 2014                  |                      | 2013                  |                      |
|-------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
|                   | Capital               | Juros                | Capital               | Juros                |
| No prazo de 1 ano | 18 347 193,72         | 2 679 345,55         | 18 311 266,91         | 3 102 261,24         |
| Superior a um ano | 169 528 766,57        | 16 433 720,06        | 187 444 544,52        | 20 177 010,88        |
|                   | <b>187 875 960,29</b> | <b>19 113 065,61</b> | <b>205 755 811,43</b> | <b>23 279 272,12</b> |

## 17. Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os “Subsídios ao investimento” apresentavam a seguinte composição:

| Subsídio                           | Montante total       | Montante recebido    | Rédito do período   | Rédito acumulado     | Rédito por reconhecer em 2014 | Rédito por reconhecer em 2013 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Subsídios relacionados com ativos: |                      |                      |                     |                      |                               |                               |
| COMPART.TORRES/MAFRA               | 1 215 795,31         | 1 215 795,31         | -                   | 1 215 795,31         | -                             | -                             |
| FEDER C.BODE                       | 11 326 074,49        | 11 326 074,49        | -                   | 11 326 074,49        | -                             | -                             |
| FEDER TORRES/MAFRA                 | 3 698 332,02         | 3 698 332,02         | -                   | 3 698 332,02         | -                             | -                             |
| COMPART. MAFRA 2ª FASE             | 216 801,06           | 216 801,06           | 4 927,32            | 133 037,40           | 83 763,66                     | 88 690,98                     |
| FEDER TOMAR/T.NOVAS                | 5 684 191,67         | 5 684 191,67         | 106 960,56          | 3 651 940,60         | 2 032 251,07                  | 2 139 211,63                  |
| COMPART. OURÉM                     | 550 553,17           | 550 553,17           | 10 359,84           | 353 715,42           | 196 837,75                    | 207 197,59                    |
| COMPART.T.NOVAS                    | 435 314,68           | 435 314,68           | 8 191,44            | 279 677,96           | 155 636,72                    | 163 828,16                    |
| COMPART.TOMAR                      | 497 804,04           | 497 804,04           | 9 367,32            | 319 825,54           | 177 978,50                    | 187 345,82                    |
| FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO          | 3 027 720,39         | 3 027 720,39         | 56 973,24           | 1 945 228,71         | 1 082 491,68                  | 1 139 464,92                  |
| COMPART. ENTRONCAMENTO             | 4 958,60             | 4 958,60             | 93,36               | 3 185,87             | 1 772,73                      | 1 866,09                      |
| COMPART.V.N.BARQUINHA              | 72 725,64            | 72 725,64            | 1 443,72            | 42 408,43            | 30 317,21                     | 31 760,93                     |
| FUNDO COESÃO ETA ASSEICEIRA        | 4 060 876,56         | 4 060 876,56         | -                   | 4 060 876,56         | -                             | -                             |
| FEDER.V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA     | 11 125 239,06        | 11 125 239,06        | 220 848,36          | 6 487 422,42         | 4 637 816,64                  | 4 858 665,00                  |
| FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO     | 7 635 576,47         | 7 635 576,47         | 63 629,76           | 6 426 609,86         | 1 208 966,61                  | 1 272 596,37                  |
| FUNDO COESÃO V.F.XIRA/AEROPORTO    | 912 876,57           | 912 876,57           | -                   | 912 876,57           | -                             | -                             |
| FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE  | 9 405 370,39         | 9 405 370,39         | 188 107,44          | 3 762 148,56         | 5 643 221,83                  | 5 831 329,27                  |
| COMPART RESERV PATRIARCAL          | 74 819,68            | 74 819,68            | 383,64              | 61 774,20            | 13 045,48                     | 13 429,12                     |
| FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE  | 22 472 816,68        | 22 472 816,68        | 449 456,40          | 8 539 669,92         | 13 933 146,76                 | 14 382 603,16                 |
| SANTA MARGARIDA                    | 274 338,84           | 274 338,84           | 5 486,76            | 104 248,62           | 170 090,22                    | 175 576,98                    |
| MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA  | 4 472 788,99         | 4 472 788,99         | 107 190,96          | 2 114 586,58         | 2 358 202,41                  | 2 465 393,37                  |
| COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA         | 87 104,31            | 87 104,31            | 1 729,08            | 50 792,59            | 36 311,72                     | 38 040,80                     |
| COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA           | 139 940,94           | 139 940,94           | 3 353,76            | 66 159,36            | 73 781,58                     | 77 135,34                     |
| COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS       | 139 940,94           | 139 940,94           | 3 353,76            | 66 159,36            | 73 781,58                     | 77 135,34                     |
| COMPARTICIPAÇÃO BATALHA            | 66 118,09            | 66 118,09            | 1 584,60            | 31 258,22            | 34 859,87                     | 36 444,47                     |
| COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA             | 66 118,09            | 66 118,09            | 1 584,60            | 31 258,22            | 34 859,87                     | 36 444,47                     |
| PROJECTO SIURE                     | 113 057,53           | 113 057,53           | -                   | 113 057,53           | -                             | -                             |
| PROJECTO SPRINT                    | 21 604,38            | 21 604,38            | -                   | -                    | 21 604,38                     | 21 604,38                     |
| EDP                                | 373 873,56           | 373 873,56           | 23 367,00           | 59 435,23            | 314 438,33                    | 337 805,33                    |
| MINISTÉRIO DA SAUDE                | 375 060,98           | 375 060,98           | 7 583,76            | 15 799,50            | 359 261,48                    | 366 845,24                    |
|                                    | <b>88 547 793,13</b> | <b>88 547 793,13</b> | <b>1 275 976,68</b> | <b>55 873 355,05</b> | <b>32 674 438,08</b>          | <b>33 950 414,76</b>          |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

|                           | 2014                | 2013                |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Subsídios ao investimento | 1 275 976,68        | 1 275 976,68        |
|                           | <b>1 275 976,68</b> | <b>1 275 976,68</b> |

## 18. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

## Benefício pós-emprego - plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2014 e 2013, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram como segue:

|                                 | 2014              | 2013              |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Contribuições da Empresa        | 475 428,90        | 485 792,00        |
| Contribuições dos colaboradores | 19 659,90         | 21 293,20         |
|                                 | <b>495 088,80</b> | <b>507 085,20</b> |

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ascendeu a 475.428,90 Euros (485.792 Euros em 2013) (Nota 23).

## Benefícios pós-emprego - plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2014 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

|                                                      | 2014     | 2013     |
|------------------------------------------------------|----------|----------|
| Taxa de desconto                                     | 2,50%    | 3,10%    |
| Retorno esperado dos ativos do plano                 | -        | -        |
| Tábua de mortalidade                                 | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Tábua de invalidez                                   | EVK 80   | EVK 80   |
| Taxa de crescimento dos salários                     | 2,5%     | 0,0%     |
| Taxa de crescimento dos salários da segurança social | 1,3%     | 0,0%     |
| Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma    | 1,3%     | 0,0%     |

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

|                                  | 2014              | 2013              |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Custo dos serviços correntes     | 166 000,00        | 193 000,00        |
| Juro líquido                     | 27 000,00         | 106 000,00        |
| Cortes/alterações no plano       | -                 | 245 000,00        |
| <b>Total de gastos (Nota 24)</b> | <b>193 000,00</b> | <b>544 000,00</b> |

Com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

|                                                                 | 2014                | 2013                |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo | 35 274 000,00       | 37 108 000,00       |
| Justo valor dos ativos do fundo                                 | 39 474 000,00       | 37 810 000,00       |
| <b>Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 11)</b>       | <b>4 200 000,00</b> | <b>702 000,00</b>   |
| Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo | 4 540 000,00        | 4 257 000,00        |
| <b>Passivo com planos de benefícios definidos</b>               | <b>4 540 000,00</b> | <b>4 257 000,00</b> |

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 4.540.000,00 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (4.257.000,00 Euros em 2013).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são descritos conforme se segue:

|                                                | Passivos dos plano   | Justo valor dos ativos do plano | Total               |
|------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------|---------------------|
| A 1 janeiro 2013                               | 41 404 000,00        | (37 480 000,00)                 | 3 924 000,00        |
| Custo com pensões                              |                      |                                 |                     |
| Custo serviço corrente                         | 193 000,00           | -                               | 193 000,00          |
| Juro líquido                                   | 1 476 000,00         | (1 371 000,00)                  | 105 000,00          |
| Alterações no plano                            | 245 000,00           | -                               | 245 000,00          |
| Benefícios pagos                               | (4 481 000,00)       | 2 254 000,00                    | (2 227 000,00)      |
| Reconhecimento imediato de ganhos e perdas     |                      |                                 |                     |
| Remensurações                                  |                      |                                 |                     |
| (ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos | 267 000,00           | -                               | 267 000,00          |
| (ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros  | 2 261 000,00         | -                               | 2 261 000,00        |
| (ganhos)/ perdas de rendimento                 | -                    | (1 213 000,00)                  | (1 213 000,00)      |
| (ganhos)/ perdas de benefícios                 | -                    | -                               | -                   |
| <b>A 31 de dezembro 2013</b>                   | <b>41 365 000,00</b> | <b>(37 810 000,00)</b>          | <b>3 555 000,00</b> |

|                                                | Passivos dos plano   | Justo valor dos ativos do plano | Total             |
|------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------|-------------------|
| A 1 janeiro 2014                               | 41 365 000,00        | (37 810 000,00)                 | 3 555 000,00      |
| Custo com pensões                              |                      |                                 |                   |
| Custo serviço corrente                         | 166 000,00           | -                               | 166 000,00        |
| Juro líquido                                   | 1 191 000,00         | (1 164 000,00)                  | 27 000,00         |
| Benefícios pagos                               | (4 056 000,00)       | 2 205 000,00                    | (1 851 000,00)    |
| Reconhecimento imediato de ganhos e perdas     |                      |                                 |                   |
| Remensurações                                  |                      |                                 |                   |
| (ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos | (735 000,00)         | -                               | (735 000,00)      |
| (ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros  | 1 989 000,00         | -                               | 1 989 000,00      |
| (ganhos)/ perdas de rendimento                 | -                    | (2 705 000,00)                  | (2 705 000,00)    |
| (ganhos)/ perdas de benefícios                 | (106 000,00)         | -                               | (106 000,00)      |
| <b>A 31 de dezembro 2014</b>                   | <b>39 814 000,00</b> | <b>(39 474 000,00)</b>          | <b>340 000,00</b> |



As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

|                                 | Justo Valor          |                      |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
|                                 | 2014                 | 2013                 |
| Instrumentos de capital próprio | 12 671 786,00        | 13 831 360,00        |
| Instrumentos de dívida          | 23 514 803,00        | 22 760 271,00        |
| Outros                          | 3 287 411,00         | 1 218 369,00         |
|                                 | <b>39 474 000,00</b> | <b>37 810 000,00</b> |

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

|                  | Impacto na responsabilidade por benefício definido |                                         |
|------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------|
|                  | Alteração nos pressupostos                         | Responsabilidade por benefício definido |
| Pressuposto      |                                                    |                                         |
| Taxa de desconto | -0,5%                                              | Aumento de 5,1%                         |

O aumento das Responsabilidades em 5,1% corresponderia a uma variação nas responsabilidades em cerca de 1,8 milhões de euros, pelo que as mesmas aumentariam para cerca de 37 milhões de euros.

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

## 19. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é detalhada conforme se segue:

|                              | 2014                |                   |                     |             |                     |
|------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------|---------------------|
|                              | Saldo inicial       | Aumentos          | Reversões           | Utilizações | Saldo final         |
| Processos judiciais em curso | 199 124,11          | 757 296,26        | (93 840,34)         |             | 862 580,03          |
| Acidentes de trabalho        | 114 442,40          | -                 | (32 739,85)         | -           | 81 702,55           |
| Outras provisões             | 1 049 999,78        |                   | (600 000,00)        | -           | 449 999,78          |
|                              | <b>1 363 566,29</b> | <b>757 296,26</b> | <b>(726 580,19)</b> | <b>-</b>    | <b>1 394 282,36</b> |

|                              | 2013                |                   |                     |                     |                     |
|------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                              | Saldo inicial       | Aumentos          | Reversões           | Utilizações         | Saldo final         |
| Processos judiciais em curso | 189 098,29          | 181 157,44        | (56 820,71)         | (114 310,91)        | 199 124,11          |
| Acidentes de trabalho        | 147 406,28          | -                 | (32 963,88)         | -                   | 114 442,40          |
| Outras provisões             | 721 999,78          | 400 000,00        | (72 000,00)         | -                   | 1 049 999,78        |
|                              | <b>1 058 504,35</b> | <b>581 157,44</b> | <b>(161 784,59)</b> | <b>(114 310,91)</b> | <b>1 363 566,29</b> |

## 20. Estado E Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

|                                                                 | 2014                |                     | 2013                |                     |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                                                                 | Ativo               | Passivo             | Ativo               | Passivo             |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares               | -                   | 418 219,47          | -                   | 381 557,37          |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado                              | -                   | 466 942,38          | -                   | 559 239,54          |
| Contribuições para a Segurança Social                           | -                   | 489 572,85          | -                   | 495 416,78          |
| Taxa de Recursos Hídricos                                       | -                   | 3 029 172,47        | -                   | 3 212 405,02        |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas <sup>(a)</sup> | 1 527 349,67        | -                   | 2 096 301,15        | -                   |
|                                                                 | <b>1 527 349,67</b> | <b>4 403 907,17</b> | <b>2 096 301,15</b> | <b>4 648 618,71</b> |

<sup>a)</sup> Inclui sobretudo os valores do SIFIDE a receber dos anos de 2009 a 2011, os quais se encontram em apreciação pela ATA

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a pagar à entidade AdP SGPS (Nota 16).

## 21. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhado conforme se segue:

|                                  | 2014                  | 2013                  |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Venda de água e quota de serviço | 140 856 301,08        | 141 893 722,09        |
| Prestação de serviços            | 1 102 101,63          | 1 185 382,44          |
|                                  | <b>141 958 402,71</b> | <b>143 079 104,53</b> |

## 22. Fornecimentos E Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhada conforme se segue:

|                                          | 2014                 | 2013                 |
|------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Eletricidade                             | 9 921 394,13         | 11 290 491,21        |
| Conservação e reparação                  | 3 743 419,64         | 4 057 560,89         |
| Trabalhos especializados                 | 4 536 197,36         | 5 085 662,07         |
| Comunicação                              | 1 253 092,38         | 1 303 606,26         |
| Seguros                                  | 866 214,41           | 925 287,29           |
| Rendas e alugueres                       | 1 047 812,46         | 1 252 701,05         |
| Subcontratos                             | 664 266,66           | 857 497,66           |
| Vigilância e segurança                   | 804 279,27           | 729 664,51           |
| Publicidade e propaganda                 | 321 913,53           | 262 648,67           |
| Limpeza, higiene e conforto              | 459 463,94           | 581 276,58           |
| Combustíveis                             | 597 930,53           | 618 451,83           |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 5 252 981,12         | 5 157 245,94         |
| Capitalização                            | (387 148,64)         | -                    |
|                                          | <b>29 081 816,79</b> | <b>32 122 093,96</b> |

Verificou-se uma redução global de quase todas as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, destacando-se:

- Eletricidade – a redução em cerca de 12,1% face a 2013 deve-se essencialmente ao efeito conjugado de reduções no consumo e no custo unitário:
  - uma redução superior a 6% no consumo, em resultado não só da redução dos volumes produzidos, fruto do decréscimo das vendas, mas também da diminuição do consumo específico (maior eficiência)
  - à diminuição do gasto unitário, superior a 5%, resultante em grande parte da otimização de consumo, tendo em conta as condições contratadas
- Trabalhos Especializados – a redução desta rubrica em cerca de 12,5% resultou da internalização do serviço de redes prediais, da redução dos custos com os serviços de impressão de faturas e com a otimização dos licenciamentos das aplicações informáticas da EPAL
- Conservação e Reparação – diminuição das intervenções corretivas na rede de distribuição de Lisboa

## 23. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhada conforme se segue:

|                                             | 2014                 | 2013                 |
|---------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais             | 250 774,10           | 241 598,61           |
| Remunerações do pessoal                     | 17 418 205,95        | 17 857 541,37        |
| Benefícios pós-emprego                      |                      |                      |
| Contribuição definida (Nota 18)             | 475 428,90           | 485 792,00           |
| Benefício definido e pré-reformas (Nota 18) | 193 000,00           | 544 000,00           |
| Indemnizações                               | 817 477,01           | 2 344,11             |
| Encargos sobre remunerações                 | 4 137 332,39         | 4 311 416,91         |
| Seguros de ac. trabalho e doenças prof.     | 231 152,57           | 116 637,24           |
| Gastos de ação social                       | 1 314 038,57         | 1 544 961,12         |
| Formação                                    | 129 943,75           | 102 430,58           |
| Outros                                      | 46 001,35            | 37 656,90            |
| Capitalização                               | (2 355 147,73)       | -                    |
|                                             | <b>22 658 206,86</b> | <b>25 244 378,84</b> |

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, ascendia a 685 e 721 pessoas, respetivamente.

Foi ainda estabelecido um programa de rescisões amigáveis de contratos de trabalho, que permitiu que a Empresa terminasse o ano com 675 trabalhadores, quando no final de 2013 o quadro de pessoal era de 694 trabalhadores, tendo gerado um valor de indemnizações de cerca de 817.477 euros.

## 24. Outros Rendimentos e Ganhos

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme se segue:

|                                                       | 2014                 | 2013                |
|-------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|
| Rendimentos suplementares                             | 2 327 403,28         | 2 443 099,17        |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 12 095 149,05        | 88 762,23           |
| Ganhos em inventários                                 | 7 850,51             | 1 805,39            |
| Descontos de pronto pagamento obtidos                 | 1 601,30             | 1 737,41            |
| Diferenças de câmbio favoráveis                       | -                    | 129,09              |
| Outros                                                | 98 123,94            | 67 774,18           |
|                                                       | <b>14 530 128,08</b> | <b>2 603 307,47</b> |

A rubrica "Rendimentos suplementares" que, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, ascende a 2.327.403,28 Euros e 2.443.099,17 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica a terceiros relativa ao sistema informático Aquamatrix®, no montante de 1.315.632,33 Euros (1.547.286 Euros em 2013); e (ii) tarifa de saneamento, no montante de 337.231 Euros (326.550 Euros em 2013).

A rubrica de Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros contempla o reconhecimento do Terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, aquando da execução do protocolo de 1992 estabelecido com aquela autarquia, conforme referido na Nota 6 do presente Anexo.

## 25. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme se segue:

|                           | 2014                | 2013                |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Impostos e taxas          | 957 789,97          | 1 217 345,92        |
| Indemnizações por roturas | 84 565,39           | 132 583,32          |
| Donativos                 | 119 012,98          | 79 931,59           |
| Quotizações               | 55 466,50           | 59 340,67           |
| Outros                    | 81 769,21           | 94 575,18           |
| Gastos não recorrentes    | -                   | 3 430 505,81        |
|                           | <b>1 298 604,05</b> | <b>5 014 282,49</b> |

## 26. Depreciações

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme se segue:

|                                       | 2014                 | 2013                 |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Ativos fixos tangíveis (Nota 5)       | 24 914 686,50        | 24 914 034,66        |
| Propriedades de investimento (Nota 6) | 94 779,10            | 94 779,09            |
|                                       | <b>25 009 465,60</b> | <b>25 008 813,75</b> |

## 27. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

|                                      | 2014                | 2013                |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Juros obtidos:                       |                     |                     |
| Depósitos em instituições de crédito | 1 510 212,82        | 2 272 693,64        |
| Outros                               | 25 980,21           | 4 276,13            |
| Outros rendimentos similares         | 252 690,44          | 520 433,38          |
|                                      | <b>1 788 883,47</b> | <b>2 797 403,15</b> |

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

|                          | 2014                | 2013                |
|--------------------------|---------------------|---------------------|
| Juros suportados:        |                     |                     |
| Financiamentos bancários | 2 999 853,68        | 3 423 192,46        |
| Outros financiamentos    | 327 429,92          | 356 669,39          |
|                          | <b>3 327 283,60</b> | <b>3 779 861,85</b> |

## 28. Partes Relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

### Empresas participadas

| Empresas | Sede   | % capital detida | Capitais Próprios | Resultado Líquido | Valor balanço | Ajustamentos | Valor líquido |
|----------|--------|------------------|-------------------|-------------------|---------------|--------------|---------------|
| Fundec   | Lisboa |                  |                   |                   | 1 500,00      | -            | 1 500,00      |

### Movimentos ocorridos

|                                                   | Saldo inicial | Reforços | Reduções     | Saldo final |
|---------------------------------------------------|---------------|----------|--------------|-------------|
| Partes de capital em empresas do grupo            | 250 000,00    | -        | (250 000,00) |             |
| Partes de capital em outras empresas participadas | 1 500,00      | -        |              | 1 500,00    |
| Perdas por imparidade                             | (250 000,00)  | -        | 250 000,00   |             |
|                                                   | 1 500,00      | -        |              | 1 500,00    |

Em 2014 foi dissolvida, liquidada e partilhada a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, SA, a qual era detida a 100% pela EPAL e se encontrava em imparidade total em 31 de dezembro de 2013.

### Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2014:

|                            | Tipo de relação  | Vendas e ou Prestações de Serviços | Prestações de Serviços Intragrupo | Ganhos Financeiros | Aquisição de Serviços Intragrupo |
|----------------------------|------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|----------------------------------|
| AdP SGPS                   | Empresa mãe      | -                                  | 491,50                            | 19 985,54          | 2 486 301,64                     |
| AdP Serviços               | Empresa do grupo | 2 617,89                           | 865,00                            | -                  | 876 463,76                       |
| Aquasis                    | Empresa do grupo | -                                  | -                                 | -                  | 720,00                           |
| Águas de Trás-os-Montes    | Empresa do grupo | -                                  | 1 580,00                          | -                  | -                                |
| Águas do Douro e Paiva     | Empresa do grupo | -                                  | 980,00                            | -                  | -                                |
| Simria                     | Empresa do grupo | -                                  | 945,00                            | -                  | -                                |
| Águas do Zêzere e Côa      | Empresa do grupo | -                                  | 635,00                            | -                  | -                                |
| Águas do Centro            | Empresa do grupo | 697 754,10                         | 5 270,14                          | -                  | -                                |
| Simlis                     | Empresa do grupo | -                                  | 945,00                            | -                  | -                                |
| Águas do Oeste             | Empresa do grupo | 10 954 046,80                      | 720,00                            | 28 294,96          | -                                |
| Sanest                     | Empresa do grupo | -                                  | 675,00                            | -                  | -                                |
| Simtejo                    | Empresa do grupo | 113 233,13                         | 671,16                            | -                  | -                                |
| Águas do Norte Alentejano  | Empresa do grupo | -                                  | 240,00                            | -                  | -                                |
| Águas do Centro Alentejano | Empresa do grupo | -                                  | 910,00                            | -                  | -                                |
| Simarsul                   | Empresa do grupo | -                                  | 635,00                            | -                  | -                                |
| Águas do Mondego           | Empresa do grupo | 571,30                             | 1 580,00                          | -                  | -                                |
| Águas do Algarve           | Empresa do grupo | 4 699,63                           | 103 780,32                        | -                  | -                                |
| Águas do Noroeste          | Empresa do grupo | -                                  | 1 830,55                          | -                  | -                                |
| Simdouro                   | Empresa do grupo | -                                  | 1 410,00                          | -                  | -                                |
| Águas S. André             | Empresa do grupo | -                                  | 20 313,06                         | -                  | -                                |
| Águas da Região de Aveiro  | Empresa do grupo | -                                  | 149 892,24                        | -                  | -                                |
| Valorsul                   | Empresa do grupo | 10 466,81                          | -                                 | -                  | -                                |
|                            |                  | 11 783 389,66                      | 294 368,97                        | 48 280,50          | 3 363 485,40                     |

## Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2013:

|                           | Tipo de relação  | Vendas e ou<br>Prestações de<br>Serviços | Prestações<br>de Serviços<br>Intragrupo | Ganhos<br>Financeiros | Aquisição<br>de Serviços<br>Intragrupo |
|---------------------------|------------------|------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------|----------------------------------------|
| AdP SGPS                  | Empresa mãe      | -                                        | 497,00                                  | -                     | 2 496 964,74                           |
| AdP Serviços              | Empresa do grupo | 2 781,85                                 | -                                       | -                     | 1 037 183,17                           |
| Aquasis                   | Empresa do grupo | -                                        | -                                       | -                     | 431 629,00                             |
| Águas do Centro           | Empresa do grupo | 683 526,90                               | -                                       | -                     | 150,00                                 |
| Águas do Oeste            | Empresa do grupo | 10 854 472,41                            | -                                       | 323 685,24            | -                                      |
| Simtejo                   | Empresa do grupo | 112 220,26                               | -                                       | -                     | 1 301,03                               |
| Águas Algarve             | Empresa do grupo | 645,76                                   | 105 500,95                              | -                     | 47 257,10                              |
| Águas do Noroeste         | Empresa do grupo | 565,00                                   | -                                       | -                     | -                                      |
| Águas S. André            | Empresa do grupo | -                                        | 19 128,63                               | -                     | 250,00                                 |
| Águas da Região de Aveiro | Empresa do grupo | -                                        | 148 436,56                              | -                     | -                                      |
| Valorsul                  | Empresa do grupo | 13 186,86                                | -                                       | -                     | -                                      |
| Algar                     | Empresa do grupo | 681,12                                   | -                                       | -                     | -                                      |
|                           |                  | <b>11 668 080,16</b>                     | <b>273 563,14</b>                       | <b>323 685,24</b>     | <b>4 014 735,04</b>                    |

## Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2014:

|                                 | Clientes     | Fornecedores      | Outros<br>Devedores | Acréscimo de<br>rendimentos | Acréscimo<br>de gastos | Outras<br>contas a pagar<br>(Nota 16) |
|---------------------------------|--------------|-------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| AdP SGPS                        | -            | 284 002,00        | 20 216,54           | -                           | 12 001,97              | 6 545 716,25                          |
| AdP Serviços                    | 701,48       | 52 599,46         | 475,20              | -                           | 7 007,76               | -                                     |
| Aquasis                         | -            | 55 165,05         | -                   | -                           | -                      | -                                     |
| Águas de Trás-os-Montes         | -            | -                 | 1 353,00            | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Douro e Paiva          | -            | -                 | 1 205,40            | -                           | -                      | -                                     |
| Simria                          | -            | -                 | 571,95              | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Zêzere e Côa           | -            | -                 | 485,85              | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Centro                 | 57 063,52    | -                 | 4 366,50            | -                           | -                      | -                                     |
| Simlis                          | -            | -                 | 867,15              | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Oeste                  | 6 726 255,59 | -                 | 9 520 800,52        | 4 046 545,57                | -                      | -                                     |
| Sanest                          | -            | -                 | 633,45              | -                           | -                      | -                                     |
| Simtejo                         | 29 664,14    | -                 | 381,30              | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Norte Alente-<br>jano  | -            | -                 | 295,20              | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Centro Alente-<br>jano | -            | -                 | 752,80              | -                           | -                      | -                                     |
| Simarsul                        | -            | -                 | 781,05              | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Mondego                | 702,70       | -                 | 1 281,70            | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Algarve                | 622,12       | -                 | 32 816,50           | -                           | -                      | -                                     |
| Águas do Noroeste               | -            | -                 | 1 121,89            | 683,10                      | -                      | -                                     |
| Simdouro                        | -            | -                 | 1 291,50            | -                           | -                      | -                                     |
| Águas S. André                  | -            | -                 | 3 326,06            | 1 605,26                    | -                      | -                                     |
| Águas da Região de Aveiro       | -            | -                 | 76 644,05           | 198 647,84                  | -                      | -                                     |
| Valorsul                        | -            | -                 | -                   | 800,00                      | -                      | -                                     |
|                                 |              | <b>391 766,51</b> | <b>9 669 667,61</b> | <b>4 248 281,77</b>         | <b>19 009,73</b>       | <b>6 545 716,25</b>                   |



## Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2013:

|                           | Clientes            | Fornecedores      | Outros Devedores     | Acréscimo de rendimentos | Acréscimo de gastos | Outras contas a pagar (Nota 16) |
|---------------------------|---------------------|-------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------------|
| AdP SGPS                  | -                   | -                 | 142,00               | -                        | 14 813,63           | 1 377 842,98                    |
| AdP Serviços              | 676,26              | 16 114,00         | -                    | -                        | 10 942,11           | -                               |
| Aquasis                   | -                   | 350 099,37        | -                    | -                        | -                   | -                               |
| Águas do Centro           | 50 031,12           | -                 | -                    | -                        | -                   | -                               |
| Águas do Oeste            | 4 777 721,47        | -                 | 10 021 895,29        | 3 808 427,35             | -                   | -                               |
| Simtejo                   | 17 094,76           | -                 | -                    | -                        | -                   | -                               |
| Águas Algarve             | -                   | 5 284,20          | 128 744,38           | -                        | -                   | -                               |
| Águas do Noroeste         | 694,95              | -                 | -                    | -                        | -                   | -                               |
| Águas S. André            | -                   | -                 | -                    | 1 597,32                 | -                   | -                               |
| Águas da Região de Aveiro | -                   | -                 | 76 262,75            | 49 545,60                | -                   | -                               |
| Valorsul                  | -                   | -                 | -                    | 1 500,00                 | -                   | -                               |
| Algar                     | 110,70              | -                 | -                    | -                        | -                   | -                               |
|                           | <b>4 846 329,26</b> | <b>371 497,57</b> | <b>10 227 044,42</b> | <b>3 861 070,27</b>      | <b>25 755,74</b>    | <b>1 377 842,98</b>             |

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas são divulgadas na Nota 30.

## 29. Passivos Contingentes e Garantias Prestadas

### Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

|                                         | 2014                  | 2013                  |
|-----------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Banco Europeu de Investimento (Nota 16) | 165 722 313,58        | 130 221 884,54        |
| Tribunais                               | 5 175 899,89          | 5 175 899,89          |
| Outros                                  | 325 028,22            | 331 169,72            |
|                                         | <b>171 223 241,69</b> | <b>135 728 954,15</b> |

O aumento das responsabilidades por garantias prestadas, no âmbito dos financiamentos junto do BEI, resulta do facto de esta entidade apenas aceitar a substituição das garantias prestadas pelas entidades financeiras por garantias prestadas pelo Estado, atendendo que o rating dos bancos fica aquém do mínimo atualmente exigível pelo BEI. Essa alteração leva a que a base de incidência deixe de ser o serviço da dívida anual e passe a ser considerado o capital em dívida no início de cada período.

## 30. Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Referenciam-se de seguida os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais.

Refere-se ainda que com efeitos a 1 de Abril de 2013, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2013, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2013, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2013, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2013, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

## 1. Mesa Assembleia Geral

| 2014                       |                                          |                             |                    |
|----------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Mesa da Assembleia Geral   |                                          |                             |                    |
| Mandato I                  | Presidente                               | Vice-Presidente             | Secretário         |
|                            | AMEGA, representada por António Pombinho | Ana Cristina Rebelo Pereira | Alexandra Varandas |
| Remuneração anual fixa (*) | -                                        | -                           | -                  |

(\*) Senhas de Presença (corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado)

## 2. Fiscal Único

| Fiscal Único              | 2014          |                     | 2013                |
|---------------------------|---------------|---------------------|---------------------|
|                           | PwC, SROC, SA | António Dias Nabais | António Dias Nabais |
| Remuneração anual efetiva | 12 000,00     | 1 279,42            | 17 911,88           |

## 3. Revisor Oficial de Contas

| Auditor Externo         | 2014          | 2013                            |               |
|-------------------------|---------------|---------------------------------|---------------|
|                         | PwC, SROC, SA | Deloitte & Associados, SROC, SA | PwC, SROC, SA |
| Revisão Legal de Contas | 15 000,00     | 10 520,00                       | 9 000,00      |

## 4. Conselho de Administração

| Remunerações                            | Presidente Executivo        | Vogal Executivo                         | Vogal Executivo                                        |
|-----------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------|
|                                         | José Manuel Leitão Sardinha | Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas | Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura |
| Mandato                                 | I                           | I                                       | I                                                      |
| Adaptado ao EGP (Sim/Não)               | Sim                         | Sim                                     | Sim                                                    |
| Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)         | 95 002,06                   | 75 916,72                               | 76 190,00                                              |
| OPRLO                                   | Não                         | Não                                     | Não                                                    |
| Entidade de Origem (identificar)        | -                           | -                                       | -                                                      |
| Entidade pagadora (origem/Destino)      | -                           | -                                       | -                                                      |
| 1.1.Remuneração Anual                   | 68 673,00                   | 54 938,40                               | 54 938,40                                              |
| 1.2.Despesas de Representação (Anual)   | 27 469,20                   | 21 975,36                               | 21 975,36                                              |
| 1.3.Senha de presença (Valor Anual)     | -                           | -                                       | -                                                      |
| 1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010 | 5 379,60                    | 4 304,10                                | 4 304,10                                               |
| 1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011 | 8 064,31                    | 6 451,41                                | 6 451,41                                               |
| 1.6.Subsídios de férias e natal         | 11 445,50                   | 9 156,40                                | 9 156,40                                               |
| 1.7.Reduções de anos anteriores         | -                           | -                                       | -                                                      |

|                                         |                  |                  |                  |
|-----------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| "1. Remuneração Anual Efetiva           | 91 987,48        | 73 589,99        | 73 589,99        |
| (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5+1.6-1.7)"         | 94 143,79        | 75 314,65        | 75 314,65        |
| 2. Remuneração variável                 | -                | -                | -                |
| 3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT) | -                | -                | -                |
| 4. Outras (identificar)                 | 858,27           | 602,07           | 875,35           |
| Subsídio de deslocação                  |                  |                  |                  |
| Subsídio de refeição                    | 858,27           | 602,07           | 875,35           |
| Encargos com benefícios sociais         |                  |                  |                  |
| Regime de Proteção Social               | Segurança Social | Segurança Social | Segurança Social |
| Valor do Regime de Proteção Social      | 17 071,96        | 16 664,14        | 16 664,14        |
| Seguros de saúde                        | 1 176,94         | 629,68           | 629,68           |
| Seguros de vida                         | 1 850,00         | 1 480,00         | 1 480,00         |
| Seguro de Acidentes Pessoais            | -                | -                | -                |
| Outros (indicar)                        | n.a.             | n.a.             | n.a.             |
| Acumulação de Funções de Gestão (S/N)   | Não              | Não              | Não              |
| Entidade (identificar)                  | -                | -                | -                |
| Remuneração Anual                       | -                | -                | -                |

| Parque Automóvel                                     | Presidente Executivo        | Vogal Executivo                         | Vogal Executivo                                        |
|------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------|
|                                                      | José Manuel Leitão Sardinha | Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas | Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura |
| Mandato                                              | 1                           | 1                                       | 1                                                      |
| Modalidade de Utilização                             | Aluguer Operacional         | Aluguer Operacional                     | Aluguer Operacional                                    |
| Valor de referência da viatura nova                  | 42 337,14                   | 41 028,07                               | 44 098,37                                              |
| Ano Inicio                                           | 2008                        | 2008                                    | 2008                                                   |
| Ano Termo                                            | 2015                        | 2015                                    | 2015                                                   |
| N.º prestações                                       | 12                          | 12                                      | 12                                                     |
| Valor Residual                                       | 11 678,77                   | 9 946,03                                | 14 132,20                                              |
| Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço | 5 099,18                    | 6 988,49                                | 4 938,71                                               |
| Combustível e portagens gastos com a viatura         | 3 516,67                    | 2 866,08                                | 2 826,86                                               |
| Plafond anual Combustível e portagens atribuído      | 6 867,30                    | 5 493,84                                | 5 493,84                                               |
| Outros (Reparações/Seguro Automóvel)                 | 581,78                      | 540,04                                  | 1 100,76                                               |
| Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)   | Sim                         | Sim                                     | Sim                                                    |

| Outras regalias e compensações                     | Presidente Executivo        | Vogal Executivo                         | Vogal Executivo                                        |
|----------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------|
|                                                    | José Manuel Leitão Sardinha | Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas | Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura |
| Mandato                                            | 1                           | 1                                       | 1                                                      |
| Plafond anual atribuído em comunicações móveis     | 960,00                      | 960,00                                  | 960,00                                                 |
| Gastos anuais com comunicações móveis              | 624,52                      | 378,39                                  | 99,35                                                  |
| Outras (dados móveis)                              | 290,37                      | 229,78                                  | 175,76                                                 |
| Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não) | Sim                         | Sim                                     | Sim                                                    |

| Gastos c/ deslocações         | Presidente Executivo           | Vogal Executivo                            | Vogal Executivo                                              |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
|                               | José Manuel Leitão<br>Sardinha | Maria do Rosário da<br>Silva Cardoso Águas | Maria do Rosário Mayoral<br>Robles Machado Simões<br>Ventura |
| <b>Mandato</b>                |                                |                                            |                                                              |
| Custo total anual com viagens | 412,95                         | 5 652,18                                   | 326,95                                                       |
| Custos anuais com Alojamento  | 223,00                         | 908,00                                     | 223,00                                                       |
| Ajudas de custo               | 125,10                         | 536,14                                     | 125,10                                                       |

### 31. Resultado por Ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi determinado conforme segue:

|                                               | 2014          | 2013          |
|-----------------------------------------------|---------------|---------------|
| Resultados:                                   |               |               |
| Resultado líquido do exercício                | 54 037 472,15 | 39 961 784,04 |
| Número de ações                               |               |               |
| Número médio ponderado de ações em circulação | 30 000 000    | 30 000 000    |
| Resultado por ação básico                     | 1,80          | 1,33          |
| Resultado por ação diluído                    | 1,80          | 1,33          |

### 32. Eventos Subsequentes

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 4 de fevereiro de 2015, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

**O Conselho de Administração**

José Manuel Leitão Sardinha  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

**O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas**

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel









# Relatório e Parecer do Fiscal Único





## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a informação prestada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado. A informação constante no Relatório de gestão, que contém um capítulo individualizado sobre o cumprimento das orientações legais, observando o modelo previsto no Anexo I do Ofício circular nº 1211 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, releva adequadamente o cumprimento ou não das mesmas, designadamente no que respeita às medidas de redução remuneratória. Adicionalmente, conforme consta igualmente no Relatório de gestão, o cumprimento das seguintes orientações legais será divulgado pelo acionista único da Empresa: (i) gestão do risco financeiro; (ii) plano de redução de custos; (iii) redução do número de efetivos e de cargos dirigentes; (iv) princípio da unidade de tesouraria; e (v) limites ao endividamento. Relativamente ao Relatório de governo societário, o mesmo inclui os elementos previstos na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, estando o modelo adotado em conformidade com as orientações previstas no Anexo II do Ofício circular nº 1211 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

19 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.





# Certificação Legal de Contas





## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Introdução***

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 865.148.284,26 euros e um total de capital próprio de 561.796.150,78 euros, incluindo um resultado líquido de 54.037.472,15 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

### ***Opinião***

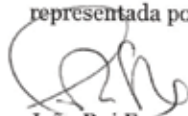
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

### ***Relato sobre outros requisitos legais***

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

19 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.







# Relatório de Governo Societário 2014





EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.  
**Relatório de Governo Societário 2014**





# Índice

|    |                                                                                          |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------|
| 9  | I. Missão, Objetivos e Políticas                                                         |
| 17 | II. Estrutura de capital                                                                 |
| 21 | III. Participações Sociais e Obrigações detidas                                          |
| 27 | IV. Órgãos Sociais e Comissões                                                           |
| 27 | A. Mesa da Assembleia Geral                                                              |
| 27 | B. Administração e Supervisão                                                            |
| 31 | C. Fiscalização                                                                          |
| 32 | D. Revisor Oficial de Contas (ROC)                                                       |
| 32 | E. Auditor Externo                                                                       |
| 37 | V. Organização Interna                                                                   |
| 37 | A. Estatutos e Comunicações                                                              |
| 37 | B. Controlo interno e gestão de riscos                                                   |
| 40 | C. Regulamentos e Códigos                                                                |
| 42 | D. Deveres especiais de informação                                                       |
| 42 | E. Sítio de Internet                                                                     |
| 43 | F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral                                    |
| 47 | VI. Remunerações                                                                         |
| 47 | A. Competência para a Determinação                                                       |
| 47 | B. Comissão de Fixação de Remunerações                                                   |
| 47 | C. Estrutura das Remunerações                                                            |
| 48 | D. Divulgação das Remunerações                                                           |
| 53 | VII. Transações com partes Relacionadas e Outras                                         |
| 57 | VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental |
| 63 | IX. Avaliação do Governo Societário                                                      |







# Missão, Objetivos e Políticas





# I. Missão, Objetivos e Políticas

## 1. Missão

A Missão da EPAL é a Prestação de Serviços de Água e a Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água, ao longo da sua sequência de atividades e negócios.

## Visão

Ser Empresa de referência no Setor da Água em Portugal.

Orientar-se pelas Melhores Práticas Internacionais.

## Valores

No seu dia-a-dia a EPAL orienta-se pelos seguintes Valores:

- A Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;
- A Responsabilidade Social na prestação de serviços públicos essenciais;
- A Sustentabilidade e os propósitos que lhe são inerentes de eficiência na gestão, de defesa e proteção do ambiente, de respeito pela pessoa humana e de envolvimento da Comunidade;
- A preservação da condição humana, quer na segurança quer na saúde, dos seus trabalhadores e trabalhadoras;
- A Orientação para o/a Cliente, razão de ser da Empresa;
- A Integridade e a Transparência na forma de estar e nas relações com todas as partes interessadas;
- A Competência e o rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a confiança como princípio de relação entre a EPAL e as partes interessadas;
- O respeito e a prática da Legalidade;
- Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.



# I. Missão, Objetivos e Políticas

## 2. Política

No enquadramento da sua Missão - Prestação de Serviços de Água e a Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água, ao longo da sua sequência de atividades e negócios, a EPAL ambiciona ser Empresa de referência no Setor da Água em Portugal e orientar-se pelas Melhores Práticas Internacionais, preservando o Recurso Natural primordial de que depende - a Água - promovendo a criação de Valor, a Melhoria Contínua e a Inovação e o Desenvolvimento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da Sociedade em que se insere.

Como tal, a EPAL compromete-se com os seguintes princípios que constituem a sua Política:

- Desenvolve as suas atividades e presta serviços no quadro de referenciais normativos e legais do seu Sistema Integrado, organizando, simplificando e otimizando os processos e recursos, enquanto fatores instrumentais de melhoria contínua, promovendo iniciativas e projetos de desenvolvimento, inovação e investigação conducentes à eficácia e eficiência do Sistema e da Empresa;
- Desenvolve o conhecimento e o pleno potencial de todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as, essenciais para o reforço de uma cultura de desenvolvimento sustentável do negócio da Empresa, implementando práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas;
- Revê, partilha e trabalha, sistematicamente, os compromissos assumidos com todas as partes interessadas, internas e externas, para a satisfação das necessidades e expectativas, capacitando as áreas de melhoria identificadas, vocação que assume como um objetivo de todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as;
- Garante a qualidade do serviço prestado, recorrendo a profissionais com qualificação para a realização das respetivas atividades, e assegura, a partir de Planos, Processos e Procedimentos adequados, a garantia e a salvaguarda da qualidade do seu produto essencial para saúde pública;
- Cumpre a legislação aplicável e outros requisitos que venha a subscrever e compromete-se a melhorar, continuamente, a eficácia do seu desempenho, assim como atuar de acordo com o seu Código de Conduta e Ética, bem como, com o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Promove os valores e as preocupações ambientais com o objetivo de contribuir ativa e responsavelmente para um futuro ambientalmente sustentado prevenindo a poluição e acidentes ambientais;
- Avalia e controla os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança dos/as trabalhadores/as e dos/as colaboradores/as que trabalham na ou para a Empresa, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que reduzam a possibilidade de danos para a saúde e a ocorrência de incidentes, de forma a concretizar a opção estratégica de ter zero acidentes de trabalho;
- Apoia, promove e desenvolve ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as e colaboradores/as, potenciando o seu contributo societário, reforçando a relação com os seus fornecedores e prestadores de serviços, estimulando a sua adesão e compromisso de respeitar e aplicar práticas de acordo com estes princípios;
- Identifica e avalia oportunidades e ameaças no que se refere à sua atividade, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a minimizar e mitigar riscos inerentes a situações de emergência para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio com base em Planos de Emergência, de Gestão de Crises e de Contingência, adequados;
- Gere, adequadamente, o risco dos sistemas de Tecnologias de Informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam o Negócio de forma a garantir a confidencialidade da informação da empresa e dos seus Clientes.





# I. Missão, Objetivos e Políticas

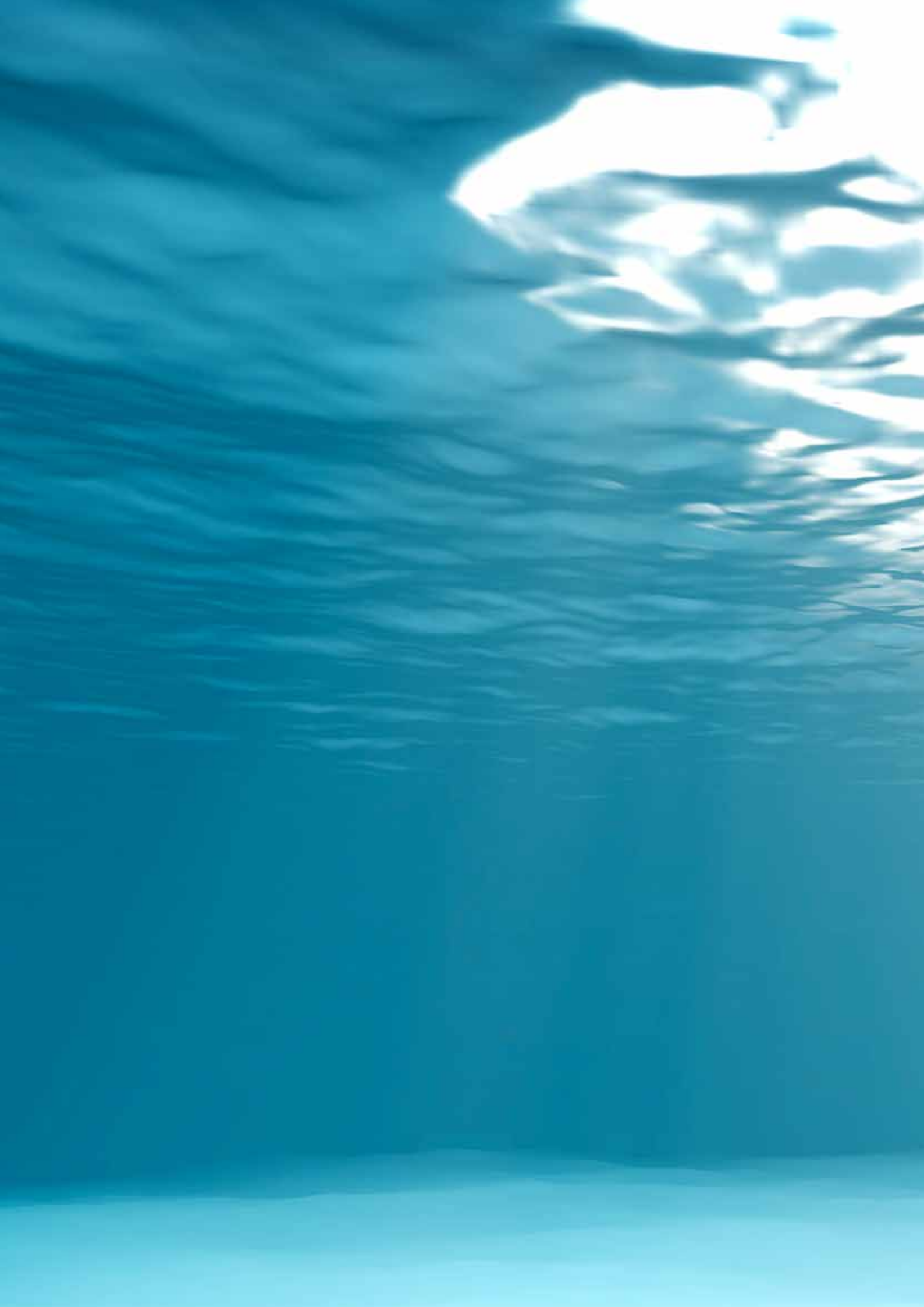
## 3. Objetivos

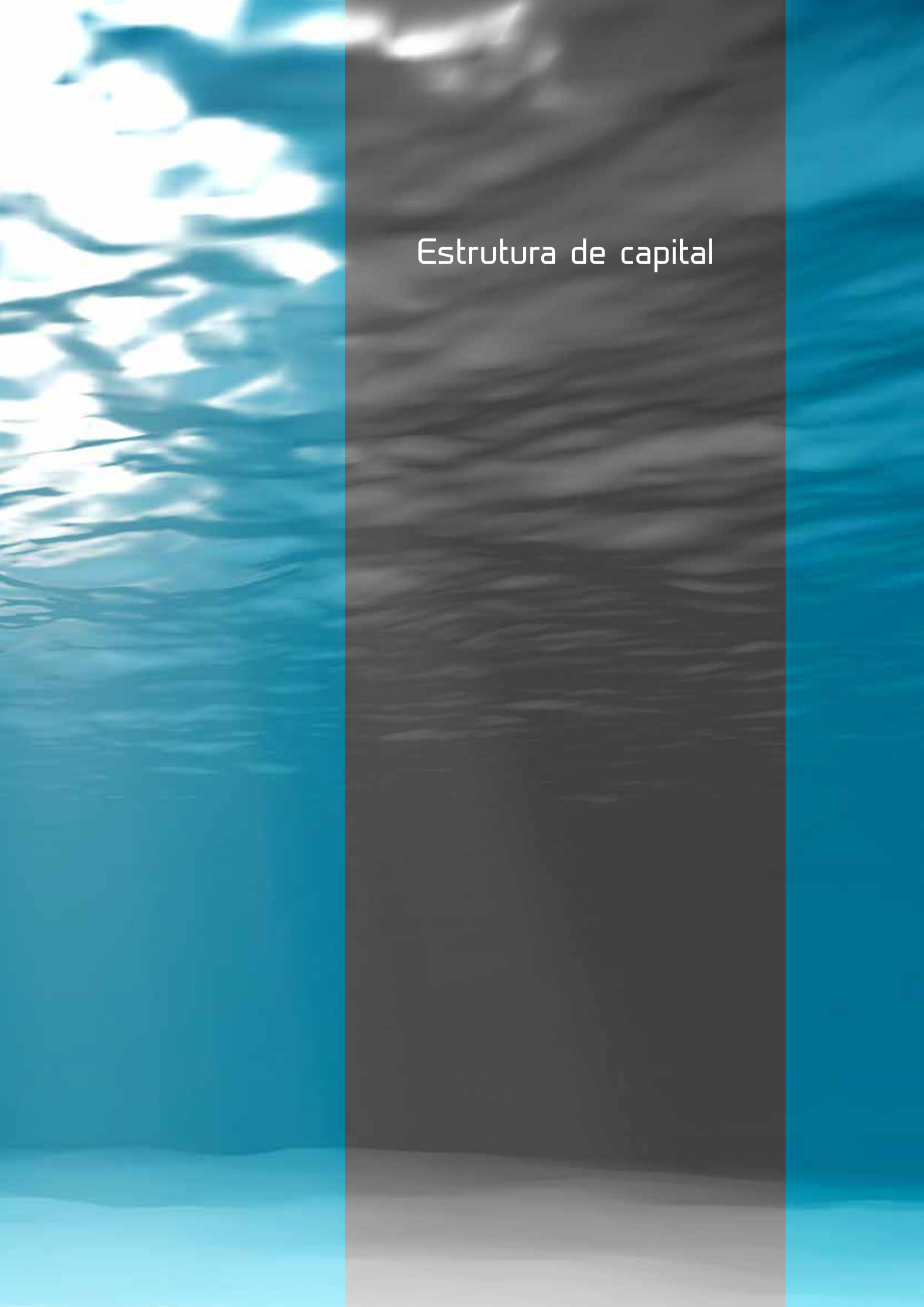
Os objetivos de gestão para 2014, estabelecidos pelo Acionista, foram os seguintes:

| Indicadores                               | Objetivo                   |
|-------------------------------------------|----------------------------|
| Plano de Redução de Custos                | $90\% < x \leq 110\%$      |
| Dívida comercial de devedores municipais  | $80\% \leq x \leq 120\%$   |
| Degradação da tesouraria de exploração    | $75\% < x \leq 100\%$      |
| PEC Endividamento                         | $2,5\% < x \leq 4\%$       |
| ROCE                                      | $3,5\% \leq x < 4,5\%$     |
| Margem EBITDA                             | $75\% \leq x \leq 100\%$   |
| Qualidade da água na rede de distribuição | $97,5\% \leq x \leq 100\%$ |
| Taxa de perdas em baixa                   | $10\% \leq x \leq 15\%$    |

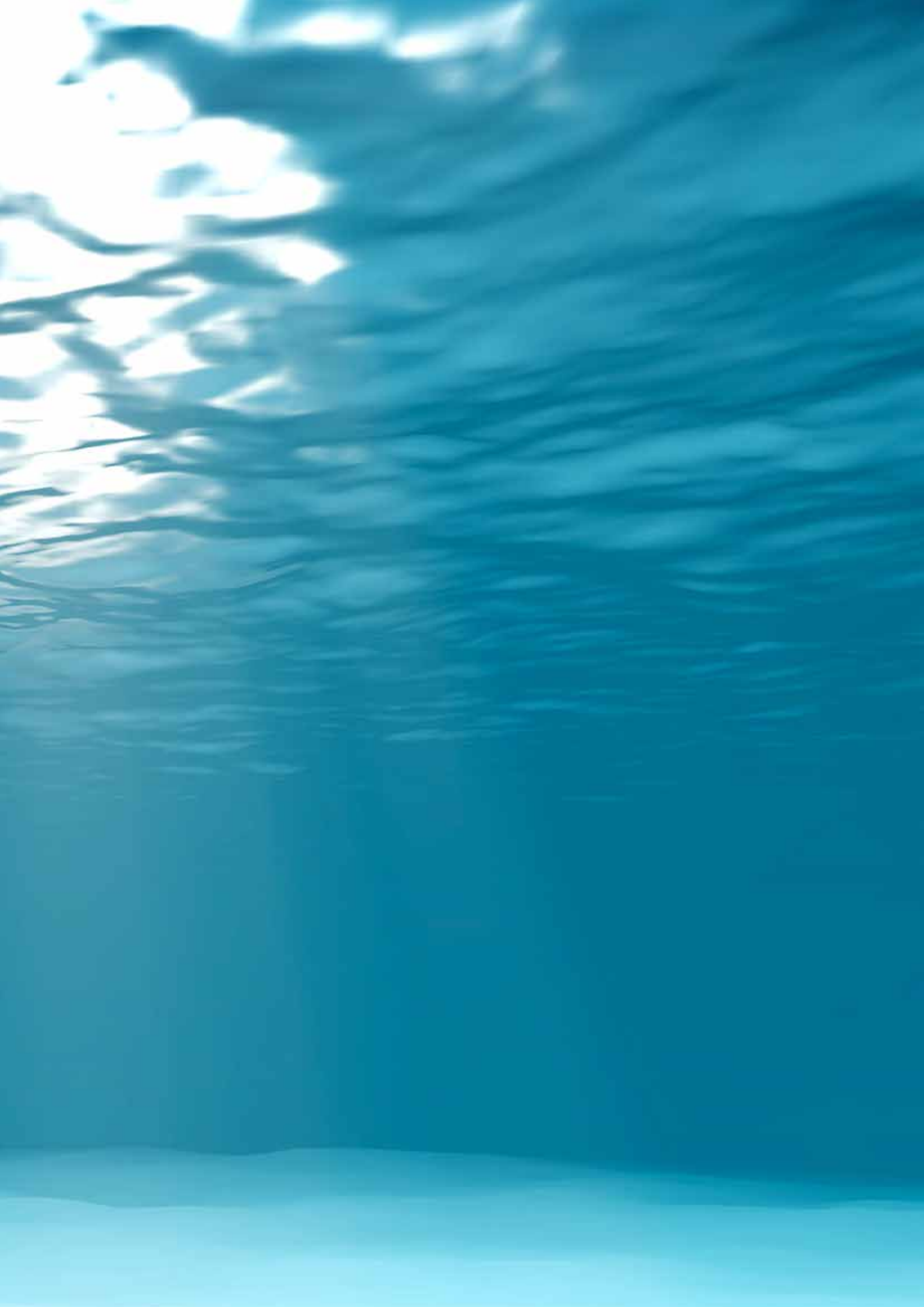
De entre a multiplicidade dos fatores que podem influenciar o desempenho e os resultados da empresa, destacam-se:

- O Meio Ambiente enquanto fonte de captação da água necessária à prestação do serviço público
- As Vendas nas vertentes de clientes e consumidores e dos volumes
- As Tarifas que, dependendo de entidades terceiras, devem assegurar as receitas necessárias à cobertura dos custos e dos investimentos necessários à prestação de serviços e à adequada remuneração do acionista
- Os Custos e respetiva estrutura
- A Gestão de Ativos
- Competência e Know-how dos recursos humanos
- Acionista e Tutela Governamental



The background of the slide features a close-up, high-contrast image of water ripples. A vertical band of dark, almost black, water ripples runs down the center of the image. The areas on either side of this band show lighter, more vibrant blue and white ripples, suggesting sunlight reflecting off the water's surface.

## Estrutura de capital



## II. Estrutura de capital

A EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é uma sociedade anónima com o capital social público de € 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA.

O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada uma.

As ações são nominativas, podem revestir forma escritural e podem ser tituladas. As ações só podem ser transmitidas para entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio.







## Participações Sociais e Obrigações detidas



### III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. A EPAL, SA era detentora da totalidade do capital social do Clube de Golfe das Amoreiras, SA., tendo deliberado, em assembleia geral de 22 de dezembro de 2014, dissolver e liquidar a sociedade, obtida que foi a respetiva autorização por parte da acionista Águas de Portugal e da Secretaria de Estado do Tesouro. O Clube de Golfe das Amoreiras mantinha-se inativo há muitos anos e o seu objeto social era inviável por inexistência das condições legais indispensáveis ao efeito.

Assim, no final do exercício de 2014, a EPAL, S.A. não detinha participações sociais em nenhuma sociedade.

2. Em 2014, a EPAL manteve a qualidade de associada das seguintes instituições:

- ANQIP - Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais
- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água
- EPIS - Empresários Pela Inclusão Social
- EUREAU - European Federation of National Associations of Water and Wastewater Services
- GCNP - Global Compact Network Portugal
- IWA - International Water Association
- Lisboa E-nova - Agência Municipal de Energia e Ambiente
- PSAT - Associação de Proteção de Ativos Técnicos
- RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal
- UNGC - United Nations Global Compact
- Water Foot Print Network
- Associação de Turismo de Lisboa

3. Os membros do Conselho de Administração da EPAL, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da EPAL, SA cumprem com as seguintes obrigações:

- Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenham interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

No domínio da prevenção de conflitos de interesse destacam-se, ainda, os seguintes mecanismos:

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Divulgação e adoção do Código de Conduta e Ética
- Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos seguintes valores:
  - Integridade e transparência
  - Competência e rigor
  - Respeito pela Lei
  - Melhoria contínua
- Existência de processos de auditoria autónomos e independentes
- Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade
- Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública
- Composição organicamente diversificada dos júris constituídos, quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços













# Órgãos Sociais e Comissões





## IV. Órgãos Sociais e Comissões

A EPAL dispõe dos seguintes órgãos sociais eleitos por deliberação unânime do acionista de 24 de fevereiro de 2012 para o mandato 2012 - 2014

### A. Mesa da Assembleia Geral

|                 |                                                                                                                                        |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Presidente      | AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por António Pombinho, Presidente do seu Conselho Diretivo |
| Vice-presidente | Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira                                                                                                       |
| Secretária      | Dra. Alexandra Varandas                                                                                                                |

Do livro de atas da Assembleia Geral consta o registo da ata 44, realizada em 24 de março de 2014, com as deliberações sobre o relatório de gestão e as contas de 2013, a proposta de aplicação de resultados, a apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, eleição do fiscal único, efetivo e suplente, política remuneratória dos órgãos sociais, fixação de objetivos e indicadores de gestão para 2014 e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2014.

| Mandato                   | Cargo           | Nome                     | Valor Da Senha | Bruto Pago |
|---------------------------|-----------------|--------------------------|----------------|------------|
| 24 FEV 2012 a 30 DEZ 2014 | Presidente      | AMEGA – António Pombinho | € 633,40       |            |
| 24 FEV 2012 a 30 DEZ 2014 | Vice-Presidente | Ana Cristina Pereira     | € 475,00       |            |
| 24 FEV 2012 a 30 DEZ 2014 | Secretária      | Alexandra Varandas       | € 316,70       |            |

### B. Administração e Supervisão

#### 1. Modelo de governo adotado

As disposições que regulam a composição e funcionamento do Conselho de Administração constam do Capítulo III, Secção II, artºs. 12º a 17º dos estatutos da empresa.

#### 2. Regras estatutárias

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração pode ser constituído por 3 a 5 membros, eleitos em Assembleia Geral para mandatos trienais, renováveis.

O Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da sociedade cometidos por lei, pelos arts. 13º e 14º dos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas.

#### 3. Composição do Conselho de Administração

|            |                                                             |
|------------|-------------------------------------------------------------|
| Presidente | Eng.º José Manuel Leitão Sardinha                           |
| Vogal      | Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas                |
| Vogal      | Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura |

| Mandato                   | Cargo      | Nome                     | Designação Legal da Nomeação | Nº Mandatos Exercidos |
|---------------------------|------------|--------------------------|------------------------------|-----------------------|
| 24 FEV 2012 a 30 DEZ 2014 | Presidente | José Manuel Sardinha     |                              | 1                     |
| 24 FEV 2012 a 30 DEZ 2014 | Vogal      | Maria do Rosário Águas   |                              | 1                     |
| 24 FEV 2012 a 30 DEZ 2014 | Vogal      | Maria do Rosário Ventura |                              | 1                     |



## 4. Notas curriculares dos membros do CA



### José Manuel Leitão Sardinha - Presidente do Conselho de Administração

Licenciado em Engenharia do Ambiente, no ramo de Engenharia Sanitária, pela Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua atividade profissional, em 1991, na consultadoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a atividade de docente convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais. De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direção técnica/comercial, de produção e de exploração. Em março de 2002 integrou o Grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até novembro de 2004, data a partir da qual assumiu as funções de vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. até maio de 2012. Vogal do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros, nos mandatos 2004-2007 e 2007-2010

Entre março de 2004 e maio de 2012 exerceu as funções de vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, S.A..

Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde fevereiro de 2012.

Docente Convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, desde Setembro de 2000.

Vogal do Conselho Diretivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros.

Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros.

Vogal do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Alentejo, em representação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

Membro Efetivo da Academia de Engenharia



### Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas - Vogal do Conselho de Administração

Licenciada em Gestão e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, iniciou a atividade profissional em 1985 como Assistente de Auditoria na Coopers & Lybrand e a partir de 1988 como assistente sénior de consultadoria na Consulteam, Consultores de Gestão, SA.

Entre 1989 e 1997 foi Diretora Financeira da empresa Alberto Gaspar, Indústria e Comércio de Madeiras, SA responsável pela área financeira, recursos humanos e controlo de gestão.

Entre 1998 e 2001 exerceu o cargo de Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz com os pelouros do Orçamento, Controlo Interno, Recursos Humanos.

A partir de 2002 Assessora Superior do Grupo Águas de Portugal, SGPS através da Aquapor Serviços, S.A. tendo participado na avaliação do controlo interno das concessionárias da distribuição de águas participadas pelo Grupo AdP.

Em Abril 2002 foi eleita Deputada à Assembleia da República desde Abril de 2002 tendo solicitado a suspensão do contrato de trabalho na Aquapor, SA para o exercício daquele cargo público.

Foi Secretária de Estado da Habitação no XV Governo Constitucional tendo exercido o cargo desde 8 de Abril de 2003 a 17 de Julho de 2004. Do trabalho desempenhado destaca-se a elaboração da Reforma do Arrendamento Urbano (PL 140/IX/3); do Regime Jurídico das Sociedades de Reabilitação Urbana (Lei 106/2003) e da Revisão do programa de financiamento para acesso à Habitação Social PROHABITA.

Foi Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança no XVI Governo Constitucional, tendo exercido o cargo desde 21 de Julho de 2004 a 24 de Novembro de 2004, podendo destacar as seguintes iniciativas: Elaboração do Plano Nacional de necessidades de equipamentos sociais.

Foi Secretária de Estado da Administração Pública em 24 de Novembro de 2004 tendo exercido este cargo até à posse do novo Governo em Março de 2005.

Foi Deputada à Assembleia de República entre 2005/2009 pelo círculo eleitoral de Vila Real de Trás-os-Montes. Foi Coordenadora da Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e membro da Comissão de Orçamento e Finanças.

Entre 2009/2011 foi Deputada à Assembleia da República, eleita pelo Círculo eleitoral de Coimbra. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD com os pelouros da Saúde, Trabalho e Segurança Social entre Outubro de 2009 e Abril de 2010. Membro das Comissões Parlamentares de Saúde, Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e membro da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais.

Membro do Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa

Membro da Assembleia Geral da Entrajuda, Apoio a Instituições de Solidariedade Social

Exerce desde Fevereiro de 2012 o cargo de Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA



### Maria do Rosário Ventura - Vogal do Conselho de Administração

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, iniciou a atividade profissional em 1982 como Técnica, e depois Diretora, do Departamento de Participações, Estudos e Projetos da Sociedade Financeira Portuguesa, integrando esta instituição financeira na sua evolução até 2002, designadamente após a sua privatização, em 1990, dando origem ao Banco Mello que, por sua vez, foi integrado no BCP em 2000, tendo desempenhado diversos cargos de Direção quer na área de banca de investimentos (Direções de Grandes Empresas, Corporate Finance e Mercado de Capitais, Projetos Especiais e Fundos de Capital de Risco, entre outras) quer na banca de retalho (Administradora- Delegada da Mello Crédito SFAC, Direções de Cartões de Crédito, de Clientes Particulares e Negócios e Unidade de Produtos de Crédito do BCP).

Entre 2002 e 2004, foi Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Economia, do XV Governo Constitucional.

Maria do Rosário Ventura foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. e das suas participadas em 2004/05, diretora do Grupo Millenniumbcp (2005), e Administradora Executiva da Efacec Capital, SGPS com o Pelouro Financeiro (CFO) entre Dezembro de 2005 e Abril de 2011, exercendo também funções de Administradora em diversas empresas do grupo Efacec.

Participou, com funções não executivas, nos conselhos de administração da Sulpedip – Sociedade para o Desenvolvimento Industrial, S.A. (1989/91), Lisnave-Infraestruturas Navais, em representação do Banco Mello (1998/99) e Visa Portugal – Associação dos Operadores Visa, em representação do Banco Comercial Português (2000/01) tendo ainda sido Deputada da Assembleia Municipal de Sintra, entre 2005 e 2009.

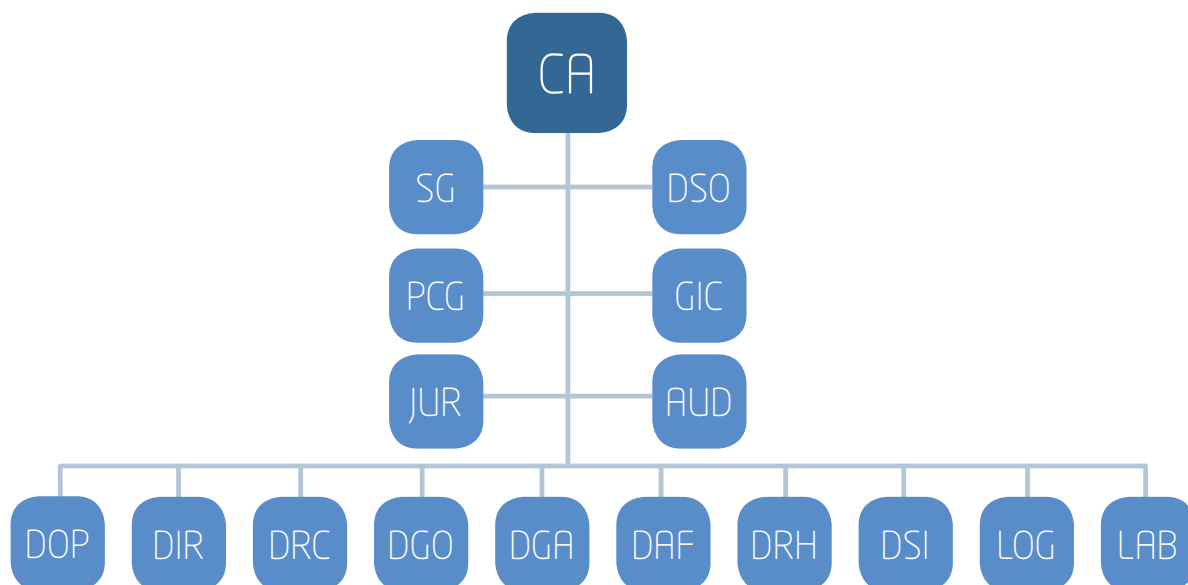
Vogal do Conselho de Administração da EPAL desde fevereiro de 2012.

## 5. Relações familiares, profissionais ou comerciais

Nenhum dos membros do Conselho de Administração detém relações familiares ou comerciais com o acionista. Apenas o presidente do Conselho de Administração mantém uma relação profissional com o acionista, na medida em que pertence ao seu quadro de pessoal.



## 6. Organigrama



|     |                                              |     |                                          |
|-----|----------------------------------------------|-----|------------------------------------------|
| CA  | Conselho de Administração                    | DRC | Direção de Relação com Clientes          |
| SG  | Secretário-Geral                             | DGO | Direção de Gestão de Obras               |
| DSO | Gabinete de Desenvolvimento Organizacional   | DGA | Direção de Gestão de Ativos              |
| PCG | Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão | DAF | Direção Financeira                       |
| GIC | Gabinete de Imagem e Comunicação             | DRH | Direção de Recursos Humanos              |
| JUR | Gabinete Jurídico                            | DSI | Direção de Sistemas de Informação        |
| AUD | Gabinete de Auditoria Interna                | LOG | Direção de Logística                     |
| DOP | Direção de Operações                         | LAB | Direção de Controlo da Qualidade da Água |
| DIR | Direção de Infraestruturas de Rede           |     |                                          |

Outras Unidades e Funções na dependência direta do Conselho:

- MDA – Museu da Água
- Arquivo Histórico

Em reunião de 29 de fevereiro de 2012, foram constituídos os seguintes pelouros:

### Presidente - Eng. José Manuel Leitão Sardinha

- SG – Secretário-Geral
- PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional
- GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação
- JUR – Gabinete Jurídico
- AUD – Gabinete de Auditoria Interna
- DOP – Direção de Operações
- Representação da Empresa
- Coordenação de Pelouros

## Vogal - Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- DGO – Direção de Gestão de Obras
- DIR – Direção de Infraestruturas de Rede
- LAB – Direção de Controlo da Qualidade da Água
- Órgãos Representativos dos Trabalhadores

## Vogal - Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

- DRC – Direção de Relação com Clientes
- DAF – Direção Financeira
- DSI – Direção de Sistemas de Informação
- LOG – Direção de Logística
- MDA – Museu da Agua
- Jornal “Águas Livres”
- Arquivo Histórico

## 7. Número de reuniões realizadas

Foram realizadas 49 reuniões do Conselho de Administração no decurso do ano de 2014.

O órgão da sociedade competente para proceder à apreciação geral da administração é a Assembleia Geral.

## C. Fiscalização

Na Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e na sequência da renúncia apresentada, com efeitos a janeiro desse ano, pelo Fiscal Único efetivo e Fiscal Único suplente, eleitos em 24 de fevereiro de 2012, respetivamente António Dias Nabais e Severo Praxedo Soares, procedeu-se à eleição para o cargo deixado em aberto e pelo restante período do mandato em curso de:

### Fiscal Único Efetivo

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por João Rui Fernandes Ramos ou Jorge Manuel Santos Costa

Fiscal único suplente – José Manuel Henriques Bernardo

| Mandato                   | Cargo                | Nome                                                                                                                   | Remuneração Anual | Bruto Pago |
|---------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|
| 24 MAR 2014 a 30 DEZ 2014 | Fiscal Único Efetivo | PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por João Rui Fernandes Ramos ou Jorge Manuel Santos Costa | 12.000 €          | N/A        |

## Funcionamento do Fiscal Único

O fiscal único tem o dever de:

- a) Assistir às assembleias gerais e às reuniões da administração para que o presidente da mesma os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
- b) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções;
- d) Dar conhecimento à administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas;
- e) Informar, na primeira assembleia que se realize, de todas as irregularidades e inexatidões por eles verificadas e bem assim se obtiveram os esclarecimentos de que necessitaram para o desempenho das suas funções;
- f) Registar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas.

## D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

O Revisor Oficial de Contas da EPAL é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld<sup>a</sup>

| Mandato                   | Cargo | Nome                                                                                                                 | Remuneração anual | Bruto Pago |
|---------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|
| 15 JUL 2013 a 30 DEZ 2014 | ROC   | PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld <sup>a</sup> , representada por João Rui Fernandes Ramos (ROC nº 1333) | 15.000 €          | n.a.       |

A PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda., prestou ainda em 2014 os seguintes serviços à EPAL:

- Assessorias no âmbito fiscal – 15.312,50 euros
- Assessorias no âmbito da gestão de recursos humanos – 7.000 euros

## E. Auditor Externo

As funções de auditor externo são atualmente asseguradas pelo Revisor Oficial de Contas

## Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Eleito na assembleia geral de 30 de março de 2012, com mandato intemporal.

|            |                                                 |
|------------|-------------------------------------------------|
| Presidente | Eng. Carlos Pimenta                             |
| Vogal      | Prof <sup>a</sup> . Maria Paula Batista Antunes |
| Vogal      | Eng. Manuel Duarte Pinheiro                     |

Os membros do Conselho Consultivo não receberam retribuições em 2014.









# Organização Interna





# V. Organização Interna

## A. Estatutos e Comunicações

1. Não houve alterações estatutárias em 2014.

2. Comunicação de irregularidades - meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A EPAL dispõe de diversas ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Código de Conduta e Ética, o Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

No Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da EPAL encontram-se descritos os meios de comunicação para eventuais irregularidades ocorridas na sociedade.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional.

Dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, a EPAL tem aprovado e implementado um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

Anualmente, a empresa procede à elaboração do relatório anual sobre o cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual se encontra disponível no site [WWW.epal.pt](http://WWW.epal.pt).

No decurso de 2014, por forma a dar cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pelos Administradores e os colaboradores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

No ano de reporte, realizaram-se sete auditorias internas às áreas funcionais mais diretamente relacionadas com as temáticas "Contratação de Empreitadas" e "Aquisição de Bens e Serviços", assim como preenchido questionário corporativo da Águas de Portugal para reportar o cumprimento do Plano em 2014.

A EPAL continuou a integrar o grupo de empresas fundadoras do projeto gestão transparente.org que através de identificação de boas práticas e do seu site procura incentivar o tecido empresarial a ter comportamentos íntegros e compatíveis com o 10º princípio da UNGC e com as orientações do Conselho da Prevenção da Corrupção que integra o projeto referido como "observador".

## B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

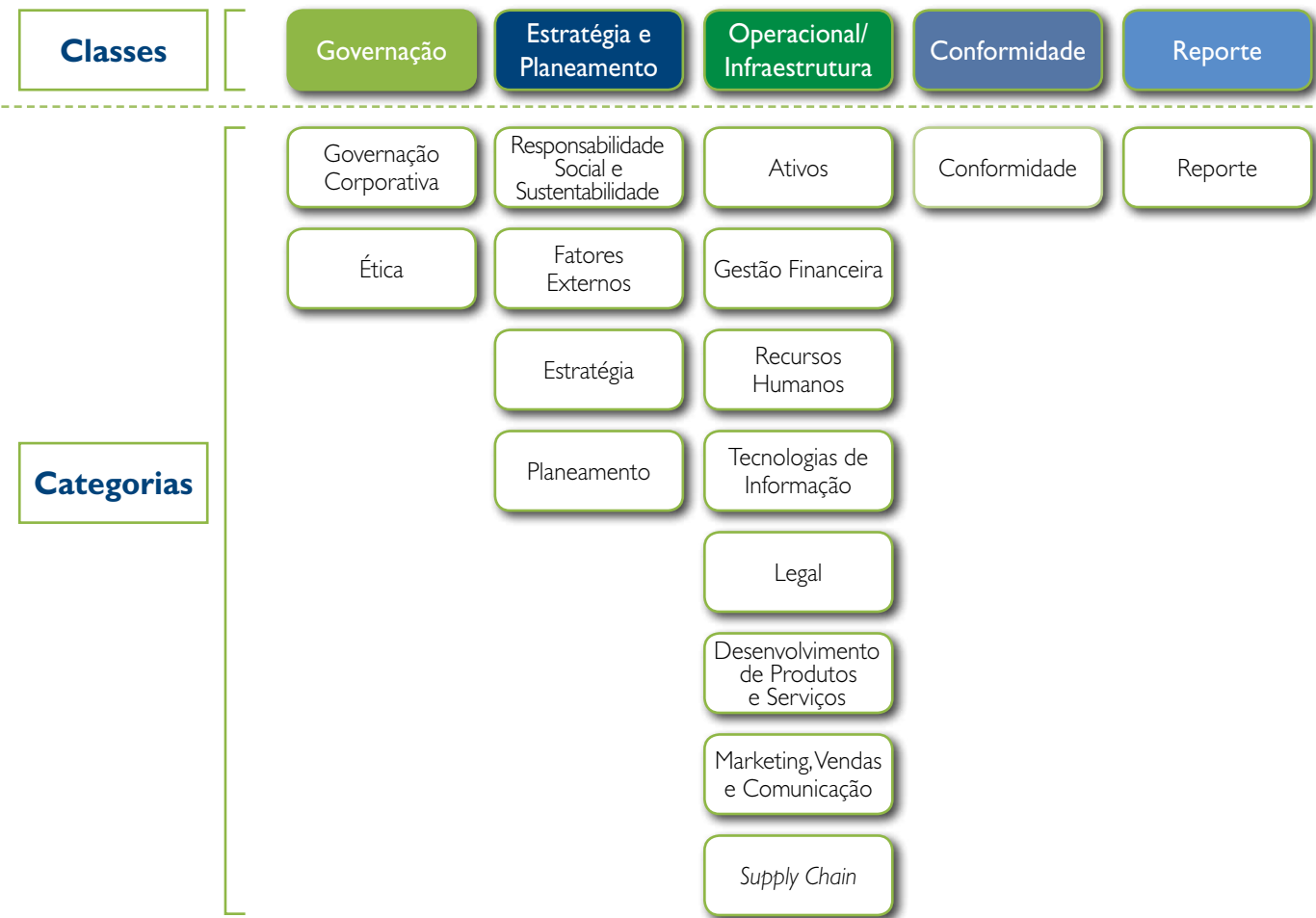
1. A EPAL, e em particular o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, mediante a monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2014, foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do respetivo processo de gestão, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os respetivos controlos em vigor na empresa.

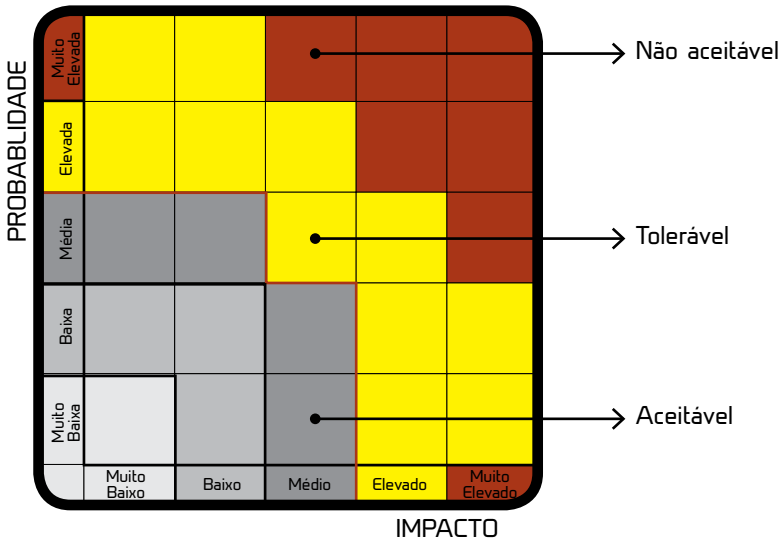
2. A gestão e controlo do risco cabe ao Conselho de Administração, com a colaboração das diferentes direções da empresa no âmbito das respetivas áreas de competência e responsabilidade, designadamente a DSO (Gabinete de Desenvolvimento Organizacional), DOP (Direção de Operações), DIR (Direção de Infraestruturas de Rede), DGA (Direção de Gestão de Ativos), DAF (Direção Financeira), DRH (Direção de Recursos Humanos), DSI (Direção de Sistemas de Informação) e LAB (Direção de Controlo da Qualidade da Água).

As funções, atribuições e responsabilidades de cada unidade orgânica encontram-se definidas em ordem de serviço, aprovada pelo Conselho de Administração e as competências reconhecidas como necessárias ao respetivo desempenho são por ele delegadas nos responsáveis do primeiro nível hierárquico e subdelegáveis nos níveis hierárquicos descendentes.

3. Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



#### 4. Outras áreas com competências no controlo do risco

A Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios das empresas do grupo, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos são tratados e monitorizados diretamente pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pelo acionista (Águas de Portugal, SGPS, SA).

#### 5. Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Gestão de talentos;
- Regulação;
- Energético;
- Sustentabilidade Ambiental e Operacional;
- Catástrofe;
- Envolvente política, económica e financeira;
- Continuidade do negócio; e
- Gestão de ativos.

#### 6. Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

O conselho de administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## C. Regulamentos e Códigos

### 1. Códigos, Manuais, Regulamentos e Normas Internas

Do conjunto de documentos normativos internos em vigor na EPAL destacam-se os seguintes:

- Código de Boas Práticas de Higiene no Sistema de Abastecimento da EPAL
- Código de Conduta e Ética
- Manual do SIRE – Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial
- Manual de Acolhimento de Entidades Externas
- Manual de Gestão de Inspeções de Infraestruturas de Abastecimento de Água
- Manual do Inventário de Infraestruturas de Abastecimento de Água
- Manuais de Exploração de Infraestruturas do Sistema de Abastecimento
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Plano Geral de Emergência
- Política de Utilização de Equipamentos Informáticos e de Comunicação
- Regulamento de Funcionamento da Atividade Formativa da Academia das Águas Livres
- Regulamento de Atribuição e Utilização de Viaturas
- Regulamento Interno de Acesso, Circulação e Estacionamento em Recintos e Instalações da Empresa
- Regulamento para Atribuição e Utilização de Telemóveis
- Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica
- Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros
- Ordem de Serviço - Centros de Responsabilidade e Centros de Custos
- Ordem de Serviço – Delegação de Competências
- Comunicação de Serviço – Gestão de Conflitos de Interesses
- Comunicação de Serviço – Princípios de Desenvolvimento Sustentável da EPAL
- Comunicações Internas – Sistema de Avaliação de Desempenho
- Comunicações Internas – Manual de Procedimentos de Remunerações Complementares e Variáveis

Os documentos normativos acima referidos encontram-se disponíveis na INTRANET da Epal, na área das Normas e Manuais e na área do SIRE

Os diplomas legais, publicados em 2014, com incidência na atividade da EPAL, foram os seguintes:

- Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o CIRC e o CIRS.
- D.L. n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, que aprova a Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
- Decreto Regulamentar n.º 1/2014, de 10 de fevereiro, que estabelece a missão, as atribuições, a organização e o funcionamento da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
- Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro (alteração ao regime dos contratos celebrados à distância)
- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos



- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.
- Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril, disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2014
- Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, que define as bases da política de ambiente
- Lei n.º 27/2014, de 8 de maio, que procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro
- Lei n.º 32/2014, de 30 de maio. Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo
- Lei n.º 34/2014, de 19 de junho. Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos
- Lei 47/2014, de 28 de julho, que procede à quarta alteração à Lei nº 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores
- Lei n.º 48-A/2014, de 31 de julho, que prorroga o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho
- Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto, que procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro
- Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão
- DL 162/2014, de 5 de novembro, que aprova o Código Fiscal do Investimento e procede à revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento produtivo, e respetiva regulamentação
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015)
- Lei 82-D/2014, de 31 de Dezembro (Regime da Fiscalidade Verde)

## 2. Códigos de Conduta e Ética

Existe na EPAL um Código de Conduta e Ética, atualizado em junho de 2014, que está disponível para consulta na intranet e internet ([www.epal.pt](http://www.epal.pt)).

O código de ética da EPAL tem por objetivo enquadrar a missão, os princípios e os valores da empresa num conjunto de referências e linhas de orientação que deverão mobilizar os comportamentos e atitudes de todos os colaboradores ao seu serviço nas suas atividades de todos os dias.

As referências e linhas de orientação do Código de Ética deverão ser observadas por todos os trabalhadores da empresa e colaboradores das entidades que prestem serviços à EPAL, qualquer que seja a natureza jurídica da sua relação.

Foi adotado na empresa um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet ([www.epal.pt](http://www.epal.pt)).

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura do grupo e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009.

Em 2014, realizaram-se sete auditorias internas às áreas funcionais mais diretamente relacionadas com as temáticas “Contratação de Empreitadas” e “Aquisição de Bens e Serviços”, assim como preenchido questionário corporativo da Águas de Portugal para reportar o cumprimento do Plano em 2014.

## D. Deveres especiais de informação

A EPAL utiliza o seu sítio da internet para a divulgação de informação relevante aos seus stakeholders, nomeadamente clientes e fornecedores e consumidores em geral. Os assuntos sujeitos a deveres especiais de informação são sistemática e oportunamente comunicados ao acionista.

## E. Sítio da Internet

O Sítio da Empresa ( [www.epal.pt](http://www.epal.pt) ) é constituído por seis grandes áreas, as quais se subdividem, entre outros, pelos seguintes campos:

- EPAL
  - Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
  - Quem somos
  - Sustentabilidade/Responsabilidade Empresarial
  - Relatórios Anuais
  - Publicações
  - Projetos e Estudos de I&D
- Clientes
  - Contrato de Abastecimento de Água
  - Leitura do Contador
  - Faturação
  - Assistência Técnica
  - Simulador de Consumo de Água
  - Novos Abastecimentos
- A Nossa Água
  - Sistema de Abastecimento
  - Controlo da Qualidade da Água
  - Plano de Segurança da Água
  - Divulgação de Dados da Qualidade da Água
  - Campanhas
  - Prova de Águas
- Produtos e Serviços
  - AQUAmatrix®
  - WONE®
  - Waterbeep®
  - Academia das Águas Livres
  - Laboratórios de Ensaio e Amostragem
  - Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal

- Museu da Água
  - Apresentação
  - Exposição Permanente e Património Associado
  - Arquivo Histórico
  - Atividades e Serviços
  - Informações Úteis
- Fornecedores
  - Códigos e Manuais
  - Contratação
  - Materiais em Contacto com a Água
  - Registo de Fornecedores

## F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável à EPAL, na medida em que o Decreto-lei n.º 230/91, de 21 de junho, estabelece os princípios respeitantes à prestação do serviço público de abastecimento de água, tal como definido no Decreto-lei n.º 190/81, de 4 de julho.



# Remunerações







# VI. Remunerações

## A. Competência para a Determinação

Os órgãos estatutariamente competentes para a determinação das remunerações dos órgãos sociais da EPAL são a Assembleia Geral e a Comissão de Vencimentos. As remunerações dos responsáveis hierárquicos e funcionais são definidas pelo Conselho de Administração, atentas as restrições legais aplicáveis.

## B. Comissão de Fixação de Remunerações

### Comissão de Vencimentos

Eleita em 24 de fevereiro de 2012 para mandato com termo a 31 de dezembro de 2014, sem retribuição.

---

|            |                                                |
|------------|------------------------------------------------|
| Presidente | Eng.º Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria |
| Vogal      | Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva                 |

---

## C. Estrutura das Remunerações

Na assembleia geral realizada em 24 de março de 2014, o acionista, tendo em consideração o disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, confirmou, com efeitos à data da eleição, ou seja desde 24 de fevereiro de 2012, as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade, fixadas na ata da Comissão de Vencimentos número 1/2009, de 16 de janeiro, nos seguintes termos:

### Mesa da Assembleia Geral

Remuneração do Presidente: Senha de presença, no valor líquido de €633,40

Remuneração do Vice-Presidente: Senha de presença, no valor líquido de €475,00

Remuneração do Secretário: Senha de presença, no valor líquido de €316,70

### Conselho de Administração

#### Remuneração Fixa - Presidente

Vencimento mensal líquido de €5.722,75, pago doze vezes ao ano;

Abono Mensal de €2.289,10 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano

Subsídios de Férias e Natal (sem prejuízo das medidas que os tomem por objeto, estabelecidas por força da situação de dificuldade económica e financeira do Estado ou do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal) no valor do vencimento mensal.

#### Vogais

Vencimento mensal líquido de €4.578,20, pago doze vezes ao ano;

Abono Mensal de €1.831,28 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano

Subsídios de Férias e Natal (sem prejuízo das medidas que os tomem por objeto, estabelecidas por força da situação de dificuldade económica e financeira do Estado ou do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal), no valor do vencimento mensal.

## Componente variável da remuneração

Durante a vigência do programa de assistência económica e financeira a Portugal, não há lugar à atribuição de prémios de gestão (n.º 4 da RCM n.º 36/2012, de 26 de março e art.º 256.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de janeiro).

## Utilização de viatura de serviço

Atribuição de viatura de serviço nos termos do regulamento de viaturas que, em cada momento, esteja em vigor no grupo Águas de Portugal, em observância dos custos máximos mensais de aluguer de viatura, fixados em Assembleia Geral da sociedade.

Pagamento das despesas mensais de combustível e portagens afetas à utilização de viatura de serviço fixadas nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação devidas de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa.

## Comunicações

Pagamento de gastos com chamadas por uso de telefone móvel de serviço, incluindo transmissão de pacotes de dados e internet, até ao montante máximo mensal fixado nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de €80,00, nos termos do artigo 32.º, do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e de acordo com o regulamento em vigor no grupo Águas de Portugal.

## Benefícios Sociais

Seguro de vida ou de acidentes pessoais e seguro de saúde nas condições fixadas e nos termos em vigor no grupo Águas de Portugal adicionados dos restantes benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da empresa, nos termos do artigo 34.º, do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.

## Outros Benefícios

Pagamento de subsídio de refeição, por cada dia útil, nas condições em vigor no grupo AdP, em observância das disposições legais que em cada momento sejam aplicáveis.

## Fiscal Único

Remuneração: Valor a acordar entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e o Fiscal Único, não podendo, em caso algum, ultrapassar o valor correspondente a 22,5% da remuneração do presidente executivo de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, conforme Despacho SET n.º 764/2012, de 25 de maio.

## Revisor Oficial De Contas

Remuneração: Valor a acordar entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, não podendo, em caso algum, ultrapassar o valor correspondente a 22,5% da remuneração do presidente executivo de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, conforme Despacho SET n.º 764/2012, de 25 de maio.

A todas as remunerações de todos os membros dos órgãos sociais serão aplicadas as reduções que legalmente estão ou vierem a ser determinadas.

## D. Divulgação das Remunerações

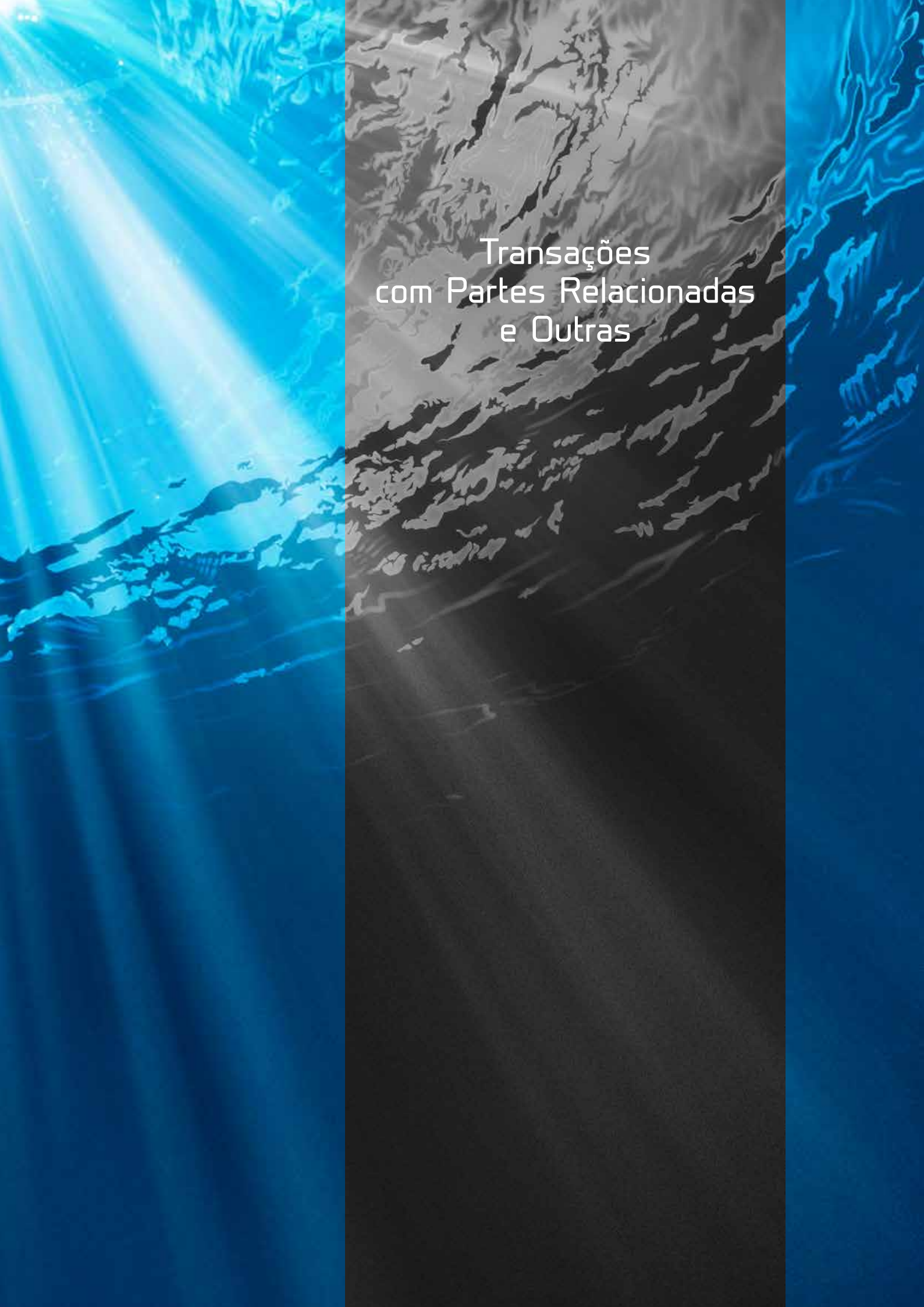
As informações relativas às remunerações recebidas, em 2014, pelos membros dos órgãos sociais da empresa constam da Nota 30 do Anexo às Demonstrações Financeiras.











# Transações com Partes Relacionadas e Outras



# VII. Transações com Partes Relacionadas e Outras

## 1. Mecanismos para controlo de transações com partes relacionadas

Relativamente às transações com partes relacionadas importa ver Nota 28 do Anexo as Demonstrações Financeiras.

As transações com partes relacionadas são objeto de consolidação mensal pelo acionista, para todas as empresas do grupo, que elabora, ainda, um relatório anual dos preços de transferência.

## 2. Informação sobre outras transações

### a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A EPAL segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente no que respeita às normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (aplicáveis aos procedimentos iniciados a partir de 11 de agosto de 2012). Segue, ainda, os procedimentos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, relativos ao dever de informação e à emissão de parecer prévio na aquisição de bens e prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA que, com base num modelo de relacionamento in house estabelecido pelo acionista AdP, SGPS, SA, funciona como estrutura operacional de centralização da aquisição de alguns bens e serviços.

### b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

### c) Lista de Fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

| milhares de euros                                |              |
|--------------------------------------------------|--------------|
| Entidade                                         | Valor c/ IVA |
| Iberdrola Clientes, SAL                          | 5 231,9      |
| Iberdrola Generación, SAL                        | 4 272,6      |
| AdP - Águas de Portugal, SPGS, SA                | 3 063,6      |
| Oliveiras, SA                                    | 2 930,1      |
| Câmara Municipal de Lisboa                       | 2 778,7      |
| CME - Construção Manutenção Eletromecânica, SA   | 2 328,9      |
| REDECOR, SA                                      | 1 456,6      |
| AdP - Águas de Portugal, Serviços Ambientais, SA | 1 082,4      |









# Análise de Sustentabilidade





# VIII. Análise de Sustentabilidade

## 1. A EPAL assumiu como Princípios de Desenvolvimento Sustentável

- Valor Económico e Social do Serviço

Prestar o serviço essencial de abastecimento público de Água para consumo humano seguro, de Qualidade, com Fiabilidade e a Preço adequado viabilizando um retorno justo.

- Ecoeficiência e Proteção Ambiental

Promover, na sua área de intervenção, a Proteção, a Conservação e o Uso Eficiente, em todas as etapas do ciclo urbano da Água.

- Proteção e Desenvolvimento das Pessoas

Promover a Integridade, a Confiança e a Transparência com as partes interessadas potenciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da formação e do desenvolvimento de competências, o emprego e a igualdade de oportunidades.

- Envolvimento da sociedade na Gestão Sustentável da Água

Assumir um papel ativo e de relevo na sociedade em que se insere, dinamizando e promovendo políticas de gestão racional da água junto das partes interessadas e, tanto quanto possível, da comunidade internacional.

- Inovação e Desenvolvimento

Estabelecer alianças para a aprendizagem e promover o envolvimento da comunidade científica de forma a promover a inovação, o desenvolvimento, a partilha e a disponibilização do conhecimento e das melhores práticas para o uso racional e sustentável da água.

## 2. Cumprimento dos princípios da sustentabilidade

### a) Responsabilidade social

O desempenho social da EPAL no domínio das práticas trabalhistas e do trabalho decente é orientado pelos seguintes instrumentos:

- Código de Trabalho e demais legislação aplicável
- Acordo de Empresa, negociado com as organizações representativas dos trabalhadores

### b) Responsabilidade ambiental

O desempenho ambiental da EPAL está orientado e controlado pelo Sistema de Gestão Ambiental da empresa, certificado pela APCER com referência à NP EN ISO 14001.

### c) Responsabilidade económica

O desempenho económico da EPAL é orientado por instrumentos previsionais de gestão, sistematicamente elaborados, acompanhados e revistos pelos órgãos e entidades responsáveis pela condução da empresa. Dos vários instrumentos existentes destacam-se:

- PAI – Plano Anual de Investimentos, que contempla uma perspetiva de medio prazo
- OE – Orçamento de Exploração (anual)

- Plano de Compras
- Plano Geral da Rede de Distribuição (vinte anos)
- Plano Diretor (vinte anos)

A empresa dispõe de um sistema de informação de gestão (MIS) que compreende relatórios mensais com a análise e demonstração dos resultados, os indicadores das diferentes áreas, nomeadamente de recursos humanos e operacionais, a evolução e realização dos investimentos e indicadores das funções de suporte.

### 3. Desempenho de Sustentabilidade

O relato do desempenho da EPAL orientado para a sustentabilidade, no decurso do ano de 2014, consta do Relatório de Sustentabilidade da empresa.

As políticas definidas e as ações desenvolvidas ao longo do período de reporte permitiram uma evolução positiva na generalidade dos indicadores económicos, ambientais e sociais.











# Avaliação do Governo Societário



## IX. Avaliação do Governo Societário

### 4. Cumprimento das recomendações

Para além dos objetivos de gestão aprovados na assembleia geral de 24 de março de 2014, que se encontram reportados na página 13 do presente Relatório de Governo Societário, não foram recebidas orientações formais relativas à estrutura e prática do governo societário.

